



**O *SUMÁRIO DAS ARMADAS*: GUERRAS, MISSÃO E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA  
CONQUISTA DA PARAÍBA**

ADRIEL FONTENELE BATISTA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS  
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

**O *SUMÁRIO DAS ARMADAS*: GUERRAS, MISSÃO E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA  
CONQUISTA DA PARAÍBA**

ADRIEL FONTENELE BATISTA

NATAL - RN  
2012

Catálogo da Publicação na Fonte.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Batista, Adriel Fontenele.

O Sumário das Armadas: guerras, missão e estratégias discursivas na conquista da Paraíba / Adriel Fontenele Batista. – 2012.

139 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2012.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Emília Monteiro Porto.

1. Missões jesuíticas. 2. Guerra de conquista. 3. Discursos. 4. Capitania da Paraíba. I. Porto, Maria Emília Monteiro. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 94(81).02

ADRIEL FONTENELE BATISTA

**O *SUMÁRIO DAS ARMADAS*: GUERRAS, MISSÃO E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA  
CONQUISTA DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa: Cultura, Poder e Representações espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da professora doutora Maria Emília Monteiro Porto.

NATAL – RN  
2012

ADRIEL FONTENELE BATISTA

**O SUMÁRIO DAS ARMADAS: GUERRAS, MISSÃO E ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA  
CONQUISTA DA PARAÍBA.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

---

Profa. Dra. Maria Emília Monteiro Porto - UFRN  
(Orientador)

---

Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves - UFPB  
(Avaliador externo)

---

Profa. Dra. Carmen Margarida Oliveira Alveal - UFRN  
(Avaliador interno)

---

Profa. Dra. Margarida Maria Dias de Oliveira - UFRN  
(Avaliador suplente)

Natal, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

À minha mãe Maria do Carmo  
Fontenele, por seu amor e dedicação.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a professora Maria Emília Monteiro Porto, pela sua generosidade, por ter acreditado no meu trabalho e pela orientação valiosa nesses vários anos de parceria. Agradeço especialmente pela sua amizade, e espero honrá-la com esse trabalho.

Agradeço também professora Margarida Dias, por ter sido sempre atenciosa, solícita e pela sua participação na banca de qualificação. Agradeço também pelos livros emprestados e pelas palavras públicas de apoio; elas foram sempre muito importantes.

À professora Carmen Alveal, pelas contribuições na qualificação desse trabalho, pela valiosa ajuda com algumas fontes, entre elas o manuscrito do *Sumário das Armadas*, e pela grande ajuda que sempre me prestou. Agradeço também a toda a sua equipe pelo trabalho de transcrição e cotejo de algumas fontes utilizadas nessa pesquisa.

Ao professor Renato Amado Peixoto, pela sua disponibilidade para ajudar. Agradeço especialmente pelas orientações na reelaboração do projeto de pesquisa durante sua disciplina no curso de mestrado.

À professora Fátima Martins Lopes, porque as suas palavras de incentivo ao final do curso de graduação foram importantes para a continuidade da pesquisa.

Ao professor Fernando Torres-Londoño, pelas informações e indicações bibliográficas quando essa pesquisa ainda engatinhava.

Ao professor Raimundo Arrais, pela orientação profissional durante a sua disciplina no mestrado, pela ajuda com a tradução de textos e pelas indicações bibliográficas, todas valiosas e utilizadas nesse trabalho.

À professora Charlotte de Castelnau-L'Estoile, pela tutoria durante a minha missão de estudos no Rio de Janeiro. Agradeço, pelas reuniões na UFF, pela bibliografia gentilmente cedida e pela sua opinião profissional acerca dos primeiros resultados dessa pesquisa.

À professora Regina Célia Gonçalves, por ter me recebido gentilmente na UFPB e ajudado com bibliografia e informações importantes. Agradeço especialmente pela sua opinião profissional acerca de questões importantes dessa pesquisa e por ter aceitado participar da banca de defesa.

Agradeço muito aos colegas de mestrado, em especial a Halyson Rodrygo, Saul Estevam, Cleyton Tavares e Victor Gabriel, que comigo dividiram várias angústias e alegrias na experiência do mestrado.

Por último, agradeço a CAPES pela bolsa de estudos que, através do programa REUNI e da Pró-reitoria de Pós-Graduação da UFRN, financia essa pesquisa desde setembro de 2011. Agradeço novamente a mesma CAPES, que por meio do Programa Nacional de Colaboração Acadêmica (PROCAD), custeou a minha missão de estudos e pesquisa de arquivo no Rio de Janeiro entre 15 de maio e 15 de junho de 2011.



*Quando relatamos acontecimentos verídicos do passado, o que vêm à nossa memória não são os fatos em si, que já deixaram de existir, mas as palavras que exprimem as imagens dos fatos, que, através de nossos sentidos, gravaram em nosso espírito suas pegadas.*

*Santo Agostinho, Confissões*

## RESUMO

As últimas décadas do século XVI foram marcadas por uma série de guerras na região ao norte da capitania de Itamaracá, que à época representava a fronteira setentrional da colonização portuguesa nas Capitanias do Norte do Brasil. Forças políticas e militares da capitania de Pernambuco e da própria Itamaracá, missionários jesuítas, índios, negros e mestiços participaram de várias armadas e expedições militares à região do rio Paraíba, conquistando-a em finais de 1585 e proporcionando o surgimento de uma nova capitania: a capitania do rio Paraíba. Essa foi uma história que os padres da Companhia de Jesus escreveram com marcas de heroísmo, de fé e também de força contra índios e franceses que se opunham ao avanço português naquela região, o que do ponto de vista da historiografia, representa uma etapa importante do processo de conquista e ocupação dos espaços coloniais da costa nordeste do Brasil. Essa dissertação de mestrado é sobre esse evento histórico: sobre os homens que lutaram de um lado e do outro do rio Paraíba, sobre as formas discursivas empregadas na representação escrita desse evento e sobre a trajetória histórica desse discurso de conquista nas modernas práticas historiográficas.

**PALAVRAS-CHAVE:** missões jesuíticas; guerras de conquista, discursos, capitania da Paraíba

## **RESUMEN**

Las últimas décadas del siglo XVI estuvieron marcadas por una serie de guerras en la región al norte de la capitanía de Itamaracá, que en ese momento representaba el límite septentrional de la colonización portuguesa en las Capitanías del Norte de Brasil. Las fuerzas políticas y militares de la capitanía de Pernambuco y de la própria Itamaracá, misioneros jesuitas, indios, negros y mestizos participaron en varias expediciones militares a la región del río Paraíba, ganándolo a finales de 1585 y dando la configuración de una nueva capitanía: la capitanía de río Paraíba. Esta era una historia que los sacerdotes de la Compañía de Jesús han escrito con las marcas de heroísmo, de fe y también de fuerza contra los indios y los franceses que se oponían al delantero portugués en esa región, que desde el punto de vista de la historiografía, representa un paso importante en el proceso de conquista y ocupación colonial de la costa noreste de Brasil. Esta tesis es sobre este acontecimiento histórico: sobre los hombres que lucharon en uno y otro lado del río Paraíba, sobre las formas discursivas empleadas en la representación escrita de este evento y sobre la trayectoria histórica del discurso de la conquista, cuando tomado en las modernas prácticas historiográficas.

**PALABRAS-CLAVE:** misiones jesuíticas; guerras de conquista; discursos; capitania de Paraíba

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A ESCRITA DA MISSÃO: uma tradição e uma transição no contexto das guerras de conquista da Paraíba.....</b>	<b>21</b>
1.1- A PROVÍNCIA JESUÍTICA DO BRASIL NA DÉCADA DE 1580: o papel de uma escrita institucionalizada.....	23
1.2- UMA CRISE INSTITUCIONAL E UM “NOVO” MODELO DE MISSÃO.....	31
1.3- GUERRAS E MISSÕES: contexto, escrita e participação jesuítica na “guerra justa”.....	34
1.4- O NEGÓCIO DO AÇÚCAR: um problema e uma oportunidade.....	43
1.5- A “ESPECIALIDADE” SOBRE OS ÍNDIOS, SOBRE A TERRA E SOBRE A GUERRA: uma estratégia diplomática.....	45
1.6- O POSICIONAMENTO DOS JESUÍTAS EM RELAÇÃO À GUERRA E AOS ÍNDIOS NA DÉCADA DE 1580: zelo com prudência.....	48
<b>CAPÍTULO 2- O TEMPO E A VIRTUDE: leituras de um enredo de conquista.....</b>	<b>55</b>
2.1- A SUPERAÇÃO DO PASSADO COMO CONSTRUÇÃO DO PRESENTE: um enredo de heroísmo e virtude.....	56
2.2- JORNADAS E ALEGORIAS: representações e trajetórias conquistadoras.....	66
2.3- A PRIMEIRA JORNADA: uma conquista épica.....	68
2.4- A SEGUNDA JORNADA: o martírio da conquista.....	75
2.4- A TERCEIRA JORNADA: sangue, martírio e honra no surgimento de uma nova fronteira.....	80
<b>CAPÍTULO 3- O <i>SUMÁRIO DAS ARMADAS</i> NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: desleituras de heróis e conquistas.....</b>	<b>87</b>
3.1- DE FREI VICENTE DO SALVADOR AO IHGP: uma trajetória de apagamento do discurso jesuítico.....	89
3.2- NOTAS SOBRE AS PUBLICAÇÕES.....	107
3.3- NOTAS SOBRE O ANONIMATO.....	111
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>121</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>129</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ARSI: Archivum Historicum Societatis Iesu

BNP: Biblioteca Nacional de Portugal

DEH-UFRN- Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

FURNE- Fundação Universidade do Nordeste

HCJB: LEITE, Antônio Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGP: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

PPGH-UFRN: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RIHGB: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

## INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XVI foram marcadas por uma série de guerras na região ao norte da capitania de Itamaracá que, à época, representava a fronteira setentrional da colonização portuguesa nas Capitanias do Norte do Brasil. Forças políticas e militares da capitania de Pernambuco e da própria capitania de Itamaracá, missionários jesuítas, índios, negros e mestiços participaram de várias expedições de guerra à região do rio Paraíba, conquistando-a militarmente em finais de 1585 e proporcionando o surgimento de uma nova capitania: a capitania do rio Paraíba.<sup>1</sup> Essa foi uma história que os padres da Companhia de Jesus escreveram com marcas de heroísmo, de fé e também de força contra índios e franceses que se opunham ao avanço português naquela região, o que, do ponto de vista da historiografia, representa uma etapa importante do processo de conquista e ocupação dos espaços coloniais da costa nordeste do Brasil

O discurso jesuítico sobre as guerras de conquista foi, nesse caso, também relato de uma missão volante, marcada pelo movimento itinerante da marcha a pé e pela realidade da “guerra justa” deflagrada contra as populações indígenas da região. Essas guerras e missões foram descritas em um documento que se convencionou chamar de *Sumário das Armadas*<sup>2</sup>; uma obra encomendada pelo padre visitador da Companhia de Jesus no Brasil, Cristóvão de Gouvêa, durante sua missão de visita à província do Brasil na década de 1580. Cinco missionários participaram das jornadas militares de guerra e das querelas políticas em torno da empresa de conquista entre os anos de 1584 e 1587. Em duplas, como era o costume da Companhia, os missionários acompanharam três jornadas de guerra, todas sob o comando do ouvidor geral Martim Leitão à região do rio Paraíba, ao sertão e aos limites da capitania que se conquistava com a do Rio Grande.

O *Sumário das Armadas* representa, portanto, uma experiência coletiva dos jesuítas envolvidos no evento, experiência que foi organizada em um único relato e posta em circulação pública, de forma anônima para ser um discurso da instituição jesuítica sobre

---

<sup>1</sup> No *Sumário das Amadas* não há uma forma única de menção ao espaço que era conquistado com as guerras. Ali se pode ler: “capitania do Paraíba”, “capitania do rio Paraíba”, “povoação do Paraíba”, ou ainda, “o rio Parahiba” como objeto da conquista. Isso se deve, em grande medida, ao fato de que a capitania só surgiu com o controle militar na região do rio Paraíba, que continuaria dar nome à capitania nos anos seguintes. No nosso texto, mantivemos essa forma de referência ao espaço que se produzia durante e logo após as guerras; isso significa que o leitor encontrará referência à “região do rio Paraíba” para antes e durante a conquista territorial, à “capitania do rio Paraíba” para o período imediatamente posterior à conquista e povoação da região do rio e, por último, à “capitania da Paraíba” para esse mesmo espaço num período no qual a capitania já estava consolidada.

<sup>2</sup> O título completo do documento é: *Sumario das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio parahiba scrito e feito por mandado do mui reverendo padre em cristo cristovao de Gouvêa visitador da Companhia de Iesu de toda a província do Brasil*. Nessa pesquisa utilizamos uma cópia do manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

muitas e importantes questões que se colocavam aos missionários envolvidos com a empresa de conquista da região do rio Paraíba na década de 1580. Como teremos a oportunidade de verificar, o documento é constituído por um discurso complexo, tensionado por muitos problemas envolvendo as práticas missionais na província do Brasil, pelas disputas políticas no âmbito local e pelo próprio ideal missionário da ordem, colocado à prova em uma situação de guerra em que os jesuítas, em seu primeiro tempo de missões naquela capitania, não veriam terminada.

A experiência histórica dos missionários jesuítas na capitania da Paraíba é um tema pouco explorado, marcado pela escassez de documentos e por uma grande lacuna na historiografia local, que não reserva ainda um lugar para esse tema no âmbito dos estudos sobre a Paraíba no período colonial. De fato, a história das missões jesuíticas da Paraíba começou em 1584, mesmo antes de existir uma capitania da Paraíba, mas a trajetória dessas missões foi interrompida ainda em finais do século XVI, com uma expulsão episódica da ordem durante o governo de Feliciano Coelho. Assim sendo, o pouco tempo de permanência dos jesuítas na capitania repercute em pouca documentação gerada pela instituição durante suas atividades naquela capitania. Entretanto, uma parte da documentação relacionada à experiência da Companhia de Jesus na Paraíba entre 1588 e 1592 – ou seja, no período posterior às guerras descritas no *Sumário das Armadas* - foi citada por Serafim Leite na sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil* e espera, ainda, por ser recuperada, organizada e disponibilizada para consultas.

Para além da escassez das fontes, a historiografia produzida junto ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, nas primeiras décadas do século XX, acabou por estabelecer diretrizes muito particulares para a historiografia local, que então se fundava juntamente com o Instituto. Esse movimento historiográfico foi bem estudado por Margarida Dias<sup>3</sup>, que apontou um conjunto de tensões políticas que as elites paraibanas enfrentavam quando da criação do IHGP e a influência dessas tensões na produção de uma historiografia que acabaria por levar a marca oficiosa dessas elites e dos seus interesses mais urgentes. Assim constituídas, algumas questões colocadas por essa historiografia clássica são hoje objeto de uma atitude revisionista por parte de muitos historiadores do próprio âmbito de estudos do local, ao dialogarem com ela.

O objetivo desses historiadores é, em grande medida, superar uma série de conceitos herdados dessa historiografia, que já não condizem com a escrita histórica contemporânea,

---

<sup>3</sup> DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab Origine** (O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local). João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996.

mas que estão fortemente enraizados na cultura histórica local, perpetuando-se, tanto na escrita dita acadêmica, quanto no ensino regular de História. Entretanto, mesmo entre esses estudos, a experiência histórica dos jesuítas na Paraíba constitui ainda um dado objetivo, que é apenas pontuado em estudos sobre outros temas relacionados à Paraíba no período colonial, como o das populações indígenas da região, da composição política do local e da aquisição de terras, por exemplo, mas a presença dos jesuítas na Paraíba não constitui ainda um campo específico de pesquisas.

O nosso primeiro contato com o *Sumário das Armadas* aconteceu no ano de 2009, quando ainda concluíamos o curso de graduação em História com uma monografia sobre a ideia jesuítica de Natureza no discurso de conquista da Paraíba. À época, nossa hipótese era a de que em se tratando de uma circunstância de guerra, tal como se caracterizava a missão dos jesuítas naquela região, haveria uma espécie de espontaneidade nas formas de narração e de representação da Natureza; a ideia era aproveitar essa suposta espontaneidade para interceptar uma representação jesuítica de Natureza no *Sumário das Armadas*. Contudo, os resultados da pesquisa apontaram justamente para o contrário da hipótese inicial: a força que o tema da guerra exerce sobre a narrativa, juntamente com querelas políticas envolvidas no evento, fazia do *Sumário das Armadas* um discurso extremamente pragmático. A terra, o clima, os homens, as índoles e toda sorte de coisas do mundo pareciam não encontrar sentido fora dos interesses imediatos dos jesuítas para colocarem-se diante das querelas políticas que se faziam entre estes e as elites locais da capitania de Pernambuco e Itamaracá.

Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a dissertação de mestrado que ora apresentamos constitui-se como uma continuidade dessa pesquisa iniciada na graduação e, ao mesmo tempo, como um redirecionamento dela mesma. O tema das relações de poder no âmbito local da empresa de guerra e de conquista, que surgiu como resultado da pesquisa de graduação, foi continuado e aprofundado na pesquisa de mestrado, mas a nossa incursão pelas formas de narração jesuíticas significou um alargamento do campo de observação: do relato da missão dos jesuítas nas guerras da Paraíba para um âmbito maior, que é o da tradição literária da Companhia. No mesmo sentido, partimos das querelas políticas locais da Paraíba para a crise que os jesuítas enfrentavam no âmbito da administração colonial e da nova situação política da Companhia na corte de Felipe II de Espanha, na década de 1580.

Esse conjunto de mudanças nos procedimentos metodológicos e o próprio discurso histórico encerrado nessa dissertação de mestrado refletem, em grande medida, o ambiente intelectual no qual essa pesquisa esteve inserida nos últimos dois anos, e que, no Programa de



Pós-Graduação em História a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN), remete à relação entre História e Espaços. Destacamos, entre os autores, teorias e conceitos estudados e/ou aprofundados nas disciplinas do mestrado, as ideias desenvolvidas por Sergio Buarque de Holanda que tratam das formas andejas de circulação dos homens pelos espaços coloniais, sobretudo ao olhar desse autor sobre a transitoriedade das técnicas, dos costumes e das formas da experiência colonial nas zonas de fronteira. De fato, a ideia de movimento e de tensão que o leitor poderá encontrar nessa dissertação tem, com efeito, uma dívida intelectual para com Sergio Buarque de Holanda.

De forma mais instrumental, as ideias desenvolvidas por Michel de Certeau e especialmente o conceito de “relatos de espaço”, aplicado ao estudo das formas particulares que os homens utilizam para representar e escrever sobre suas experiências com o espaço, foram importantes para que pudéssemos avançar de forma adequada sobre muitos dos mecanismos discursivos encerrados no *Sumário das Armadas*. Táticas, estratégias, fluxos, passagens, fronteira, por exemplo, são conceitos importantes no pensamento do autor sobre representações espaciais e que, nesse estudo, nos permitem avançar sobre uma ou mais dimensões espaciais que se apresentam no discurso que analisamos.<sup>4</sup>

Ainda em consonância com as ideias de Certeau, vale explicar ao leitor que consideramos o discurso histórico como uma produção intelectual marcada por um lugar que lhe define um modo de produção e uma audiência específica. No Brasil, desde a efetiva inserção da história Cultural, em finais da década de 1980 e início dos anos 90<sup>5</sup>, as ideias de Michel de Certeau encontraram uma grande abertura nos estudos relacionados à cultura política e à história das doutrinas religiosas. Aqui, essa concepção de discurso histórico enquanto prática institucional foi aplicada diretamente no tratamento dado às fontes que estudamos e, particularmente, ao *Sumário das Armadas*, tomado aqui enquanto discurso marcado por uma tradição literária instituída e controlada por uma instituição que previa uma doutrina religiosa específica, que era a da ordem dos jesuítas.

Dito detalhadamente, a crítica documental e a interpretação das fontes nessa pesquisa buscam articular o modelo clássico de crítica interna e externa das fontes com uma noção

---

<sup>4</sup> Todos os conceitos citados são trabalhados pelo autor em: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1**, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>5</sup> Não se desconsidera, aqui, que historiadores como Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, para ficarmos em dois nomes, não tivessem manifestado um interesse pela cultura na década de 1930. Aqui nos referimos ao período em que os historiadores, sobretudo os ligados à historiografia francesa, tomam consciência da História Cultural como uma possibilidade efetiva de superação dos grandes modelos de explicação, sobretudo do Marxismo. Ou seja, como forma específica de fazer história, com seus métodos, problemas, limitações e possibilidades. Relaciona-se, a esse movimento, não apenas uma atenção à cultura em detrimento do conceito de raça, mas a adesão massiva (não total) da comunidade de historiadores à proposta História Cultural.

antropológica e histórica de análise, buscando recuperar o que Michel de Certeau chamou de “lógica dos sentidos” ou a compreensão das funções internas e externas do *modus loquendi* religioso.<sup>6</sup> Isso significou, em termos metodológicos, colocar em perspectiva o sentido ou a função desempenhada pelo *Sumário das Armadas* enquanto literatura jesuítica, portanto, ligada diretamente ao conjunto de pressupostos filosóficos da Ordem em determinado contexto histórico. Da mesma forma, essa perspectiva significou entender a escrita encerrada nesse documento como circunscrita ao conjunto das práticas que caracterizavam o modo de escrita partilhado pelos membros da instituição jesuítica em finais do século XVI. Assim, uma parte importante dessa pesquisa e que nos permite avançar sobre um significado do discurso de conquista encerrado no *Sumário das Armadas* é o estudo da tradição de escrita da Companhia, verificando o seu “funcionamento” nas práticas missionais como pressuposto para nossa análise sobre o discurso de conquista do rio Paraíba na década de 1580.

Diante do exposto, já podemos traduzir a problemática desse estudo nas seguintes questões: sendo o *Sumário das Armadas* um discurso histórico, portanto, produto de um lugar social e institucional, sobre quais bases ou tradições literárias esse documento estaria assentado? Quais as demandas da escrituração jesuítica no período correspondente às guerras de conquista da Paraíba? Quais forças do contexto conectam a ação missionária dos jesuítas com sua colaboração nas guerras de conquista e na Paraíba? Que imagens uma história jesuítica de guerras e missões evoca, e por quais mecanismos de discurso ela opera? Por último, qual o estado dessas questões no âmbito do conhecimento histórico relacionado ao evento de conquista da Paraíba?

Para responder a tais questões, o argumento dessa dissertação de mestrado está dividido em três capítulos, cujo primeiro é intitulado: “A escrita da missão: uma tradição e uma transição no contexto das guerras da Paraíba” e corresponde às três primeiras questões da problemática apontada, no que toca diretamente a tensão entre o ideal missionário e as guerras de conquista territorial. Trata inicialmente de conceitos fundamentais da doutrina jesuítica e de como os pressupostos filosóficos da ordem estavam organizados nas práticas missionais em finais do século XVI. A ideia aí é problematizar a escrita da missão jesuítica no conjunto de técnicas de escrituração tomadas no interior da Companhia e verificá-las no

---

<sup>6</sup> Essas ideias estão na base do pensamento de Michel de Certeau e podem ser apreendidas em muitos e diferentes argumentos do autor sobre o tema da escrita religiosa. Há, contudo, uma forte discussão teórica sobre esse tema em *A inversão do pensável*: CERTEAU, Michel de. A escrita da História. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, pp. 125-147. Diretamente aplicada ao estudo das práticas de escrituração da Companhia de Jesus entre finais do século XVI e início do XVII ver: CERTEAU, Michel de. La réforme de l'intérieur au temps d'Aquaviva 1581-1615. In: *Les Jésuités. Spiritualité et activités. Jolons d'une histoire*. Paris: Beauchesne; Roma: Centrum Ignatium, 1974.

contexto específico em que o *Sumário das Armadas* foi produzido. Começamos o capítulo, então, com esse estudo sobre a tradição de escrita da Instituição, passando para a realidade das práticas missionais da província jesuítica do Brasil na década de 1580 e logo ao contexto específico das guerras de conquista da Paraíba.

Nesse capítulo, há em jogo um movimento de “cercamento” do nosso objeto dentro de observações mais gerais e que nos ajudam a entender certas especificidades da escrita encerrada no *Sumário das Armadas*. As bases filosóficas da Companhia de Jesus, a tradição de escrita no interior da instituição, as tensões políticas locais ou reinóis e as circunstâncias da prática missionária na província do Brasil na década de 1580 têm aí o lugar de uma estrutura na qual o *Sumário das Armadas* pode ser recuperado. O sentido das análises realizadas nesse capítulo leva, em todo caso, a marca de uma contextualização que deve por em questão o sentido da conquista territorial do rio Paraíba sob a ótica das atividades missionais jesuíticas em finais do século XVI.

No segundo capítulo: “*O tempo e a virtude: leituras de um enredo de conquista*” buscamos trabalhar mais diretamente com o texto escrito do *Sumário das Armadas*. Operamos nesse capítulo com uma espécie de inversão da perspectiva de análise do primeiro capítulo: ao invés de estudarmos o contexto para explicar a escrita do documento, utilizamos diretamente a escrita no documento para explicar questões do contexto histórico em que o mesmo foi produzido. Nesse capítulo, buscamos contemplar as questões do contexto no centro do texto escrito pelos jesuítas, confirmando a hipótese de o *Sumário das Armadas* como estrutura narrativa que representa uma delicada operação retórica na qual o discurso sobre as guerras e sobre os grupos e indivíduos envolvidos na empresa de conquista deveria atuar diretamente sobre a realidade indesejada que se apresentava aos jesuítas naquela nova capitania. A “leitura” que se realiza nessa parte da dissertação busca interpretar o conjunto de imagens evocadas na narrativa das guerras, remetendo essas imagens à uma interpretação, à luz da tradição jesuítica e do contexto em que a missão jesuítica da Paraíba se realizava.

O terceiro capítulo dessa dissertação leva o título de: “*O Sumário das Armadas na historiografia brasileira: desleituras de conquistas*”. Esse capítulo constitui-se de um estudo sobre as formas de apreensão e apropriação do discurso presente no *Sumário das Armadas* em obras que, em dados contextos históricos, evocaram o evento de conquista da Paraíba para compor um discurso próprio. Representa, portanto, a recuperação de uma trajetória histórica do discurso de conquista e do próprio documento na historiografia brasileira. O objetivo nessa parte é entender como o discurso de conquista, tal como apontado nos capítulos anteriores, foi sendo apropriado e re-significado em diferentes momentos e por diferentes práticas

historiográficas. Uma vez que o segundo capítulo significa uma “leitura” da cena composta pelos jesuítas para representar a conquista, o terceiro capítulo é a desleitura dessa cena, é a verificação de como o discurso jesuítico sobre a conquista da Paraíba se renova e se perde ao ser evocado pela prática historiográfica.

Uma parte do último capítulo é ainda dedicada ao estudo sobre a polêmica em torno da autoria do *Sumário* e ao cotejo das publicações do documento no Brasil com a fonte manuscrita que serviu a essas publicações. Esse estudo foi, na verdade, o primeiro a ser realizado nessa pesquisa de mestrado. Representa nossa vontade de “pisar em solo firme” diante da diferença de conteúdo que se pode notar entre as fontes disponíveis do documento. Apesar da localização desse estudo, ao final dessa dissertação, os resultados dele repercutem em escolhas que o leitor acompanhará ao longo de todo trabalho.

A primeira dessas escolhas é diretamente relacionada à polêmica sobre a autoria e data de redação do documento, que atravessa mais de um século e não pode apontar um autor e uma data de redação definitiva para o documento. O argumento colocado ao final do terceiro capítulo dessa dissertação é, segundo entendemos, suficiente para que retomemos uma antiga consideração sobre o *Sumário das Armadas*, que é a do anonimato. Assim, ao invés de uma pretensa autoria para o documento, o leitor encontrará, nesse trabalho, termos plurais como “os jesuítas” ou ainda “os missionários”, que refletem a nossa concepção de que o documento é uma produção coletiva e que o anonimato é parte importante dessa produção.

Ao verificarmos os problemas de conteúdo das publicações do *Sumário das Armadas* colocou-se outra questão, que era o de referenciar a fonte primária, manuscrita, sem a marcação de páginas e de difícil acesso para o leitor dessa dissertação. Por outro lado, referenciar as fontes que estávamos apontando como problemáticas ao leitor, não parecia uma atitude coerente com o próprio trabalho que estávamos realizando, que era o de apontar faltas. No intuito de facilitar a localização das citações optamos por, ao citar trechos do manuscrito, utilizar uma referência dupla que indica tanto o capítulo e a folha da cópia manuscrita, quanto página de uma das publicações mais difundidas do *Sumário das Armadas*, que é a realizada pela Fundação Universidade do Nordeste (FURNE) no ano de 1983.

Encerrando esse texto introdutório, vale ainda informar ao leitor que os trechos manuscritos do *Sumário das Armadas* foram adequados à ortografia moderna e incorporados à norma culta da língua portuguesa falada no Brasil. A falta de purismo deve, nesse caso, ser compensada pela facilitação da leitura.

## **CAPÍTULO 1 – A ESCRITA DA MISSÃO: uma tradição e uma transição no contexto das guerras de conquista da Paraíba**

*Não há fim sem meios.*

*Antônio Vieira, “Sermão da Domingo XIX, depois do Petencoste”*

A Companhia de Jesus foi criada oficialmente em 27 de setembro de 1540, pela bula papal *Regimini militantis ecclesiae*. Representados na *Fórmula* do Instituto (impressa somente em 1548) pela imagem de soldados carregando a bandeira da Cruz: *militare Deo sub vexillo crucis*, os jesuítas prontificavam-se a lutar pelo progresso das almas na vida e na doutrina de Cristo para a maior propagação da fé católica. O propósito pastoral que se manifesta na *Fórmula* do Instituto revela, com efeito, um ideal religioso de reforma moral e espiritual que deveria ser levado à toda a sociedade, mas que reflete também um movimento interno da ortodoxia eclesiástica romana para o enfrentamento da Reforma protestante e de outros movimentos que as facções mais tradicionais da Igreja consideravam desviantes ou radicais. Levado a cabo nas determinações do Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563, tal movimento previa a reafirmação do compromisso do corpo eclesiástico com a ortodoxia romana, num combate à divisão da fé cristã que se convencionou chamar de Contra Reforma Católica.

A Companhia de Jesus apresenta-se originalmente com um princípio de inovação sobre os modelos de ordem religiosa que já existiam. De acordo com a *Fórmula*, a Companhia de Jesus não seguiria um modelo de ordem monástica, dispensando o isolamento, os cantos e a pura contemplação. Também a política de organização interna, apesar de inspirada na ordem dos dominicanos e franciscanos quanto à adoção do sistema de províncias religiosas, dispensava um instrumento comum a essas ordens, que eram os “Capítulos”<sup>7</sup>. O modo de proceder dos jesuítas na experiência missionária materializava, de fato, muito da

---

<sup>7</sup> John O’Malley explica que os “Capítulos” eram assembléias regulares, pelas quais as ordens religiosas elegiam seus superiores e discutiam sua política para a comunidade local. As “Congregações gerais” eram o equivalente jesuítico para os “Capítulos”, mas com a diferença de que, só muito raramente, essas congregações eram realizadas. Ver: O’MALLEY, John. **Os Primeiros Jesuítas**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

espiritualidade inaciana, então compartilhada com os membros da Instituição através dos *Exercícios Espirituais*.<sup>8</sup>

A salvação das almas dos próprios membros da ordem era o objetivo mais direto a ser atingido, mas a salvação do jesuíta reserva uma grande dependência em relação ao seu próximo. Essa ideia de salvação revela-se ascética, ou seja, enquanto prática que leva ao aperfeiçoamento. Com uma relação muito próxima com a ascética tomista, a salvação jesuítica era uma prática cotidiana da doutrina da vida de Cristo, na qual os membros da ordem poderiam aperfeiçoar suas almas num processo gradual e linear de santificação. Assim, era ensinando a doutrina de Cristo que o ideal de salvação jesuítico melhor se definia, pois tanto os jesuítas quanto aqueles que eram “ensinados” (convertidos ao cristianismo ou reconvertidos) por eles estariam envolvidos no mesmo processo de edificação da vida e de aperfeiçoamento das almas. Dentro dessa lógica, a obra missionária dos jesuítas previa uma grande abertura para o mundo exterior à ordem, um contato mais próximo dos irmãos jesuítas com a sociedade e com as almas que se prontificavam a salvar.

A *Fórmula* do Instituto, e logo as *Constituições* do instituto (impressas em 1559), previam uma organização interna hierárquica baseada na obediência, que é um conceito complexo e fundamental da ordem. Para além de ser um mecanismo de organização interna da Companhia, a obediência é um fundamento filosófico da própria identidade jesuítica e que acabava por também regular as formas de organização interna da Instituição, mas que não se originavam dela. Agir com obediência não significava, para o jesuíta, o cumprimento cego do que lhe era estabelecido ou uma completa submissão deste às ordens de um Superior. Tal como apontou Eisenberg<sup>9</sup>, o conjunto das normas prescritas nas *Constituições* permitiam certo poder de decisão aos missionários em situações não previstas e urgentes, para as quais um Superior não pudesse deliberar ou quando uma deliberação representasse o prejuízo direto da missão. De fato, a escrita da missão jesuítica no Brasil, na segunda metade do século XVI nos permite reconhecer alguma relutância dos missionários em aceitar as determinações dos Superiores hierárquicos em Roma, sobretudo quando essas determinações entravam em desalinho com a realidade que era vivida pelos padres da província. O poder de persuasão e o

---

<sup>8</sup> Os *Exercícios Espirituais* foram elaborados pelo fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola. Juntamente com a *Fórmula*, representam os textos basilares da Companhia. A primeira publicação dos *Exercícios* aconteceu em 1548, mas esse livro já existia desde 1540 e sofreu poucas alterações para a publicação. Há uma boa explanação sobre os exercícios em: O’MALLEY, John. **Os Primeiros Jesuítas**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004, p 63-84; e, sob a perspectiva da estrutura lingüística nos Exercícios: BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. São Paulo: editora brasiliense, 1990, pp.41-71.

<sup>9</sup> EISENBERG, José. **As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

bom uso da palavra foi, nesses casos, fundamental para a condução das missões sem a quebra do preceito de obediência.<sup>10</sup>

Com efeito, a obediência jesuítica reservava um lugar para uma autonomia com prudência, o que equivale a uma obediência à organização hierárquica e às determinações dos seus superiores, mas também à vocação religiosa do próprio missionário, a mesma que ele experimentava e exercitava diariamente nos *Exercícios*. Recuperando a auto-regulação do conceito de obediência ainda nos primeiros tempos da Companhia, John O'Malley apontou dois termos compostos e sinônimos que previam a forma pela qual o esse preceito devia ser realizado na prática missionária: “suave e moderado” ou, mais freqüentemente, combinando “firmeza e suavidade”.<sup>11</sup>

Essa base filosófica centrada na obediência acabou por representar, a um só tempo, uma característica marcante do modo de proceder dos jesuítas durante todo o século XVI, e também, um método eficaz de sistematizar e controlar as práticas e os discursos dos membros da Ordem, então dispersos pelo planeta. De fato, ao longo da segunda metade do século XVI a Companhia de Jesus já se constituía como uma grande rede de assistência missionária espalhada pelo mundo. Mantendo o centro generalício em Roma, os jesuítas atuavam pelo interior da Europa, na América, na Índia, na China, no Japão, e em várias partes da África. Tal como observou Dauril Alden, colocando a assistência jesuítica de Lisboa a Macau em foco, no final do século XVI a Companhia de Jesus já havia tornado-se uma rede missionária global, comparável, segundo o historiador norte-americano, às empresas multinacionais do nosso tempo.<sup>12</sup>

### 1.1 A PROVÍNCIA JESUÍTICA DO BRASIL NA DÉCADA DE 1580: o papel de uma escrita institucionalizada.

Em 1549, ano em que os primeiros jesuítas acabariam chegando ao Brasil, a Companhia de Jesus já havia constituído residência (*proprium domicilium*), em Goa, Lisboa,

---

<sup>10</sup> Essa atitude dos missionários era a tentativa de adaptação da realidade enfrentada na missão (que os Superiores em Roma só conheciam pelas cartas) aos preceitos da Companhia e pode ser verificado ao longo de toda a segunda metade do século XVI. O caso mais espetacular, contudo, parece ainda ser o do padre Manuel da Nóbrega no *Diálogo sobre a conversão do gentio* (1556) e no *Plano Civilizador* (1558). Sobre esse tema ver: EISENBERG, José. **As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 92-116; e CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de Uma vinha Estéril**: os jesuítas e conversão dos índios no Brasil – 1580-1620. Bauru, SP:Edusc, 2006, p.102-113.

<sup>11</sup> O'Malley, J. **Os Primeiros Jesuítas**. Op. Cit. p. 542.

<sup>12</sup> ALDEN, Dauril. **The Making of an Enterprise**. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond (1540-1750), Stanford, Stanford University Press, 1996.

Coimbra, Gândia, Pádua, e Messina.<sup>13</sup> A chegada ao Brasil atendia ao pedido de D. João III para que a Companhia de Jesus realizasse a conversão do gentio da terra ao Cristianismo. Do ponto de vista do projeto colonizador português à época de D. João III, a entrada da Companhia de Jesus representava a materialização da mística religiosa implicada no ideal imperialista e cristão de Portugal, o que colaborava diretamente com o projeto colonizador português naquele período. Do ponto de vista da Companhia de Jesus, a missão no Brasil era a aposta da realização do ideal missionário itinerante da ordem, para glorificar a Deus com a salvação das almas num lugar aonde a obra missionária da Companhia ainda não existia.

Essa assertiva encontra respaldo nas ideias de Charlotte de Castelnau-L'Estoile, que refletindo sobre o deslocamento da Companhia para as periferias da cristandade afirma que: “os lugares onde a densidade jesuíta é fraca ou inexistente são também lugares de forte experiência espiritual: quando menos a Companhia está presente, mais virtudes podem ser exercidas”.<sup>14</sup> Nesse sentido, as missões jesuíticas levadas às populações indígenas do Brasil representavam, com efeito, a aposta de uma intensa e fecunda experiência espiritual para os irmãos da Companhia de Jesus.

A especificidade da experiência histórica dos jesuítas no Brasil foi a instituição da aldeia jesuíta e o trabalho junto às populações indígenas, um contato direto com o cotidiano dos índios, tanto no espaço da aldeia quanto nas entradas de missões ao sertão. Era, portanto, uma relação cotidiana e perigosa dos missionários com os “perigos” e com os “pecados” que a Companhia pretendia expurgar nas terras do Brasil.<sup>15</sup> Essa era uma especificidade que se definia tanto em relação às missões que os padres da Companhia realizavam pelo interior da Europa e mesmo em outras partes do Novo Mundo, o que coloca o próprio conceito de missão jesuíta em questão.

Em relação ao sentido da vocação original da Companhia, ou seja, da espiritualidade inaciana materializada na doutrina dos primeiros tempos da Instituição, o conceito de missão remete à própria espiritualidade cristã, tal como definida na experiência histórica e na cultura do Ocidente cristão. Segundo Porto:

Espiritualidade cristã seria aquilo que o cristianismo imprimiu na vida interior e na história do homem. Existe uma conexão direta entre experiência interior e

<sup>13</sup> O'Malley, John. **Os Primeiros Jesuítas**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP:EDUSC, 2004, p.88.

<sup>14</sup> CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de Uma vinha Estéril**: Op. Cit., p.97.

<sup>15</sup> A Natureza da terra era considerada perigosa e danosa, atuando sobre o caráter não só dos índios, mas também para os brancos nascidos na terra. O clima representava uma dimensão dessa natureza que os jesuítas apontam como causa de atitudes condenáveis dos naturais do Brasil. Na segunda parte dessa dissertação trataremos dessa questão.



individual e a manifestação cultural da espiritualidade, exterior e coletiva. A vida espiritual é algo que se revela no contato com as inquietações existenciais inerentes ao homem, tais como a vida e a morte, o sofrimento, a felicidade, e isso está indissolavelmente unido às vicissitudes históricas das coletividades humanas. O sentido de conquista espiritual projetado para América é próprio do ponto de vista religioso e se dá em algumas atitudes históricas como a dos missionários.<sup>16</sup>

O treino e o aperfeiçoamento da espiritualidade do jesuíta, tal como definidos nos *Exercícios Espirituais*, apontam para uma prática sobre essas duas dimensões da espiritualidade, então representadas por dois espaços que o jesuíta habita e exercita em regularmente: um espaço interior, introspectivo e de resguardo; e um espaço exterior, que é imediatamente o seu corpo, mas expande-se para o mundo da coletividade e da prática da doutrina religiosa da ordem jesuítica na sociedade. A busca do exercitante é sempre a harmonização do interior com o exterior ou o equilíbrio das formas internas e externas de sua espiritualidade. Entretanto, é nessa exteriorização da espiritualidade, ou seja, na prática coletiva da espiritualidade cristã, doutrinada pelos preceitos da ordem jesuítica, que se caracteriza a missão. Segundo entendemos, a missão tem um movimento que é sempre do interior para o exterior, de dentro para fora, é uma expansão, uma exteriorização dos processos interiores que “causam” num alhures. A missão é caracterizada, nesse sentido, por um movimento: é da alma para o corpo material, de Roma para a Europa, da Europa para o Mundo e, no caso da província do Brasil, do Colégio para a aldeia jesuítica.

De fato, nesse movimento de exteriorização das práticas religiosas da Companhia, a sociedade leiga era sempre a primeira exterioridade com a qual o jesuíta defrontava-se fora dos Colégios, mas na província do Brasil a missão caracterizou-se, como já foi dito, pelo trabalho junto aos índios e isso envolveu a delimitação de dois espaços diferentes, mas extremamente articulados pelas práticas missionais: o espaço do Colégio e o da aldeia jesuítica. Assim, numa complexa relação centro-periférica, a própria aldeia jesuítica e a sociedade colonial tinham ainda sua exterioridade representada pelo sertão, um lugar descrito nas cartas jesuíticas como de vexações e que, muitas vezes, aparece relacionado à figura recorrente do Diabo.

Uma vez mais retomando a vocação original da Companhia, considerando que a própria salvação do jesuíta deveria extrapolar o indivíduo e realizar-se na salvação do seu próximo, pode-se considerar que a missão jesuítica caracteriza-se pelo deslocamento da doutrina de um espaço a outro, uma missão elaborada no interior imensurável que o religioso

---

<sup>16</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. A escritura de si e dos outros: jesuítas na Capitania do Rio Grande. In: **XXI Simpósio Nacional da ANPUH**. Niterói: ANPUH- UFF, 2001.

habita para o exterior sensível do seu próprio corpo que, por sua vez, age sobre a realidade da coletividade e do mundo.<sup>17</sup> Em suma, entendemos que a missão jesuítica remete ao movimento de exteriorização e aperfeiçoamento das vocações interiores do próprio missionário, realizando-se, repercutindo, causando, reproduzindo-se, representando-se, materializando-se num espaço outro, no mundo da coletividade e no próprio Outro.

Os padres Manuel da Nóbrega, Diogo Jácome, Antônio Pires, Vicente Rodrigues, Leonardo Nunes e Azpilcueta Navarro foram os primeiros jesuítas a realizar a missão no Brasil, e logo foram seguidos por outros. Em 1568 já eram 61 jesuítas atuando no Brasil, 110 em 1574 e 140 na década de 1580.<sup>18</sup> Esse aumento do número de jesuítas atuando na província do Brasil representa, sem dúvida, um movimento de dilatação do fenômeno missionário jesuítico na colônia, mas também de uma expansão geográfica da província jesuítica sobre os espaços coloniais já integrados ou em vias de integração ao controle militar, e administrativo do estado português.

Esses jesuítas estavam distribuídos sistematicamente numa rede de Colégios, residências, vilas missionárias (aldeias) e missões volantes, de acordo com suas vocações para realizarem diferentes tarefas necessárias à obra missionária da Companhia. Nas últimas décadas do século XVI essa rede missionária já representava uma província jesuítica extremamente articulada com o movimento de conquistas e de colonização no sentido setentrional da costa do Brasil, ocupando uma área costeira que ia da capitania de São Vicente à do Rio Grande.<sup>19</sup>

Para fazer funcionar e manter o controle sobre uma instituição missionária dessas proporções, a Companhia de Jesus precisou lançar mão de uma enorme burocracia

---

<sup>17</sup> Sobre a ideia de movimento na vocação da Companhia são interessantes as ideias desenvolvidas por Pierre-Antoine Fabre em: *Ils iront pèlerinage...L' "expérience" du pèlerinage selon I* "Examen general" des Constitutions de La Compagnie de Jésus ET selon les pratiques contemporaines. In: BOUTRY, Philippe; FABRE, Pierre-Antoine; JULIA, Dominique. **Rendre sés vœux. Les identités pèlerines dans l'Europe moderne (XVI-XVIII siècles)**. Paris: Éditions de École de Hautes Études em Sciences Sociales, 2000, p. 159-188; e CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de: **Operários de Uma vinha Estéril**. Op. Cit. p. 95-99.

<sup>18</sup>O termo "jesuíta" designa todos os membros ingressados na Companhia de Jesus, e não apenas os padres. Depois do período de noviciado, que durava dois anos, os noviços pronunciavam votos de escolásticos (estudantes) ou coadjutores temporais, ingressando efetivamente na Companhia. Os estudantes ordenavam-se padres ao final dos seus estudos, já os coadjutores temporais, continuariam na condição "irmãos" por toda a vida missionária, realizando serviços de marcenaria, trabalhando na cozinha, na arquitetura, entre outros que eram necessários ao bom funcionamento da estrutura da Companhia. Os padres, por sua vez, dividiam-se ainda entre os "coadjutores espirituais" e os professos. Os primeiros eram os "ajudantes" nas coisas espirituais; já os professos, ocupavam geralmente os cargos mais importantes da ordem jesuítica, realizando votos especiais de obediência direta ao Papa. Para mais, ver: O'MALLEY, J. **Os primeiros jesuítas**. Op. Cit.p. 528-571; e CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de Uma vinha Estéril**: os jesuítas e conversão dos índios no Brasil – 1580-1620. Bauru, SP:Edusc, 2006.p 49-55.

<sup>19</sup> Em anexo a essa dissertação consta um mapa da província jesuítica do Brasil no século XVI, feito por Serafim Leite. Ver ANEXO A, p. 130.

missionária: catálogos, cartas, relações, fórmulas, sumários, atas e regimentos. Apesar da documentação produzida pela Companhia de Jesus constituir-se de um *corpus* literário e iconográfico muito heterogêneo, com funções, estilos e estruturas narrativas diferentes, pode-se entendê-lo como dividido em dois grandes grupos de documentos: os documentos burocráticos, diretamente relacionados à instituição administrativa, e os documentos públicos e literários, que tinham função e circulação tanto no interior da Companhia quanto fora dela, como, por exemplo, a epistolografia jesuítica<sup>20</sup>

Há um lugar comum na escrita dos jesuítas no século XVI, que é metáfora da Companhia de Jesus como um corpo místico, disperso pelo mundo. O centro hierárquico romano ocupa o lugar de cabeça desse corpo simbólico: deliberando, organizando e coordenando a atividade religiosa dos irmãos pelo mundo. Enquanto partes desse corpo, os jesuítas deveriam realizar a obra missionária de acordo com as ordens enviadas do centro ou da cabeça, e dela dependiam para melhor proceder na glorificação da obra de Deus. Essa alegoria jesuítica tem origem nas próprias *Constituições* da Companhia de Jesus, que já indicavam um lugar importante para a epistolografia como articuladora da cabeça com os membros desse corpo disperso:

Para que o lugar favoreça as relações da cabeça com seus membros, pode ser de grande auxílio que o geral resida o mais freqüentemente em Roma, de onde são mais fáceis as relações com todas as regiões. Da mesma forma, os provinciais devem estar a maior parte do tempo em lugares de onde se possam comunicar com seus inferiores e com o preposto geral<sup>21</sup>

Institucionalizada ao longo da experiência histórica da Companhia de Jesus, essa comunicação previa a uniformização das práticas, o controle interno das informações sobre as missões distantes e a permanente manutenção da edificação dos missionários jesuítas no decurso de suas atividades por meio da circulação dos relatos dos próprios missionários sobre suas missões. Esse múltiplo papel foi apontado no estudo de John O'Malley que viu a correspondência jesuítica como uma peça fundamental das relações internas e externas da Instituição, então em consolidação na segunda metade do século XVI. Segundo o autor:

[os jesuítas] tinham de ser instruídos no que a Companhia era e como ela “procedia” e então tinham de ser animados a perseverar no compromisso. Inácio e seus associados mais chegados estavam claramente conscientes de que a comunicação de ideias, as metas e o estilo da Companhia não corriam

<sup>20</sup> Sobre documentos burocráticos e público-literários, nos apoiamos nas ideias desenvolvidas por Charlotte de Castelnaud-L'Estoile no estudo já citado.

<sup>21</sup> *Constituições*, VIII, cap.1, § 668, p 564. Apud: CASTELNAU-L'ESTOILE. **Operários de Uma Vinha Estéril**. Op. Cit.p. 72.

automaticamente e que tinham de ser sustentados numa base consistente e contínua.<sup>22</sup>

Esse “modo de proceder”<sup>23</sup> dos jesuítas em relação à escrita das cartas foi institucionalizado em 1547, quando o padre Polanco, secretário de Inácio de Loyola, à época, fez circular um conjunto de regras sobre a escrituração e circulação de cartas no interior da Companhia. Com a difusão das regras sobre as missivas, criava-se, com base nas *Constituições*, uma ordem institucionalizada do discurso do missionário jesuíta através da correspondência, tanto para dentro quanto para fora da Instituição. As interdições do discurso epistolográfico jesuítico eram muitas, e incidiam não apenas sobre o conteúdo relatado pelo missionário, mas também sobre o estilo da escrita e sobre a frequência do ato de escrever e enviar cartas para os irmãos da Companhia.<sup>24</sup>

Consonante para com essa ideia, Castelnau-L’Estoile considera que, do ponto de vista institucional, a correspondência jesuítica possibilitava ao centro hierárquico baseado em Roma a tomada de consciência dos problemas enfrentados pelos padres nas periferias do Novo Mundo e responder com um “modo de fazer” a missão. Do ponto de vista dos missionários, a correspondência criava uma rede horizontal de informações e de relações entre os membros. Assim, de acordo com as ideias da autora, outra função dessa prática epistolográfica jesuítica era reforçar os laços entre os membros, atuando sobre o fervor do missionário e sobre a identidade do grupo.<sup>25</sup>

Para Porto, que apontou essa dimensão de manutenção da identidade do missionário nas cartas jesuíticas do Rio Grande, a alteridade radical experienciada pelo jesuíta nas fronteiras missionais remetia sempre a um discurso sobre si mesmo. Em outras palavras, dizer o Outro era já uma forma de ação sobre a experiência do contato entre culturas diferentes; um contato que implicava na ameaça constante à integridade e à vocação do missionário nas fronteiras da cristandade. Segundo a autora:

[...], o que poderíamos chamar a preservação em seu ser da identidade jesuítica, que deveria a todo custo ser protegida do transtorno que a radical diferença do

<sup>22</sup> O’MALLEY, J. **Os primeiros jesuítas**. Op. Cit., p. 102.

<sup>23</sup> O termo *noster modus procedendi* ou “nosso modo de proceder” foi inicialmente apresentado por José Eisenberg para tratar das formas particulares da ação missionária jesuítica em relação a outras ordens religiosas no Brasil. Ver: EISENBERG, José. **As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas Op.cit. p. 27-46.

<sup>24</sup> Segundo José Eisenberg, durante todo o século XVI os irmãos de Portugal foram os grandes interlocutores dos jesuítas no Brasil. É o mesmo Eisenberg que aponta a frequência do envio de cartas em intervalos regulares de quatro meses. Para mais ver: EISENBERG, José. **As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas; Op. Cit. p. 46-52.

<sup>25</sup> Para mais ver o tópico de leitura: *A correspondência: a chave do sistema*, em: CASTELNAU-L’ESTOILE. **Operários de Uma Vinha Estéril**. Op. Cit, p. 72-76.

Novo Mundo implicava. Podemos pensar que para os missionários em terras distantes a ameaça não é a morte, senão sua dissolução no outro, a perda significativa do que constitui sua própria integridade.<sup>26</sup>

Pode-se, nesse caso, perceber que essas cartas funcionavam ainda como um mecanismo de diminuição simbólica das distâncias entre um Velho e o Novo Mundo; um elemento que amenizava a solidão e a melancolia que o missionário enfrentava nas linhas de frente do movimento de conquista e integração dos espaços coloniais do Brasil à lógica ocidental.

Numa carta escrita em 1564, o irmão Antônio Blásquez deixou registrado o regozijo e a consolação encerrados no recebimento e na leitura das cartas edificantes entre os irmãos jesuítas:

[...] segundo mi estimativa, serian dos oras despues de la media noche quando por casa entró el que traía [las cartas], no cabian los Hermanos de contentamiento y plazer, viendo lo mucho que el Señor se dignava de obrar em sus criaturas por medio de los de la Compañia em tantas y tan diversas partes del mundo. De aý hasta la mañana, no avía quien pudiesse dormir porque luego el Padre provincial começó a leer las cartas [...]<sup>27</sup>

O estudo de José Eisenberg avançou sobre outra questão importante relacionada à comunicação jesuítica através das cartas, que é o da tradição literária empregada na feitura das missivas jesuíticas. Segundo o autor, as normas da instituição epistolar da Companhia foram desenvolvidas em consonância com um estatuto das Letras que já estava consolidado desde o início da Idade Moderna, mas para o qual a Companhia representa um princípio de inovação. Esse sistema de escrita era, de acordo com o autor, inspirado na tradição humanista de escrita de cartas ou *ars epistolandi* humanista, daí sua flexibilidade. Esse sistema de composição de missivas permitia que o autor fizesse alterações no estilo, de acordo com a audiência da mesma. Ao escreverem para pessoas próximas, por exemplo, os humanistas usavam uma linguagem coloquial e mais simples, inspirada nas missivas da antiguidade clássica. Ao escreverem para uma autoridade secular ou eclesiástica os humanistas usavam a *ars dictaminis* medieval, que previa um bom uso da Retórica latina.<sup>28</sup>

<sup>26</sup> PORTO, Maria Emília Monteiro. O discurso do missionário: jesuítas e ocidentalização na Capitania do Rio Grande (1597-1759). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: Rio de Janeiro: IHGB, 2001. n° 411, p. 95-128.

<sup>27</sup> Ir. Antônio Blásquez, carta ao p. Diego Mirón, 31 de maio de 1564. MBIV. apud: EISENBERG, José. **As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas. Op. Cit.

<sup>28</sup> A *ars dictaminis* ou mesmo *ars dictandi* medieval foi um sistema de retórica surgido no século XI, que tomava a tradição da retórica latina e a encerrava quase exclusivamente na composição de cartas e documentos. Essa apreensão da arte retórica e seu confinamento na epistolografia representavam um distanciamento em relação à tradição de ensino retórico herdado da Antiguidade, mas não uma novidade. Segundo Robert Curtius, era: “um nome moderno e parecido para uma prática antiga, ali retomada”. O nome dessa prática era *dictare* ou originalmente “ditar”, daí que no período moderno essa “técnica” vai ser uma forma convencional de ditar

Adotada pela instituição epistolar jesuítica, essa flexibilidade humanista aparece na forma de dois tipos bem demarcados de cartas: as *hijuelas* e os relatos edificantes. As *hijuelas* ou “cartas avulsas” eram redigidas no estilo clássico, com uma linguagem mais coloquial e feitas para circular somente entre os membros da Companhia. Nessas cartas, os jesuítas informavam sobre assuntos delicados, como as rendas dos padres, os problemas com a administração local e/ou pediam orientação aos Superiores sobre problemas que enfrentavam nas missões. Tratavam, portanto, de assuntos internos da Companhia; daí um importante motivo para que essas cartas não tivessem uma circulação pública, no exterior da instituição jesuítica. Sobre o conteúdo e a circulação das *hijuelas*, Fernando Torres-Londoño, considera que:

As “hijuelas” não eram meros anexos, embora o santo não as privilegiasse neste texto. Ali seriam colocadas as “otras particularidades impertinentes para la carta principal ” como doenças, novas, negócios, podendo “dilatarse em palabras exhortando”. Desta forma “en las hijuelas puede cada uno escribir a priesa de la abundancia del corazón concertado o sin concierto; mas en la principal no se sufre ,si nova con algun estudio distinto e edificativo para poder se mostrar e edificar ”( Loyola, 1963 ,p. 650). Caberia aqui tudo o que pudesse não edificar, o emocional ,o primário, o espontâneo ou sem elaboração e por isso não deveria ser mostrado ou dado a público.<sup>29</sup>

As cartas edificantes, por sua vez, eram inspiradas na *ars dictaminis* medieval que, tomando a retórica latina para múltiplas funções e para diferentes leitores, conduziam as missivas por um estilo de escrita rebuscado, convencendo, ilustrando, captando a simpatia e edificando os leitores dentro e fora da Companhia. De fato, na segunda metade do século XVI os relatos edificantes produzidos pelos jesuítas tinham uma ampla circulação na sociedade europeia; eles eram lidos na Cúria papal, nas cortes e nas casas jesuíticas. Para os de fora da Instituição, as cartas edificantes tinham um sentido propagandístico da Companhia; difundindo os sucessos da ação missionária jesuítica no Novo Mundo para um público europeu ávido pela literatura do Além Mar. A “propaganda” da obra missionária da Companhia era, nesse sentido, integrada diretamente às cartas edificantes, tanto para conquistar a simpatia de pessoas influentes, quanto para promover uma imagem positiva da Companhia para os futuros membros da Ordem.<sup>30</sup>

---

assuntos de maneira persuasiva numa carta. Para mais Ver: *Ars dictaminis* em: CURTIUS, Ernest Robert. **Literatura Européia e Idade Média Latina**. São Paulo, Hucitec: Edusp, 1996, pp. 85-91.

<sup>29</sup> TORRES-LONDOÑO, Fernando. Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI. In: **Revista Brasileira de História**: Tempos do sagrado. São Paulo: ANPUH/Humanitas, 2002. v.22. n°43. p.19.

<sup>30</sup> Essa “propaganda” da Companhia deve ser tratada com cautela, pois o seu significado não é o mesmo do conceito contemporâneo. Propagandear os bons feitos dos missionários pelo mundo era já uma forma de edificação que supostamente consolava os leitores ao torná-los cientes da glorificação da obra de Deus por meio

## 1.2 UMA CRISE INSTITUCIONAL E UM “NOVO” MODELO DE MISSÃO

Na década de 1580, com pouco mais de vinte anos depois da implantação do projeto de aldeias jesuíticas, estas haviam constituído-se como o lugar privilegiado de realização da conversão dos povos indígenas do Brasil ao Cristianismo. Lugar privilegiado, mas marcado pela desconfiança dos próprios missionários que já não viam a obra de conversão e a própria aldeia com o mesmo entusiasmo dos primeiros tempos. Segundo Castelnau-L’Estoile, por uma série de problemas diretos com as autoridades coloniais, com os colonos e com os resultados insatisfatórios da própria obra de conversão dos índios, os jesuítas do Brasil haviam construído uma imagem extremamente negativa sobre a província e sobre a própria atividade desenvolvida nela. Era uma imagem de esterilidade espiritual, de extremo labor e perigos para a vocação religiosa e missionária do jesuíta. Para trazer consolação aos irmãos da “vinha estéril” e ajudá-los a contornar os problemas que eram relatados e enviados a Roma, em 1582 o padre Geral Cláudio Aquaviva enviou um visitador ao Brasil.

Foi com a chegada do Visitador Cristóvão de Gouvêa que, segundo a autora, produziu-se um movimento interno de reconciliação com o ideal missionário na província jesuítica do Brasil. Um movimento impulsionado pela simples presença de um representante do poder central na província, e cujas determinações seriam obedecidas em toda a província. A missão da visita, segundo a autora, teria o sentido de contornar a imagem negativa que os próprios jesuítas haviam construído sobre a obra missionária no Brasil, promovendo a consolação dos missionários e criando possibilidades reais de mudança na atividade dos jesuítas no Brasil.

Assim, ainda segundo a autora, a escrita da província jesuítica do Brasil, entre 1583 e 1620, reflete direta ou indiretamente o teor da visita ou a missão do padre Gouvêa. Essa escrita, apesar das muitas interdições sobre o discurso missionário nas últimas décadas do século XVI, comportava uma série de desvios para alinhar-se com o sentido da visita, e esse sentido podia ser encontrado em diferentes modelos literários: o relato de entrada, o tratado descritivo dos povos, da fauna e da flora, o relato de viagem, o discurso histórico e a *Vida devota*. Em qualquer que fosse o modelo de relato, três elementos seriam, segundo Castelnau-L’Estoile, imprescindíveis para a escrita da missão em finais do século XVI: os índios, a terra e os missionários. Num trecho específico do seu estudo, a autora resumiu o que seria a escrita da missão entre finais do século XVI e as duas primeiras décadas do século XVII, sobretudo

---

dos padres da Companhia. Embora o financiamento da obra missionária estivesse envolvido, a finalidade salvacionista implica aí numa série de questões que demandam cautela no uso do termo.

no tocante aos princípios movimentados nos relatos e aos objetivos perseguidos pelos jesuítas que os escreviam:

No caso do Brasil, os jesuítas são confrontados com dificuldades de ter que fazer o registro de uma missão que eles próprios julgavam freqüentemente como “uma vinha estéril”. Há aí na verdade uma aposta literária: contar de maneira edificante uma conversão julgada pouco frutífera, realizada por missionários vacilantes em sua virtude e em sua vocação. Os autores utilizam diferentes estratégias de registro para contornar essa dificuldade. O problema dessa prática não é somente literário, mas concerne mais essencialmente à imagem da missão no Brasil produzida por si própria: o registro da missão contribui para dar sentido, exclusivamente espiritual, certamente, à ação dos jesuítas em terra brasileira.<sup>31</sup>

Se até as últimas décadas do século XVI a aldeia era o lugar privilegiado de realização do ideal missionário dos jesuítas no Brasil, escrever sobre a missão era efetivamente escrever sobre a experiência dos jesuítas no entorno físico da aldeia. Mas por volta de 1580, como analisamos anteriormente, os relatos dos jesuítas sobre suas missões davam conta de que a aldeia já era considerada como um lugar de extremos perigos para a integridade do jesuíta: não mais o lugar privilegiado de realização de uma experiência espiritual, mas um lugar de perigos e provações, o lugar privilegiado das “quedas de espírito”.<sup>32</sup> Entretanto, ainda segundo Castelnau-L’Estoile, o ideal missionário havia de ser reencontrado ainda nas duas últimas décadas do século XVI, nas missões jesuíticas de expedição ao sertão para promover as “descidas” das populações indígenas para as aldeias da costa litorânea.

Essa atividade, por sua vez, tinha como vetor o novo momento da Companhia de Jesus na política indigenista de Felipe II. No que tange às Leis de 1587, 1595 e 1596, a legislação indigenista de Felipe II de Espanha, confirmava legalmente a autoridade dos jesuítas sobre os índios não aldeados do Brasil. Tratando brevemente do preâmbulo dessas Leis, podemos considerar que o poder político dos jesuítas do Brasil foi consideravelmente aumentado com essas determinações. Na Lei de 1587, por exemplo, ficava determinado que as expedições ao sertão tinham que contar com o acompanhamento de “dos o três padres da Companhia”. Com a Lei de 1595 o poder de declaração da “guerra justa” era retirado do governador geral e encerrado apenas na figura do rei, o que representava um ganho significativo para os jesuítas,

<sup>31</sup> CASTELNAU-L’ESTOILE Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril**. p. 377.

<sup>32</sup> Cristina Pompa apresentou uma assertiva um pouco mais radical sobre esse momento de crise. Segundo a autora, a aldeia jesuítica havia se tornado o “único” lugar de realização do ideal missionário jesuítico no Brasil. Considerando que a obra missionária dos jesuítas estendia-se a toda a sociedade colonial e realizava-se também em outros espaços como colégios, hospitais, casas de colonos, igrejas e mesmo cadeias, acreditamos que a aldeia era um “lugar privilegiado” de realização do ideal missionário dos jesuítas no Brasil, mas não o único. Ver: POMPA, Cristina. **Religião Como Tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru-SP, Edusc. 2003, p.70.



até então envolvidos em grandes conflitos com a administração colonial. Por último, na Lei de 1596, somente os missionários da Companhia ficavam autorizados a promover as “descidas” dos índios do sertão.<sup>33</sup> Os padres da Companhia estavam, portanto, confirmados legalmente como os únicos autorizados a convencer os índios do sertão a descerem para o entorno das cidades da costa.

Assim, as missões de expedição apareciam como uma alternativa para o reencontro dos jesuítas com a vocação original e itinerante da atividade missionária, que até então estava circunscrita ao espaço da aldeia. As Leis filipinas da década de 1590 representaram, nesse sentido, um aparato que colocava a Companhia de Jesus na vanguarda definitiva dos processos de ocupação do interior das capitanias. Era essa nova configuração política que, por sua vez, permitia uma maior participação dos jesuítas na conquista do território ainda na última década do século XVI e no início do XVII.<sup>34</sup>

Segundo Castelnau-L’Estoile, escrever sobre essas missões de expedição junto aos índios do sertão era uma tarefa extremamente complicada. Para além de justificar esse novo modelo de ação missionária diante das autoridades da Companhia de Jesus em Roma, os jesuítas da província do Brasil precisavam ainda legitimar seu novo papel diante das autoridades coloniais e das elites locais que ainda não estavam cientes ou não consideravam esse novo papel. Assim, a Relação de entrada jesuítica era um tipo de documento com vários destinatários, sendo ao mesmo tempo um relato público e privado: uma literatura prevista para ter uma circulação tanto no interior da Companhia de Jesus, quanto na sociedade colonial:

A carta sobre as missões do sertão se inscreve nesse clima agitado em que os jesuítas procuram justificar sua estratégia política simultaneamente diante da hierarquia jesuíta e das autoridades civis da colônia e da metrópole. Assim, ela tem vários destinatários; é, portanto, uma carta pública. O objetivo consiste em convencer Aquaviva da chance que representa o novo contexto político para a conversão.<sup>35</sup>

O novo modelo de missões era, sobretudo, uma colaboração da Companhia de Jesus com as elites políticas e forças militares que atuavam sobre a conquista dos espaços coloniais nas últimas décadas do século XVI e início do século seguinte. O papel dos jesuítas, que a essa altura já era legalmente instituído pela Coroa espanhola, buscava alinhar os princípios da

<sup>33</sup> Sobre a política indigenista de Felipe II de Espanha, ver: THOMAS, Georg. **Política Indigenista dos Portugueses no Brasil 1500-1640**. São Paulo: Loyola, 1982.

<sup>34</sup> Apesar de consideramos uma vantagem para a missão, reconhecemos que a própria historiografia sobre o tema ainda não encontrou um consenso sobre se essas deliberações representavam um ganho efetivo para os jesuítas ou uma submissão regimentada da Companhia ao Estado espanhol.

<sup>35</sup> CASTELNAU-L’ESTOILE Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril**. Op. Cit., p. 443.

missão jesuítica ao novo momento político, adequando essas missões ao ideal conquistador português. Nessas missões os jesuítas tornavam-se agentes importantes, ocupando um papel diplomático, como “pacificadores” das populações indígenas. A relação da conquista da capitania do Rio Grande (1597), a relação de missão do padre Jerônimo Rodrigues entre os Carijó (1605) e a *Relação da Missão do Maranhão* (1609) são, segundo Castelnau-L’Estoile, literaturas características dessas “novas” missões, e marcadas pelas entradas ao sertão: uma nova forma de fazer e escrever sobre a missão jesuítica que reencontrava-se com base num movimento iniciado com a vista de Cristóvão de Gouvêa.

A questão que passaremos a investigar a partir desse ponto coloca em questão esse “novo” modelo de missões em relação ao evento de conquista da Paraíba, que não foi contemplado no estudo de Castelnau-L’Estoile.<sup>36</sup> Segundo entendemos, a experiência missionária dos jesuítas na Paraíba realizou-se sob questões múltiplas e muito particulares do contexto local que se misturavam aos problemas de ordem interna da Companhia. Entre essas particularidades pode-se destacar a realidade da “guerra justa” contra o gentio Potiguara, a presença francesa na região, as pretensões das elites políticas locais e a dinâmica econômica que forçava o avanço colonizador no sentido setentrional da costa. Tendo isso em conta, o que passamos a questionar são os motivos da colaboração da Companhia com as forças políticas e militares da colônia nesse evento; inaugurando um modelo de missões que acabaria por se repetir em outros eventos de conquista ocorridos no início do século XVII.

Especificando essa questão, poderíamos perguntar: porque os jesuítas da Paraíba responderiam à encomenda do visitador Cristóvão de Gouvêa com um documento como o *Sumário das Armadas*, que aponta para a colaboração direta dos missionários numa “guerra justa” contra os índios daquela região? Como esse documento deveria funcionar no âmbito das interdições discursivas da instituição e no âmbito exterior da Companhia? Direcionemos, diante dessas questões, a nossa atenção para o contexto local e para a atuação dos jesuítas nas guerras de conquista da Paraíba.

### 1.3 GUERRAS E MISSÕES: contexto, escrita e participação jesuítica na “guerra justa”

Diferentemente de outras Capitanias do Norte do Brasil colonial, como as capitanias de Pernambuco, de Itamaracá e a do Rio Grande, que haviam sido criadas desde 1530, no

---

<sup>36</sup> No referido estudo aparece apenas uma nota de referência às considerações de Serafim Leite sobre os conflitos entre franciscanos e jesuítas na capitania da Paraíba. Fora isso, as missões da Paraíba e a própria capitania representam uma lacuna no estudo, um vazio entre a capitania de Pernambuco e a do Rio Grande.

antigo sistema administrativo de capitanias donatárias, a capitania da Paraíba seria criada somente em finais de 1585, quando se estabeleceu um relativo controle militar sobre a região próxima ao rio Paraíba com um núcleo de povoação, aldeia para os índios aliados e praça de guerra. Esse controle da terra ocorreu gradativamente, a custa de várias guerras, das quais podemos destacar as duas primeiras expedições de militares comandadas pelo ouvidor geral Martim Leitão, respectivamente ocorridas em janeiro e outubro de 1585. Fundado em outubro de 1585<sup>37</sup>, o povoado de Nossa Senhora das Neves, representava, à época, um núcleo fronteiriço da colonização portuguesa no sentido setentrional das Capitanias do Norte; era o marco de uma nova capitania que havia sido criada com o desmembramento de vinte e três das trinta léguas de costa da capitania de Itamaracá, especificamente a área situada entre o rio Goiana, ao sul e a fronteira com o Rio Grande, ao norte.<sup>38</sup>

Os jesuítas estiveram entre as forças militares envolvidas nessa conquista e registraram sua contribuição na luta contra índios Potiguara e franceses. Conscientes do valor da sua participação naquele evento, sobretudo num momento político conturbado para a Companhia, todas as ações que os missionários julgaram dignas de honra ou de recompensa foram enfatizadas ao longo do relato que fizeram daquelas guerras. Mas a relação das guerras de conquista da Paraíba também ficou marcada por uma escrita denunciante de tudo o que lhes parecia inconveniência ou empecilho à empresa de conquista e à própria missão jesuítica naquele novo espaço. O *Sumário das Armadas* aponta para essa assistência jesuítica na região do rio Paraíba, numa missão ainda sem chão, andeja, itinerante e, nesse caso particular, marcada pela realidade da “guerra justa” contra as populações indígenas da região.<sup>39</sup>

Numa lógica contrária ao movimento das “descidas” indígenas que ocorreram em finais do século XVI, os índios aldeados da capitania do rio Paraíba passariam a ser deslocados no início da década de 1590 para zonas recém ocupadas ao norte do rio, em

---

<sup>37</sup> O primeiro nome do povoado corresponde ao dia que foi firmado o acordo de cooperação entre os Tabajara e os portugueses, que era 5 de agosto de 1585, dia que correspondente à invocação de Nossa Senhora das Neves na tradição cristã. Entretanto, conforme se lê no início do capítulo 15 do *Sumário*, somente em 29 de outubro é que chegaram os materiais e a gente para fundação do povoado.

<sup>38</sup> Sobre a extensão de terras costeiras da capitania de Itamaracá e a reversão de parte dessas terras à coroa dual sob o reinado de Felipe II de Espanha, ver: GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na capitania da Paraíba -1585-1630**. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 67.

<sup>39</sup> Serafim Leite apresenta algumas informações sobre a aldeia jesuítica na Paraíba. Segundo o autor, a missão da Paraíba acabou fixando-se próximo ao núcleo urbano da cidade, inclusive com residência construída à custa da Companhia para assistir aos índios ali aldeados. LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, Tomo I, Livro V, Cap. IV, p. 181. Daqui por diante o título dessa obra será abreviado para HCJB.

direção ao interior da capitania.<sup>40</sup> A ideia das elites políticas locais, das quais se destacou o governador Feliciano Coelho, era deslocar essas aldeias para garantir a defesa dos engenhos que se instalavam no sentido setentrional da costa, e também em direção ao interior. Negando-se a participar desse projeto de deslocamento das aldeias, os jesuítas acabaram sendo expulsos da capitania em 1592, voltando para Olinda e retomando a sua colaboração na guerra contra os Potiguara durante a conquista da capitania do Rio Grande no ano de 1597.

Embora os jesuítas tenham deixado a capitania da Paraíba somente no ano de 1592, mais por resistência do que por uma situação favorável, sua saída já se anunciava desde 1588, quando Frutuoso Barbosa assumiu o governo daquela Capitania. A preferência de Frutuoso Barbosa pela Ordem de São Francisco foi notada e anotada pelos jesuítas desde o início das guerras de conquista, e esse parece ter sido um dos motivos de tanta depreciação dessa personagem no *Sumário das Armadas*.<sup>41</sup> Com efeito, é o mesmo Frutuoso Barbosa quem fez uma denúncia junto à corte de Felipe II, sobre uma disputa entre jesuítas e franciscanos pela tutela dos índios aldeados na capitania.

A resposta do Cardeal Alberto<sup>42</sup> à Frutuoso Barbosa, feita em nome de El-rei Felipe II, está numa carta escrita em 1589, cujo teor desfavorável aos jesuítas deve refletir a complicada situação da Companhia de Jesus nos últimos anos da década de 1580: disputas com os franciscanos pelo poder sobre os índios aldeados, desgaste com o clero secular<sup>43</sup> e a posição radical dos jesuítas, contrários ao uso da mão-de-obra indígena. Esse último elemento, por si, já contrariava diretamente os interesses das elites locais da capitania de Pernambuco que, naquele momento, disputavam os espaços de poder na nova capitania

---

<sup>40</sup> Serafim Leite aponta a resistência jesuítica em deslocar as aldeias, mas é o estudo de Gonçalves, também já citado, que desenvolve a questão em relação à dinâmica da ocupação do espaço na capitania da Paraíba recém conquistada.

<sup>41</sup> O capítulo 3 do *Sumário* é dedicado a entrada de Frutuoso Barbosa na empresa de conquista. Relata que ele havia chegado já trazendo religiosos da ordem de São Francisco, São Bento e um vigário. Todos bem aparamentados e o vigário com ordenado de 400 réis pagos pela fazenda real. Não ao acaso, esses dados sobre o cabedal dos religiosos estão listados entre a “muita pompa” e ostentação de Frutuoso Barbosa, sendo, portanto, parte da crítica que os jesuítas lhe fizeram durante toda narrativa. Voltaremos a essa questão na segunda parte dessa dissertação.

<sup>42</sup> O Cardeal Alberto era filho de Maximiliano II, imperador do Sacro Império e Maria de Espanha, irmã de Felipe II. Ele era, portanto, sobrinho direto do rei de Espanha. Alberto de Áustria, como também era chamado, ocupava à época o cargo de Vice-Rei de Portugal, para o qual havia sido nomeado por seu tio em 1583.

<sup>43</sup> Na Paraíba os primeiros desentendimentos foram por causa da indicação de Martim Carvalho, por parte do Bispo Antônio de Barreiros, para o cargo de provedor da fazenda nos negócios da conquista da região do rio Paraíba. Aliados do Ouvidor geral Martim Leitão que, aliás, não se entendia com o então provedor da fazenda, os jesuítas não pouparam críticas à Martim Carvalho e aos motivos do Bispo Antônio de Barreiros na indicação deste para o cargo de provedor. Segundo os jesuítas da Paraíba: por “mui compadre” que eram o Bispo e Martim Carvalho. Mas a desafeição do Bispo em relação à Companhia e destes em relação ao Bispo tem raízes também fora da Paraíba. Segundo aponta Serafim Leite, o Bispo havia tomado uma posição contrária aos jesuítas diante das reclamações do governador Manoel Teles Barreto sobre as rendas da Companhia e essa posição teria sido relatada diretamente a El-rei Felipe II de Espanha. LEITE, Antonio Serafim. **HCJB**. Op. Cit. Tomo I, Livro II, Cap. I, p. 44.

conquistada. Essa situação complicada para os jesuítas pode, certamente, ser interceptada no seguinte trecho da carta do Cardeal Alberto, que é claramente tendenciosa a favor dos franciscanos:

Porquanto, por Frutuoso Barbosa, fui avisado que, entre os religiosos de S. Francisco, enviados a essas partes por meu mandado, e os Padres da Companhia, havia diferenças, do que resultava em escândalo entre os novos cristãos, vos mando que, tirada a inquirição, e achando que os Padres de S. Francisco são os culpados, os concertareis de forma que não haja matéria de escândalo; e se os Padres da Companhia, os despedireis, para não mais tornarem a morar nessa Capitania, e os ditos religiosos de S. Francisco doutrinarão todo o gentio, o que favorecereis em tudo o vos for possível<sup>44</sup>

Serafim Leite, que publicou o trecho acima, informa que no início da década de 1590 as divergências entre jesuítas e franciscanos já estava resolvida, e que o problema já era efetivamente com o governador Feliciano Coelho, que insistia no deslocamento das aldeias. Opondo-se a esse deslocamento, os jesuítas eram “demonizados” por Feliciano Coelho que informava ao rei sobre os jesuítas serem a causa de uma situação perigosa e que colocava em risco o que já se havia conquistado.<sup>45</sup> A missão jesuítica da Paraíba encontrava-se, portanto, dividida entre a realização do projeto catequético com índios aldeados no entorno da cidade e o encontro de um lugar para a Companhia no liame das relações de poder implicadas naquele avanço colonizador. Era uma situação difícil, que se complicava com a permanência do estado de beligerância na região, que só terminaria em 1599 com a rendição definitiva do gentio Potiguara numa solenidade na serra da Copaoba.

Entre o ano de 1584 e 1587, os jesuítas da Paraíba puderam contar com Martim Leitão e, logo, com o governador João Tavares como aliados.<sup>46</sup> Em carta datada de 1589 – tempo em que o *Sumário das Armadas* já era certamente conhecido entre as elites locais e reinois - João Tavares empreende um discurso contra o já governador Frutuoso Barbosa, denunciando uma série de supostas irregularidades administrativas do seu sucessor e os conflitos entre este e Pedro de la Cueva.<sup>47</sup> Nessa carta, o ex governador da Paraíba, João Tavares, deixa clara sua vontade de ter Frutuoso Barbosa fora do governo da Paraíba, informando já o nome de Philippe Cavalcante como pretensamente mais capaz e zeloso das coisas da Paraíba do que o

<sup>44</sup> LEITE, Antônio Serafim. **HCJB**. Op. Cit. Tomo I, Livro V, Cap. IV, p. 180.

<sup>45</sup> Sobre os conflitos entre Feliciano Coelho e os Jesuítas ver também: GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na capitania da Paraíba -1585-1630**. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 120-121.

<sup>46</sup> João Tavares havia sido colocado no cargo de governador pela autoridade do Ouvidor geral Martim Leitão, contrariando o pretenso direito de Frutuoso Barbosa ao governo.

<sup>47</sup> D. Pedro de La Cueva havia sido procurador de Frutuoso Barbosa na Corte espanhola quando este reivindicava seu direito ao governo da capitania. Naquele momento D. Pedro ocupava o cargo de capitão da capitania, encarregado, portanto, da defesa.

governador Barbosa. No que interessava diretamente aos jesuítas, João Tavares faz ainda algumas considerações sobre a “aquietação” dos índios na Paraíba como sendo um elemento de grande importância para a manutenção da conquista e da povoação daquela capitania:

O que nesse caso e por serviço de vossa majestade entendemos que para aquietação daquela capitania, e bem dela se requeresse, para que permaneça: conservação do gentio que é bom presidio, o que com essas divisões está muito abalado e ja começou a espalhar e dessa capitania se sustenta o melhor que pudemos [...] não deixaremos de insistir e intar com rogos e amoestações e requerimentos para vermos essa quietação como faz tão bem o capitão logotenente de Jorge de Albuquerque, que é Philippe Cavalcante, que com particular cuidado entende nisso e no mais de vosso serviço. Porque entregando a João Tavares no princípio da dita Capitania a criou e povoou, a Frutuoso Barbosa em mais estado de paz do que ela hoje está e mais desafrentada do inimigos: se vê ora entanto o porto e importa com abrevidade possível por ser doutrem e este cargo, ou que vossa magestade a ia para seu serviço mandar ver a Frutuoso Barbosa que servisse de nós que ia que temos estes trabalhos de costume não sentiremos tornar a elleger que faça com dom Pedro o que convinha com mais quietação e segurança em quando sua governança não for capaz, de vossa majestade mandar outro governador.<sup>48</sup>

Aparecem ai os mesmos lugares-comuns do discurso dos jesuítas no *Sumário das Armadas*, que teremos a oportunidade de verificar detalhadamente adiante. São informações que se repetem ao longo das duas narrativas e que estão colocadas a serviço de uma depreciação da imagem do então governador Frutuoso Babosa. São esses elementos: a suposta má fé de Frutuoso Barbosa para com as coisas da Coroa, o interesse pessoal acima de tudo, a falta de habilidade para com as coisas de interesse da Paraíba e da fazenda real e a importância dos índios aldeados no entorno da cidade para a manutenção do que já havia sido conquistado e construído naquela capitania. Tais elementos aparecem dentro de uma ordem específica do discurso, na qual a narrativa dos eventos de guerra (no caso do *Sumário das Armadas*) e a denúncia da conduta administrativa do governador (no discurso de João Tavares) tendem a informar que o lugar ocupado por Frutuoso Barbosa, quer como pretense conquistador ou já como governador, caberia de fato a outro. Com efeito, ainda que se considere a particularidade dos interesses dos jesuítas e do ex governador na Paraíba, sobre ambos os discursos pesam as disputas pelo poder num novo espaço aberto com a conquista e com a fundação de uma nova capitania.

---

<sup>48</sup> **Carta da Câmara de Olinda para D. Filipe I informando das desordens que havia entre Frutuoso Barbosa e D. Pedro de la Cueva para que interviesse, antes que de todo se perdesse aquela capitania da Paraíba, nomeando outro governador.** Olinda, 29 de Agosto de 1589. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT); Corpo Cronológico, Parte I, mc. 112, nº 57. Há uma transcrição desta carta em anexo a essa dissertação. Ver: ANEXO F, p.138.

No *Sumário das Armadas* a honra da conquista é reivindicada para o Ouvidor geral Martim Leitão, mas o elogio à participação na guerra também se estende a alguns de seus aliados mais próximos, entre eles o loco-tenente de Pernambuco Philippe Cavalcante, o mesmo que aparece indicado por João Tavares como sendo de melhor serviço aos negócios da Paraíba. Na carta, João Tavares falava em nome de dois funcionários da Coroa na Paraíba, um vereador e um procurador do Conselho, que teriam feito reclamação contra Frutuoso Barbosa junto à Câmara de Olinda. O discurso de João Tavares legitimava-se, portanto, sob três lugares ocupados por ele nas redes de poder que estavam formando-se entre as elites locais de Pernambuco, Itamaracá e a nova capitania: o de escrivão da Câmara de Olinda, o de ex-governador da Paraíba e o de participante ativo nas guerras de conquista, a qual ele faz questão de lembrar na sua carta.

Com essa carta endereçada ao rei Felipe II, João Tavares também aproveitava o nome daqueles representantes da administração local da Paraíba pra levantar suspeitas fortes sobre a idoneidade de Frutuoso Barbosa e das pessoas do seu serviço, a quem o novo governador estava supostamente favorecendo. Segundo João Tavares, os dois homens diziam que: “[Frutuoso Barbosa] faz o que quer, com um cunhado seu, e que se chama Pero Coelho de Souza, natural das ilhas, e que dizem nos tempos das alterações desse Reino andar em França, e não em vosso serviço”.<sup>49</sup>

Essa carta, por si, não permite concluir se a denúncia contra o governador da Paraíba e o pedido para que ele fosse substituído era parte de uma ação conjunta do ex-governador João Tavares com os jesuítas. Entretanto, pela forma elogiosa ou depreciativa com que cada uma das personagens aparece representada nos dois documentos é clara a confluência dos interesses dos jesuítas e do ex-governador João Tavares no que tange a retirada de Frutuoso Barbosa do governo da Paraíba. Percebe-se aí, uma articulação política primitiva entre forças da administração colonial, da esfera local, e da Companhia. Essa articulação, segundo entendemos, liga por questões de interesse comum o Ouvidor geral Martim Leitão, ex-governador e escrivão da Câmara de Olinda João Tavares, o loco tenente de Pernambuco Philippe Cavalcante e os representantes da Companhia de Jesus na Paraíba.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> **Carta da Câmara de Olinda para D. Filipe I informando das desordens que havia entre Frutuoso Barbosa e D. Pedro de la Cueva para que interviesse, antes que de todo se perdesse aquela capitania da Paraíba, nomeando outro governador.** Olinda, 29 de Agosto de 1589. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT); Corpo Cronológico, Parte I, mç. 112, nº 57.

<sup>50</sup> Essa representa apenas a mais evidente das coalizões políticas nos primeiros tempos da Paraíba, mas isso não significa que outros representantes das elites da capitania de Pernambuco e Itamaracá não estivessem também articulados politicamente nessa época.

Pelo mesmo *Sumário das Armadas* evidencia-se a formação de uma coalizão contrária, envolvendo D. Philippe de Moura – que era cunhado de Philippe Cavalcante - e o provedor da fazenda Martim Carvalho, o grande inimigo político de Martim Leitão naqueles tempos. D. Philippe aparece no *Sumário das Armadas* como um covarde, que havia se escondido da convocação para a primeira expedição e que só havia participado das guerras por obrigação. Assim, apesar de ser o cunhado de um homem ligado à Martim Leitão e a João Tavares, a “frouxidão” é a marca de D. Philippe no *Sumário das Armadas*, a quem os jesuítas denunciam pela formação de uma oposição política ao ouvidor geral: “Logo o ouvidor geral, em lhe dando os requerimentos, os-mandou ao capitão D. Philippe que, por estas diligências do ouvidor, estava já “liado” com Martim Carvalho.”<sup>51</sup> Essa depreciação da figura de D. Philippe de Moura, então feita pelos jesuítas, deve estar fundada justamente no fato dessa aliança do dito D. Philippe com o provedor da fazenda, mas essa posição contrária a D. Philippe de Moura não parece ser compartilhada pelo próprio rei Felipe II, segundo o trecho de uma carta enviada diretamente à Martim Leitão em primeiro de outubro de 1585:

Já deve se ter sabido como no regimento que Frutuoso Barbosa levou quando foi deste reino, ia declarado o sitio em que havia de plantar-lhe este forte pelo que vos mando que o trabalheis por se fazer nelle segundo o lugar em que **só houver de fundar com o parecer di dom Felipe de Moura** e das mais pessoas dessas partes que o bem entendam, e serão praticas nella.<sup>52</sup>[grifo nosso]

Confessando-se a Heitor Furtado em 21 de janeiro de 1595, quando da passagem do Tribunal do Santo Ofício pela cidade de Filipéia de nossa Senhora das Neves, um cristão-novo, mameluco de nome Francisco Lopes deu algumas informações sobre as distensões entre os jesuítas e o governador Feliciano Coelho no ano de 1592. Mesmo configurando um filtro sobre o que fora narrado pelo morador da Paraíba, a pena do notário nos permite considerar que não eram apenas as elites políticas da Paraíba que não viam os religiosos da Companhia com bons olhos naqueles tempos, mas também a “gente miúda”<sup>53</sup> da nova capitania, ou pelo menos o mameluco que se confessava:

<sup>51</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].**Capítulo 8, folha 57. FURNE, p. 48.

<sup>52</sup> **Cópia de umas cartas de D. Filipe I para Frutuoso Barbosa e Martinho Leitão sobre a construção da fortaleza da barra da Paraíba e das diferenças que houve entre João Alvares Sardinha e João Rodrigues Coutinho, capitão da Mina.** 01 de Outubro de 1585. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT); Corpo Cronológico, Parte I, mç. 112, nº 3.

<sup>53</sup> Esse é um termo que aparece no próprio *Sumário das Armadas* para representar as camadas mais simples daquela sociedade. Ao tratarem da gente que estorvava os índios esse termo se liga a outro, que é “misturas” e assume um caráter pejorativo, geralmente associado à “ruim semente lançada do limoeiro de Lisboa” ou os degradados do Reino.



“(...) Confessou mais que, haverá quatro anos, que nesta cidade [essa cidade é Filipéia de nossa Senhora das Neves], não lhe lembra tempo nem lugar certo em que aconteceu, agastando-se ele vendo que estava esta terra cercada dos petiguares e que os padres da Companhia residentes nas aldeias estorvavam com que os gentios delas não vinham socorrer como o capitão mandava, disse ele confessante com cólera que por clérigos e frades se havia de perder o mundo e isto disse por vezes perante pessoas, não lhe lembra quantas nem quais”<sup>54</sup>

A colaboração dos jesuítas na conquista da terra é reivindicada no *Sumário das Armadas*, mas podemos entender que por volta de 1592 os padres da Companhia já tinham mais a reivindicar diante das autoridades. Se, num primeiro momento, a colaboração dos jesuítas consistia diretamente no trato com as populações indígenas durante as guerras, com a capitania fundada a contribuição da Companhia encontrava sentido dentro da própria lógica catequética, com a construção de aldeamento indígena e residência para os religiosos jesuítas no entorno na cidade. Serafim Leite não aponta o desfecho da missão da Paraíba como expulsão, mas como uma retirada honrosa diante das muitas dificuldades e perigos que os padres enfrentavam naquela capitania. Segundo Leite:

Não se aplanando as dificuldades, e sendo o campo grande, os jesuítas, sacudindo o pó das sandálias, saltaram por cima, deixando a Paraíba entregue a si própria e ao seu destino, daí em diante apagado, e foram levar a luz do Evangelho e os benefícios da instrução pela costa imensa, progressivamente, até ao extremo norte.<sup>55</sup>

Outra é a perspectiva do jesuíta Fernão Guerreiro que, escrevendo em 1603, ressalta a expulsão sofrida pelos jesuítas da Paraíba como uma injustiça das autoridades locais. Segundo Guerreiro:

[...] a terra, onde logo se fez povoação, & se começaram a fazer engenhos, & foi crescendo de modo, que há hoje oito ou nove, de que sua Majestade tem muito boa renda, & os franceses foram dalli lançados, e o grosso trato, que tinha o pau, ficou todo de sua Majestade: e aos índios poseram logo os padres em aldeia, e os começarão a cultivar & doutrinar. Posto que depois de tudo isso feyto, em paga desta boa obra, que os padres ali fizeram, veio outro capitão de novo, que sem nenhuma cauza, nem culpa, que nos padres houvesse, mais que o defenderem aos índios, & os ressitsem as sem razões, & injustiças, que lhe faziam, **os lançou dalli fora com muytas afrontas.**<sup>56</sup>[grifo nosso]

<sup>54</sup> Confissão de Francisco Lopes, Cristão-novo, mameluco em 21 de janeiro de 1595 na cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. **Primeira Visita do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595.** Prefácio de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. *Confissões*, p. 137.

<sup>55</sup> LEITE Antonio Serafim. **HCJB.** Op. cit. Tomo I, Livro V, Cap. IV, p 182.

<sup>56</sup> GUERREIRO, Fernão. **Relação Annual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental e no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné nos annos de 1602 e 1603.** Lisboa: S Rodrigues, 1605, p. 112.

Serafim Leite considera que esses termos são por conta de Fernão Guerreiro, que “aformoseia” os fatos na sua narrativa. Entretanto, se o perigo para colonos e jesuítas era anunciado pelo próprio governador Feliciano Coelho e a saída dos padres fora justificada na Instituição como um *periculum in mora*<sup>57</sup>, caracteriza-se que os padres não saíram da Paraíba por sua vontade ou porque “não se aplanavam as dificuldades” ou porque “o campo era grande” demais para se prenderem ali. Enfim, não é muito para crer que os jesuítas tenham sido realmente expulsos da Paraíba.<sup>58</sup>

Com base no *Sumário das Armadas* pode-se perceber que as disputas locais pelo poder precedem qualquer conquista ou ocupação espacial naquela região. Na verdade, os cargos administrativos e as patentes que surgiam na própria formação da empresa de conquista já alimentavam um estado de tensão entre as elites locais. Com efeito, a criação de uma nova capitania implicava diretamente na reprodução do aparelho administrativo português num espaço recém integrado à lógica ocidental e particularmente ibérica. Esse era um processo que comportava, a um só tempo, a formação de quadros administrativos, a concessão de terras e privilégios diversos que eram disputados pelas elites.

Destacando aqui a concessão de terras, verifica-se a chave para a expansão do negócio do açúcar que estava em franco desenvolvimento na capitania de Pernambuco, expandindo-se para além dos limites desta capitania com a de Itamaracá e para o qual a mão-de-obra indígena era, sem dúvida, essencial. A questão da tutela jesuítica sobre os índios, por sua vez, concorria para o desgosto das elites locais em relação aos padres da Companhia. Complicando-se mais ainda a situação dos jesuítas ali, o próprio projeto catequético dos jesuítas para nova capitania, ou seja, a conversão dos índios da região do rio Paraíba ao

<sup>57</sup> A referência é do próprio Serafim Leite, mencionando o termo na carta de Luiz da Fonseca que autorizou a saída dos jesuítas. Ver: LEITE, Antônio Serafim. **HCJB**, Op. Cit. Tomo I, Livro V, Cap. IV, p. 181.

<sup>58</sup> Ao que parece, Serafim Leite não via a expulsão dos jesuítas do Paraíba como ação digna de entrar para a história da Companhia de Jesus no Brasil. A análise crítica da sua escrita indica que ele realiza outro tipo de “aformoseamento” dos fatos apresentados pela documentação, o que não deixa de ser irônico. De fato, a escrita de Fernão Guerreiro buscava justamente inscrever o evento da expulsão num modelo de heroísmo já conhecido dos jesuítas, e que é uma marca das antologias de cartas que aparecem na literatura jesuítica nas primeiras décadas do século XVII: a das missões ao sertão como relatos edificantes e consolatórios. O perigo da morte e a injustiça caracterizavam a imitação da vida de Cristo no martírio, um fenômeno indispensável à vida dos santos que era introduzido na descrição da marcha a pé pelo sertão. Se Guerreiro “aformoseava” os fatos, o fazia numa descrição *hagiográfica* [no sentido colocado por Michel de Certeau] das missões ao sertão. Portanto, era para honrar a Companhia e os próprios missionários que Guerreiro escrevia. Sob essa perspectiva, essa forma de contar o evento não parece menos honrosa do que a de Serafim Leite, que numa escrita tensionada pela vontade objetivadora dos historiadores do seu tempo e pelo lugar que ele ocupava no projeto historiográfico da Companhia, representa os jesuítas à beira da insensibilidade. De fato, os jesuítas aparecem deixando a Paraíba - e diga-se de passagem, também os índios da Paraíba - “à própria sorte”, “apagada” sem a “luz do Evangelho”; e porquê? Porque “não se aplanavam as dificuldades, e sendo o campo grande”. Segundo entendemos, na intenção de enobrecer a missão da Paraíba, Serafim Leite acaba por representar os padres da Companhia largando uma fatia magra da obra missionária pelo que ainda havia por ser cortado.

Cristianismo, não poderia sustentar-se sem o sucesso da “guerra justa” contra os Potiguara. Era, portanto, desde o início uma situação delicada para aquela missão.

#### 1.4 O NEGÓCIO DO AÇÚCAR: um problema e uma oportunidade

Segundo Regina Célia Gonçalves, o cativo indígena e a expansão do o negócio do açúcar no sentido setentrional da costa, a partir da capitania de Pernambuco, podem ser definidos como elementos propulsores das guerras de conquista da Paraíba e, ao mesmo tempo, como forças que atuaram sobre a lógica da ocupação do espaço entre finais do século XVI e início do século seguinte. O ideal missionário e a proteção levada aos índios é, sem dúvida, um elemento que nos permite entender o interesse dos jesuítas no movimento de conquista da região do rio Paraíba e do conjunto de questões colocadas no estudo da autora. Entretanto, não há porque duvidar que os próprios jesuítas não vissem essa expansão do negócio do açúcar como uma forma de financiamento de uma nova frente missionária que se abria com deslocamento das fronteiras da colonização.

Segundo entendemos, os jesuítas da província brasileira, que evoluíam juntamente com a dinâmica das relações na sociedade colonial, viam no açúcar uma forma de autofinanciamento da obra missionária e, por conseguinte, uma oportunidade de diminuir a dependência financeira que as atividades missionais tinham em relação à sociedade civil.<sup>59</sup> Para tal, era importante que os jesuítas estivessem articulados politicamente com as elites locais, sobretudo com os donos de engenho e que controlassem diretamente as informações úteis sobre esse negócio.

Em 1584, relatando a visita do Visitador Cristóvão Gouvêa a Pernambuco, o padre jesuíta Fernão Cardim, incluiu várias notas sobre a quantidade de engenhos de cada região visitada. Na *Narrativa* sobre Pernambuco consta uma larga descrição da nobreza da gente da terra, reforçando a relação entre a cultura do açúcar a prosperidade da sociedade. Os jesuítas,

---

<sup>59</sup> Os primeiros jesuítas contavam com uma modesta dotação de cabedal para sua subsistência, como arroz e mandioca. Pelo alvará de 1557, se ordenava que cada religioso da Companhia (eram 28 nessa época) recebesse quatro panicus de mandioca e um alqueire de arroz. Esse mesmo alvará já previa um pagamento em dinheiro para o caso de não haver arroz. Pelo alvará de D. Sebastião, de 7 de novembro de 1564, ficava estipulada dotação real para os padres na forma de redízimas. Na Bahia e depois em Pernambuco essas redízimas vinham do negócio do açúcar, o que não significa que os jesuítas deixassem de receber as esmolas da comunidade civil. Por volta de 1580, o problema com as esmolas era a concorrência com outras ordens religiosas, a má vontade dos funcionários da Coroa e campanha contrária empreendida por colonos e algumas autoridades coloniais, que acabava refletindo na atitude dos civis para com a Companhia. Para o pagamento das redízimas, ou seja, o pagamento oficial, o problema eram as dificuldades que os funcionários da Coroa colocavam, dificultando o acesso dos jesuítas à suas rendas ou das mesmas autoridades colônias, que se negavam a pagá-las. Para mais ver: LEITE, Antônio Serafim. **HCJB**. Op. Cit. Tomo I, Livro II, Cap.I,p.43-47.

que naquela época recebiam 1000 ducados dos pães de açúcar de Pernambuco, são descritos por Fernão Cardim realizando a benção dos engenhos que passavam a moer naquele ano. Segundo o padre Fernão Cardim, referindo-se aos donos de engenho, aquela obra era uma “cousa que muito estimaram”, mas que certamente também o era pelos jesuítas que faziam essas bênçãos.<sup>60</sup> Segundo Charlotte de Castelnau-L’Estoile, que verifica o posicionamento da Companhia de Jesus em relação ao negócio do açúcar no Brasil da década de 1580:

Para Cardim e Gouvêa, parece claro que os jesuítas devessem se engajar na economia açucareira para garantir a sobrevivência da província e aliviar as dívidas dos colégios. No mesmo sentido, a posse de escravos pela Companhia não parecia perturbar o visitador, e seu companheiro da o número das “gentes de serviço” de cada colégio sem parecer perturbado com a presença de escravos nos colégios da companhia.<sup>61</sup>

Mais do que curiosidade jesuítica, o relato de Cardim aponta para o interesse que os jesuítas já manifestavam sobre aquele negócio. O próprio Fernão Cardim informa que o investimento inicial do Colégio de Olinda estava sendo dobrado com o financiamento do açúcar. Essa era uma explicação dos lucros retidos no comércio do açúcar já em sua aplicação na obra missionária da Companhia.

Esse mesmo interesse também aparece no *Sumário das Armadas*, que detalha, em muitos trechos, os espaços adequados à cultura do açúcar na região do rio Paraíba e as vantagens desse negócio para a Coroa. Com efeito, junto ao forte e ao armazém, uma das primeiras edificações da capitania recém fundada foi logo o engenho real, e os jesuítas não deixaram de pontuar esse edifício como uma das importantes realizações em benefício da capitania. Em termos de vantagem direta para a Companhia, com a implantação do negócio do açúcar na Paraíba os jesuítas poderiam, tal como em Pernambuco, financiar uma nova frente missionária, mas somente se superassem os problemas políticos que já enfrentavam por volta de 1588 e que se agravariam, levando-os à expulsão da capitania da Paraíba em 1592.

Entretanto, as vantagens do negócio do açúcar para os jesuítas da Paraíba deveriam ser obtidas a longo prazo, um plano que se elaborava aos poucos, pois na década de 1580 ainda não tinham permissão para cultivar a cana ou produzir e explorar diretamente o açúcar. Perceba-se que esse plano acaba sendo colocado em prática em outras frentes missionárias já na década seguinte, após a permissão dada pelo padre geral Cláudio Aquaviva para que os cultivassem a cana-de-açúcar. Seja como for, no início do século XVII os jesuítas da

<sup>60</sup> CARDIM, Fernão. Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica. Em: **Tratado da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 162.

<sup>61</sup> CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de. **Operários de Uma vinha estéril**. Op. Cit, p. 59.

província do Brasil já exploravam diretamente o comércio do açúcar e essa seria certamente uma realidade compartilhada pelos jesuítas da Paraíba caso não tivessem sido expulsos.<sup>62</sup>

### 1.5 A “ESPECIALIDADE” SOBRE OS ÍNDIOS, SOBRE A TERRA E SOBRE A GUERRA: uma estratégia diplomática.

Para além da instabilidade econômica numa província jesuítica em expansão, pode-se, com efeito, considerar que a década de 1580 representou também um momento de grandes dificuldades políticas para os jesuítas, e não apenas no âmbito local da missão da capitania da Paraíba, mas para toda a província jesuítica do Brasil. Nesse período, dois personagens fizeram uma campanha ferrenha contra os jesuítas do Brasil. Gabriel Soares de Souza e o governador Manoel Teles Barreto, cada um a seu modo, representaram um grande empecilho às atividades da Companhia e juntos promoveram um desgaste da imagem da mesma como autoridade no trato com os índios do Brasil. Serafim Leite informa que mesmo enquanto Manoel Teles Barreto ainda ocupava o cargo de Vereador da Câmara, ele já se opunha, o quanto podia, aos requerimentos do Colégio jesuítico de Santo Antônio.<sup>63</sup> Quando este assumiu o governo do Brasil, em 1584, “refletia aquela má vontade” dificultando as práticas jesuíticas na colônia e difamando-os junto à sociedade colonial e à corte de Felipe II.

Sempre tendencioso às reivindicações dos colonos e opositor ferrenho ao pagamento das rendas dos religiosos da Companhia, esse governador acusava os missionários do Brasil de terem interesses diferentes do religioso nas atividades que desempenhavam. Interesseiros e mal intencionados, segundo Manoel Teles Barreto, os jesuítas foram, ainda, acusados de tramar e fomentar revoltas indígenas contra o poder civil. Manoel Teles Barreto dificultou, ainda, o financiamento da missão jesuítica no Brasil, ora com sua autoridade de governador, negando-se a pagar suas rendas, ora difamando os jesuítas entre a gente de posses que ajudava a Companhia.<sup>64</sup>

Nesse mesmo período, Gabriel Soares de Souza apresentou uma grave denúncia contra os jesuítas do Brasil na Corte de Felipe II. Na esperança de conseguir uma legislação favorável à exploração do trabalho escravo das populações do Brasil, Souza alegava que os padres da Companhia estavam enriquecidos de fazerem um trabalho inútil para o Reino, que

<sup>62</sup> Sobre as Companhia de Jesus e os negócios envolvendo o açúcar no Brasil, Ver: CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de & ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. **Une Mission Glorieuse et Profitable: réforme missionnaire et économie sucrière dans la province jésuite du Brésil au debut XVII siècle.** *Revue de Synthèse: 4<sup>o</sup>S.* n<sup>o</sup>2-3, avr.-sept. 1999, p. 335-358.

<sup>63</sup> LEITE, Antônio Serafim. **HCJB.** Op. cit. Tomo I, Livro III, Cap. II, p. 75.

<sup>64</sup> Serafim Leite dedica uma longa nota sobre a atitude desse governador em relação à Companhia de Jesus no Brasil em: LEITE, Antônio Serafim, **HCJB.** Op. Cit. Tomo II, Livro II, Cap. II, p.275-279.

nem sobre as vilas nem sobre os próprios índios havia vantagem da presença dos jesuítas no Brasil, sobretudo quando esse trabalho era feito com a despesa da fazenda real. O discurso de Gabriel Soares de Souza atuava também muito fortemente como difamação do caráter religioso das missões jesuíticas, incidindo principalmente sobre os padres que falavam a língua dos índios, dizendo que sobre eles recaíam vários pecados, inclusive com as mulheres indígenas. Num trecho da denúncia, tratando do investimento da fazenda real, Gabriel Soares argumenta que:

[...] basta que se ensine um pouco de latim, ler e escrever, como se fazia sem segunda renda, e como na verdade não se ensina outra coisa, nem há na terra quem aprenda mais. [...] em qual até hoje não acabaram o curso das Artes mais que seis ou sete pessoas [...] teologia não ouviram mais que quatro pessoas de fora e uma só se fez bom pregador [...] se em Portugal, antes, não havia mais que a Universidade de Coimbra, porque não bastará ao Brasil a da Bahia para todo o Estado?”<sup>65</sup>

Em relação ao impacto dessa oposição aos jesuítas na Corte de Felipe II de Espanha, Castelnau-L’Estoile considera que o período foi marcado por “uma verdadeira guerra de propaganda em Portugal e Espanha, e cada um dos campos [jesuítas de um lado, colonos ou seus representantes do outro] tenta impor a sua versão dos fatos.”<sup>66</sup> Segundo a autora, ao buscarem superar o momento de instabilidade política e o desgaste da imagem da Companhia pela campanha de Gabriel Soares de Souza, os jesuítas precisavam apresenta-se, nos documentos que eles próprios escreviam, como especialistas no trato com as populações indígenas do Brasil. Em outros termos, a superação do contexto de desconfianças em relação a Companhia, então criado pelos discursos e pela influência do governador Manoel Teles Barreto e pelas denúncias de Gabriel Soares de Souza, passou a ser realizada com a demonstração da habilidade indispensável dos jesuítas para a conquista territorial e para o convencimento das populações indígenas do Brasil.

Era, portanto, para contornar uma situação de instabilidade política que a escrita da missão no Brasil da década de 1580 precisava ser explicitamente uma escrita de especialistas nos assuntos indígenas. Considerando-se o *know-how* da Companhia sobre a realidade do Brasil desde 1549, sobretudo em relação às populações indígenas, podemos considerar que jesuítas eram efetivamente especialistas, mas era preciso que isso ficasse claramente exposto na escrita da missão e logo cristalizado do âmbito exterior da Companhia, e principalmente corte de Felipe II. Nas palavras de Castelnau-L’Estoile: “Diante dos ataques como os de

<sup>65</sup> LEITE, Antônio Serafim, **HCJB**. Op. Cit Tomo I, Livro V, Cap. II, p 166.

<sup>66</sup> CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril**. Op cit. p125.

Gabriel Soares de Souza, a estratégia dos jesuítas consiste em aparecer como os “especialistas” do mundo indígena, os mediadores inevitáveis entre a coroa e os índios.”<sup>67</sup> Assim, nas últimas décadas do século XVI a curiosidade dos relatos jesuíticos é colocada à serviço de uma propaganda da especialidade da Companhia entre os índios: tudo deve ser relatado com cuidado e cada evento ou ação jesuítica aparece narrada com autoridade de conhecimento.<sup>68</sup>

Com efeito, toda a narrativa do *Sumário das Armadas* reflete essa vontade de verdade dos jesuítas. Os índios são descritos em suas formas de religiosidade, sexualidade, organização das tribos, alimentação, Natureza (tanto no sentido de essência espiritual ou índole quanto da sua própria materialidade) e nos seus modos de guerrear. Os eventos de guerra contra os potiguaras e franceses são relatadas numa linguagem que busca o ponto de vista do soldado, uma linguagem especializada na descrição do espaço e nas táticas de guerra portuguesas e indígenas. Cada arma, cada estratégia, as formas de circulação pelo espaço, os materiais utilizados, tudo muito detalhado e especificado como num grande e precioso manual da vitória sobre os Potiguara e seus aliados franceses naquela região.

Contudo, cumpre notar que, nesse evento particular, a “especialidade” dos jesuítas estava diretamente aplicada na colaboração com as forças militares numa empresa de conquista que havia sido ordenada pelo próprio governador Manoel Teles Barreto, que como verificamos anteriormente, era um grande opositor das práticas missionais jesuíticas na década de 1580. Não é efetivamente o governador Manoel Teles a personagem honrada pela escrita dos jesuítas; o velho governador não participou diretamente das guerras, já era idoso em 1584, quando assumiu o governo geral, e já havia falecido no ano de 1587. Mas era, certamente, a ausência dele que alimentava a esperança dos jesuítas da Paraíba em tempos melhores, sobretudo enquanto contassem com a simpatia de uma autoridade da importância do ouvidor geral Martim Leitão.

Assim, entendemos que o *Sumário das Armadas* não foi exatamente pensado para ser um modelo de edificação para os irmãos da Companhia de Jesus, mas sim um discurso político e diplomático dos jesuítas da Paraíba para com as elites locais, para a sociedade colonial e para a Corte de Felipe II. O *Sumário das Armadas* inaugura, portanto, um discurso de coesão entre diferentes forças na conquista dos espaços coloniais, um modelo que se

<sup>67</sup> CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de **Operários de Uma vinha estéril**. Op. Cit, p.277.

<sup>68</sup> Como comentamos anteriormente, direta ou indiretamente relacionada a esse movimento na escrita jesuítica, até o final do século XVI a legislação indigenista de Felipe II de Espanha acabou por oferecer um relativo ganho político para os jesuítas. ver: THOMAS, Georg. **Política Indigenista dos Portugueses no Brasil 1500-1640**. São Paulo:Loyola, 1982.

repetiria nas relações de expedição ao sertão da década seguinte. Nesse relato, a especialidade dos jesuítas aparece muito menos “para a maior glória de Deus”, como costumavam repetir na sua mística, do que para a glória da Coroa e para louvar os feitos de determinadas elites locais em detrimento de outras: uma concessão do discurso jesuítico num momento de crise e instabilidade política. De fato, o discurso de conquista da Paraíba guarda uma dimensão extremamente pública, um direcionamento para o exterior da instituição e uma profunda ligação com o contexto político de tensões que os jesuítas viviam na Paraíba, nas relações com a administração colonial e na corte de Felipe II. Resta-nos, ainda, entender como esse discurso garantia sua legitimidade do ponto de vista das interdições institucionais na própria Companhia de Jesus; passemos a isso.

#### 1.6 O POSICIONAMENTO DOS JESUÍTAS EM RELAÇÃO À GUERRA E AOS ÍNDIOS NA DÉCADA DE 1580: zelo com prudência

Conforme apontou Castelnu-L’Estoile, uma das determinações do padre Cristóvão de Gouvêa – e não custa lembrar que ele era a autoridade jesuítica que havia encomendado a feitura do *Sumário das Armadas* – sobre o posicionamento dos missionários em relação às guerras levadas aos índios era para que os jesuítas da província relativizassem a proteção que estavam dando ao gentio, restringindo-se, dali em diante, ao espaço da aldeia. Era uma forma de diminuir ou ao menos não agravar a situação desconfortável dos missionários da Companhia em relação à sociedade colonial naquele período, sobretudo porque eram muito recentes os inconvenientes causados por Gabriel Soares de Souza e pelo governador Manoel Teles Barreto. Aos jesuítas ficava determinado que não demonstrassem zelo exagerado sobre a utilização da mão-de-obra indígena, sobretudo no caso dos apresadores serem colonos pobres, por supostamente dependerem mais do trabalho dos índios. Os jesuítas deveriam participar apenas das expedições ao sertão para as descidas, não se pronunciando mais contrariamente à “guerra justa”.<sup>69</sup>

Com efeito, a orientação do Visitador sobre a participação dos padres da Companhia nas guerras coloniais estava limitada mesmo antes da visita. Segundo Serafim Leite, citando um trecho escrito em 1568 pelo padre B. Inácio de Azevedo, somente com autorização do Provincial ou quando o próprio governador os convidasse e fosse, em pessoa, junto às tropas, os jesuítas estariam autorizados a ir confessar os feridos e ajudar na guerra.<sup>70</sup> Em 1586 as regras tornavam-se um pouco mais rígidas. No parecer do Visitador Gouvêa a figura do

<sup>69</sup> CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril**. Op. Cit., p. 148-150.

<sup>70</sup> LEITE, Antônio Serafim. **HCJB**. Op. Cit. Tomo II, Livro II, CapI, p. 267.



governador desapareceria da premissa para a participação militar dos jesuítas<sup>71</sup>, mas a autorização de um padre provincial para a participação direta ou indireta dos jesuítas na guerra foi restringida com o termo: “senão em algum caso raro e de muito serviço de N. senhor”<sup>72</sup>.

Segundo nos parece, os jesuítas que participaram das guerras da Paraíba estavam acobertados pelas duas premissas colocadas pelo Visitador Cristóvão de Gouvêa. Em primeiro lugar porque o próprio padre Gouvêa, então a maior autoridade jesuítica na província do Brasil<sup>73</sup>, havia encomendado o relato das guerras de conquista da Paraíba, o que já dispensava a autorização de um padre provincial para que eles estivessem em missão junto às forças militares. Em segundo lugar, porque essas guerras não eram apenas contra “índios bravos”, mas também contra a aliança destes índios com os franceses, inimigos internacionais da Coroa espanhola.

De fato, na década de 1580 as divergências da Coroa espanhola – e por sua vez também Portugal - com os franceses já era uma guerra violenta, com vários e graves incidentes de tomadas de embarcações, de mortes e de prejuízos para ambos os lados. Em suma, já não eram apenas disputas comerciais ou discordâncias religiosas, mas sim um estado pleno de guerra. Nesse caso, o serviço prestado pelos jesuítas estava num patamar de cooperação com forças militares da Coroa contra um inimigo comercial e religioso. Esse mesmo inimigo também já havia causado muitos danos à própria Companhia de Jesus, inclusive com o assassinio de jesuítas em missão.<sup>74</sup> Assim, o “estado de guerra” contra os franceses colocava os jesuítas diretamente dentro de uma “guerra justa” levada aos Potiguara da região do rio Paraíba. Configurava-se, assim, o “caso raro e de muito serviço de N. senhor” de que fala o Visitador Gouvêa.

No início do ano 1587, período no qual a capitania do rio Paraíba se via relativamente livre dos franceses, era o próprio Visitador Cristóvão de Gouvêa que se veria envolvido numa situação bélica. Naquele ano, o capitão inglês Roberto Withrington voltava do Estreito de Magalhães e aportou na Bahia, ensaiando um ataque à cidade. A participação dos jesuítas no comando de um contingente de índios na defesa foi comentada por Fernão Guerreiro no ano de 1603:

<sup>71</sup> É interessante notar que os jesuítas estão antecipando, nas suas práticas, o que determinará a Lei filipina de 1595, que retira o poder de declaração da “guerra justa” contra os índios das mãos do governador.

<sup>72</sup> LEITE, Antônio Serafim **HCJB**; Op. Cit. Tomo II, Livro II, Cap. I, p. 268.

<sup>73</sup> Durante o período de visitação até os provinciais ficavam subordinados à autoridade do Visitador, que era um representante do poder central na província.

<sup>74</sup> Referimo-nos à morte de cinquenta e dois jesuítas em setembro de 1571, pelas mãos dos franceses (e ingleses). Esse evento foi comentado por Serafim Leite em: LEITE, Serafim. **HCJB**, Op. Cit. Tomo II, Livro II, Cap. I, p. 268.

Sendo visitador do Brasil o padre Christóvam de Gouvêa, & estando no Collegio da Baya, soçedeo ir alli uma armada de imigos Ingreses, no tempo que andavam em guerras com o Reyno, para tomarem a terra, & vendo o padre a pouca ou nenhuma defensam, que havia na cidade, para lhes poderem impedir a desembarçam, mandou avisos aos padres que entravam nas aldeias, que acodissem com os índios de suas freguesias; vem logo com suas ferchas, obedecendo à risca aos padres, o que não ouveram de fazer nenhum a capitão, repartem-nos os mesmo padres por suas estâncias, & logares, por onde o imigo podia desembarcar, emcomendado que o façam como christãos, & valentes homens.<sup>75</sup>

Se os índios comandados pelos jesuítas faziam tanta diferença na defesa de uma cidade contra a embarcação inglesa, imagine-se o peso que esse contingente indígena, prático na dinâmica das guerras intertribais e conhecedor da região envolvida nos conflitos tinha nas guerras de conquista da Paraíba.<sup>76</sup> De fato não havia tropas permanentes nem especialização do exército na colônia, pelo menos não entre os séculos XVI e XVII. Dentro dessa realidade, as milícias de conquista da região do rio Paraíba eram compostas por um contingente misto de colonos portugueses, uns poucos soldados espanhóis, índios forros, escravos negros, mestiços e toda sorte de gente convocada pelas autoridades locais para contribuir de alguma forma. A força das tropas era, portanto, diretamente relacionada a quantidade de índios que à integravam.<sup>77</sup>

Com efeito, os índios que integravam as tropas militares da Paraíba não eram apenas mais práticos na guerra do que muitos dos colonos que formavam as milícias, mas também os que estavam em maior número. No *Sumário das Armadas* contam-se centenas de índios acompanhando as tropas; fazendo trabalhos de “gastadores”, cortando árvores, abrindo veredas nas matas ou “dando nos inimigos” com paus e “rebolarias”. Outras vezes os índios aparecem como “espias” valiosos ou como porta vozes dos portugueses para tentativas de

<sup>75</sup> GUERREIRO, Fernão. **Relação Annual** [...] Op. Cit. p 114.

<sup>76</sup>Se, por um lado, os índios Tabajara passam a integrar as tropas portuguesas como uma opção pelo “mal menor” diante da conquista inevitável do seu espaço e do rompimento da sua aliança com os Potiguara, não se deve desconsiderar que essa adesão às forças portuguesas acontecia dentro da lógica guerreira desse gentio, na qual a vingança contra seus “novos” inimigos teria um papel destacado. Sobre as estratégias de negociação dos índios do Brasil e o conceito de “mal menor” ver: ALMEIDA, Maria Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; Cf. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: editora FGV. 2010. Sobre a situação específica dos Tabajara nas guerras de conquista da Paraíba, ver: GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares**. Op. cit.

<sup>77</sup> Sobre a composição das milícias no Brasil de finais do século XVI e sobre as atribuições militares dos governadores, capitães e outros representantes da administração colonial nas capitanias, ver: ALBUQUERQUE, Marcos Lucena Veleda. **Arraial Novo do Bom Jesus: consolidando um progresso, iniciando um futuro**. Recife: Graftorre, 1997; SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001; e: SALDANHA, Antônio Vasconcelos de. **As capitanias do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico**. 2. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 191-211.

negociação com índios os inimigos, como em abril de 1585, por ocasião da primeira jornada de Martim Leitão à região do rio Paraíba. Nesse evento os jesuítas aparecem tentando reatar uma antiga aliança portuguesa com os Tabajara: “Com isso vieram em práticas, por via de Índios, e bons línguas, principalmente pelo padre Jerônimo Machado”.<sup>78</sup> Noutro momento, já no ano de 1586, aparecem atuando sobre o contingente indígena das tropas nos momentos de grande instabilidade: “[...] pregou de noite o nosso padre Baltasar Lopes pela *língua* ao gentio e mamelucos, dos quaes nasce o mal e todos vigiaram melhor que nunca”<sup>79</sup>

Os padres da Companhia prestam, portanto, uma valiosa e direta assistência na guerra contra o gentio Potiguara. De fato, quando ocorrem as duas últimas campanhas de guerra comandadas por Martim Leitão à Baía da Traição e à serra da Copaoba os jesuítas já haviam realizado seu trabalho de convencimento de pazes e rendição dos Tabajara. Somente restava a “guerra justa” contra o gentio Potiguara e a expulsão dos franceses. Nesse sentido, o papel dos jesuítas é ainda diplomático nessa última expedição de guerra, mas não em relação aos índios e sim às elites locais e à administração colonial, a quem prestam um serviço valioso na empresa de guerra e conquista territorial.<sup>80</sup>

Desse modo, pode-se considerar que o papel dos jesuítas nas guerras de conquista da região do rio Paraíba não foi meramente de observadores atentos, escritores pragmáticos e pacificadores. Foi uma colaboração efetiva que se desdobrava no apoio religioso levado às tropas e na ajuda aos feridos, mas também no comando das populações indígenas integradas às forças portuguesas. Ora, não era uma “especialidade” no mundo indígena que a Companhia estava construindo junto à corte de Felipe II? A habilidade dos jesuítas aparece aí aplicada diretamente numa guerra que envolvia a um só tempo a conquista da terra, a vitória sobre os “índios bravos” e a expulsão dos inimigos declarados da coroa espanhola.

Isso nos ajuda a pensar com mais clareza sobre aquele posicionamento “antipático” dos jesuítas da Paraíba, negando-se a continuar participando das guerras que se estendiam ao longo da década de 1590. Segundo entendemos, com a participação dos jesuítas na empresa de guerra e conquista entre 1584 e 1587 e com a propaganda disso (o *Sumário das Armadas*) circulando publicamente na sociedade, os jesuítas já davam provas de suas “boas intenções” para com as conquistas do império e faziam saber que os padres da Companhia não haviam sido, aos olhos dos que lessem o *Sumário das Armadas*, radicais na sua proteção aos índios.

<sup>78</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]**. Capítulo 10, folha 68; FURNE, 1983, p. 53.

<sup>79</sup> *Ibidem*, Capítulo 21, folha 123; FURNE, 1983, p. 87.

<sup>80</sup> No próximo capítulo voltaremos a esse tema, recuperando informações sobre essa participação diretamente nos trechos do Sumário.

Por outro lado, também do ponto de vista da obra missionária, a missão havia cumprido um importante papel, pois os jesuítas da Paraíba haviam fundado aldeamento e residência na promissora capitania de El-Rei, que era a vanguarda da colonização portuguesa e da província jesuítica nas Capitanias do Norte do Brasil. Por que, então, não protestariam contra o deslocamento das aldeias do entorno da cidade para um ponto ainda não controlado militarmente?

A catequese jesuítica na capitania da Paraíba estava direcionada aos Tabajara, que eram chamados pelos jesuítas de “índios de paz” e durante as guerras de “nossos índios”. Quanto ao gentio Potiguara, ao que parece, ficava uma concessão jesuítica para o agrado dos colonos, pois além de ressaltar o caráter selvagem e belicoso desses índios, os jesuítas pontuaram, sem maior agravo, o apresamento indígena ocorrendo durante as guerras.<sup>81</sup> Em alguns trechos do *Sumário das Armadas* o discurso dos jesuítas sobre os índios da região se passa facilmente pelo do colono, como nesse trecho, que representa a servidão indígena como positiva para o desenvolvimento da capitania:

pelo que aquela capitania depende hoje e consiste na conservação daquele nosso gentio, que ao redor dela assentou e vive, que em falta é muito doméstico aos brancos e o ajuda muito em tudo, fazendo-lhes suas casas e mantimentos e finalmente servindo-os como cativos.<sup>82</sup>

Segundo entendemos, tendo tornado pública sua contribuição nas guerras e apoiados pelo que já determinava o visitador Gouvêa, os jesuítas ligados à missão da Paraíba não viam fundamento em continuar assistindo as forças coloniais na “guerra justa” aos Potiguara; uma guerra que representava a desarticulação do projeto catequético já iniciado naquela nova capitania; uma guerra que, em 1592, eles certamente já não viam com os mesmos olhos.

Isso nos leva a crer que o *Sumário das Armadas* foi feito<sup>83</sup> para ser um discurso diplomático num momento de extremas tensões para a Companhia de Jesus, tanto na capitania da Paraíba quanto no âmbito maior que eram as redes de influência política da colônia e do

---

<sup>81</sup> Os jesuítas escreveram sobre o apresamento dos Potiguara em várias passagens relacionadas à terceira jornada comandada por Martim Leitão. Apesar de se mostrarem desfavoráveis, não condenaram nem citaram os nomes dos que realizam o apresamento. Reclamam, contudo, que esse apresamento desobedecia a ordem do ouvidor geral, que era para que matassem os índios, e não para os capturassem. Retomaremos esse tema adiante.

<sup>82</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo final, folha 148; FURNE, 1983, p. 100.

<sup>83</sup> Aqui se deve ter como pressuposto que o documento que circulou no âmbito interno da Companhia de Jesus foi a carta enviada ao visitador Cristóvão de Gouvêa entre 1587 e início de 1589 ou cópia que se tenha feito dela no interior da própria instituição, mas que não foi ainda recuperada pela historiografia. A fonte que chegou à historiografia brasileira e que hoje conhecemos como *Sumário das Armadas* foi uma cópia dessa carta, feita no Colégio de Olinda ou na residência da Paraíba. Era um documento para ter uma circulação pública entre as elites coloniais e reinóis no ano 1588. Trataremos mais detalhadamente dessa questão no terceiro capítulo dessa dissertação.

Reino; um momento de muitas demandas e que os jesuítas da Paraíba buscaram abarcar todas com sua escrita. Circulando no exterior da Companhia de Jesus o documento deveria dar conta da colaboração especializada dos jesuítas na “guerra justa” ao gentio Potiguara e aos franceses; deveria contribuir para a superação do momento de crise política da Instituição, propagandeando as boas relações que tinham para com os representantes da administração colonial, sobretudo quando um desses representantes nas guerras de conquista ocupava um cargo de comando.<sup>84</sup> Deveria também repercutir diretamente no plano político local, em favor do Ouvidor geral Martim Leitão e, consecutivamente, dos próprios jesuítas, de quem o Ouvidor era simpático, segundo se faz ler no *Sumário*.<sup>85</sup> No sentido inverso, mas também para o favorecimento da missão jesuítica na Paraíba, o *Sumário das Armadas* era uma denúncia e um depoimento contra Frutuoso Barbosa, que acabava de assumir o governo da capitania e era uma ameaça real às atividades jesuíticas na Paraíba.

No âmbito de circulação interna da Companhia, o *Sumário das Armadas* deveria seguir a dimensão discursiva de escrita iniciada com Fernão Cardim, no tempo da visita de Cristóvão de Gouvêa, e ser um relato edificante e servindo à consolação dos irmãos jesuítas na demonstração dos grandes trabalhos que a Companhia estava realizando naquelas partes do Brasil. A ênfase da escrita de alguns trechos do relato nas dificuldades enfrentadas do cotidiano da guerra, nas caminhadas a pé e no perigo da morte deveriam, sem dúvida, causar grande emoção entre os padres que lessem esse documento. Entretanto, a circulação do *Sumário das Armadas* no âmbito interior da Companhia não era o foco do relato e sim uma preocupação. As últimas linhas do Capítulo final do documento deixam claro que aquela escrita não estava alinhada com uma forma convencional de relatar a missão, por isso o relato da missão da Paraíba ficava: “sub correctione” dos Superiores e o jesuíta que o assinava: “com

---

<sup>84</sup> No relato, os jesuítas não economizam ligações entre os padres da Companhia e o ouvidor geral Martim Leitão. Contam que durante a guerra se serviram na sua tenda, que o próprio Ouvidor estimava muito a presença dos padres entre as tropas ou ainda que (tal como os jesuítas) o Ouvidor era “o pai dos índios do Brasil”. Num trecho do capítulo 23, a aproximação entre os jesuítas e o Ouvidor é também física: “O Ouvidor geral no segundo quarto, como costumava, a correr as vigias, achou que todas dormiam, senão a dos espanhóis; e acordados todos se foi assentar na rede do padre Baltasar Lopes, que estava deitado.” (*Sumário das Armadas* [...] Capítulo 23, folha 141; FURNE: 96). A representação da proximidade física não está implicada em sensualidade, pelo menos não na lógica dos jesuítas, ou o fato não seria narrado. Essa aproximação é uma estratégia retórica sobre o lugar dos jesuítas na pequena corte das guerras de conquista, então formada em volta do ouvidor geral Martim Leitão.

<sup>85</sup> Martim Leitão deixou o cargo de Ouvidor geral em 1587. Segundo a narrativa no *Sumário das Armadas*, ele tanto enfrentava problemas de saúde quanto a pressão dos inimigos políticos que fez durante as guerras de conquista da capitania. Não encontramos nenhum dado na historiografia ou documento sobre Martim Leitão depois da dispensa nesse ano.

muito medo, pedindo a vossa paternidade que, quando succeder mostrá-lo a alguns padres, sejam dos escolhidos”.<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup>**SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo final, folha 152; FURNE, 1983, p. 102.

## CAPÍTULO 2 – O TEMPO E A VIRTUDE: leituras de um enredo de conquista

*Tão estranhamente gostava desse homem que devo chorá-lo. Eu o considerava a criatura mais cândida, o cristão mais inofensivo que jamais respira sobre a terra; fiz dele o livro em que registrava minha alma a história de seus pensamentos secretos!*

*Shakespeare, Ricardo III*

A narração da conquista e fundação da Paraíba consiste numa operação de escrita complexa, carregada de simbolismos e que, em relação ao que estudamos na primeira parte dessa dissertação, envolve o duplo lugar ocupado pelos jesuítas naquele evento. Como apontamos anteriormente, esse era um lugar tensionado entre a realidade das guerras de conquista da região do rio Paraíba e o ideal missionário que estava colocado à prova na década de 1580. Para contar essa história de guerras e de conquista, e para que ela fosse efetivamente alinhada aos interesses internos e externos da Companhia, os jesuítas acabaram por concentrar sua escrita missionária sobre determinados temas. Em primeiro lugar, o evento de conquista e a própria fundação da capitania precisavam ser inscritos num tempo de guerras que já existia antes mesmo de haver uma missão jesuítica naquela região. Sob essa premissa, escrever sobre a conquista da região do rio Paraíba significava inscrever esse evento num tempo e num lugar da memória sobre os eventos locais, elaborando uma história de guerras e de conquistas que uma vez escrita e levada a público levaria a marca da Companhia. O *Sumário das Armadas* começa, portanto, com um “antes”:

Antes de entrar na relação das guerras e armadas que os reis deste reino mandaram dar e fazer contra o gentio petiguar, senhor de mais de quatrocentas léguas por costa deste rio do Paraíba até o do Maranhão, que começaram no tempo de Luiz de Brito de Almeida, governador deste estado do Brasil, e se acabaram no tempo do licenciado Martim Leitão, ouvidor geral do mesmo estado; e que, por mandado de El-Rei Philippe nosso senhor, os conquistou e povoou o rio Paraíba me pareceu fazer uma breve descrição dele e do estado em que estavam as capitanias de Pernambuco e Itamaracá quando o doutor Martim Leitão entrou nelas, para mais facilidade, no discurso dessa história, se entendam muitas outras coisas, a qual é a seguinte<sup>87</sup>

<sup>87</sup> Esse pequeno trecho do *Sumário das Armadas* antecede todos os capítulos e tem uma função particular na estrutura do documento e não é intitulado ou marcado dentro do conjunto de capítulos. Daqui por diante o chamaremos: *Exórdio*. A *Tópica Exordial* fazia parte de conjunto de técnicas que um autor dispunha desde a Antiguidade para melhor expor uma matéria ao leitor. Sua função era informar os motivos que levavam a feitura de uma obra e os principais pontos tratados pelo autor. Para mais ver: *A Tópica*, em: CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. São Paulo, Hucitec: Edusp, 1996, pp. 121-156.

No *Exórdio*, aparecem os temas de maior importância do relato sobre a conquista, que são respectivamente: o evento de conquista (o conjunto dos eventos ocorridos entre 1584 e 1587 sob o comando de Martim Leitão), o homem virtuoso que tornaria essa conquista possível (o ouvidor geral Martim Leitão, que é a personagem central do discurso dos jesuítas) e o lugar que se conquistava (o rio Paraíba). Esses são os *topos* do discurso histórico dos jesuítas sobre a conquista da capitania do rio Paraíba; são os lugares de passagem ou reincidências sistemáticas no texto; são os elementos textuais que articulam a narração da conquista numa trama organizada de acontecimentos sobre um passado. Em outras palavras, são esses elementos que compõem a estrutura do enredo dessa história de guerras, conquistas de missões jesuíticas na região do rio Paraíba; são esses lugares-comuns que concorrem para a formação de um sentido particular para o evento narrado, para os homens que participaram desse evento e para o espaço que se conquistava.

Na escrita dos jesuítas esses elementos aparecem como cenas da experiência vivida, compostas como quadros pintados delicadamente de perigo, de degradação ou de edificação, conforme se constrói a narrativa da conquista.<sup>88</sup> Que imagens são essas? Como são evocadas no *Sumário das Armadas* e o que elas significam?

## 2.1 A SUPERANÇA DO PASSADO COMO CONSTRUÇÃO DO PRESENTE: um enredo de heroísmo e virtude

Conforme apontou Regina Célia Gonçalves, os conflitos entre portugueses e as populações indígenas na região norte da capitania de Itamaracá estão implicados num conjunto de eventos que antecedem mesmo as guerras descritas diretamente no *Sumário das Armadas*. Segundo a autora, os antecedentes das guerras de conquista na região norte de Itamaracá, e possivelmente na região do rio Paraíba, remontam à década de 1560, quando os Potiguara teriam rompido as relações ou a colaboração que mantinham até então com os

---

<sup>88</sup> Segundo Michel de Certeau, a composição de cenas faz parte do *modus loquendi* do narrador religioso, sendo esse modo de narrar tão performático quanto qualquer narração sobre um objeto ou evento ausente. É uma composição topológica de virtudes e milagres e escreve sobre “aquilo que se passou” como “aquilo que é exemplar”. Não é, portanto, uma composição narrativa cínica, fingindo uma realidade, e sim uma característica do discurso religioso que explica essa realidade de determinado ponto de vista e de acordo com uma “técnica” particular de escrita. Ver: *Uma variante: a edificação hagio-gráfica*, em: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, pp. 289-304. Sobre a composição de cenas na escrita dos jesuítas, ver também: *A imaginação*, em: BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. São Paulo: editora Brasiliense, 1990, p.49-52.



portugueses na região.<sup>89</sup> De fato, a própria narrativa no *Sumário das Armadas* dá conta de que os conflitos entre portugueses e o gentio Potiguara já haviam sido desencadeados nesse período, conforme se lê no Capítulo 1 do documento: “os negros petiguares (o maior em número, e como já disse, o mais guerreiro gentio do Brasil) de vinte anos a esta parte corriam todas as fronteiras de Tamaracá”<sup>90</sup>. Também aparece na narrativa do primeiro capítulo a menção a um Antônio Rodrigues Bacellar, à época capitão da ilha de Itamaracá, e que teria dado guerra aos índios da região do rio Paraíba, mas que: “estas e as outras [guerras] nunca serviram de mais que os fazer [aos índios] destros, ensinando os a pelejar”<sup>91</sup>

O tempo que antecede as guerras oficiais na região é composto pelos jesuítas como um quadro de abandono, desordem e degradação, o que em termos de uma história de conquistas prepara a entrada das autoridades coloniais na narrativa. É nessa imagem do abandono e do descaso que aparece a ação desenfreada da “gente miúda” que: “sem mantimentos, nus como selvagens e sujeitos a todas as perseguições e misérias do mundo, se metem os homens duzentas, trezentas e quinhentas léguas pelo sertão dentro, servindo ao diabo”<sup>92</sup>. Embora a terra seja descrita pelos jesuítas com qualidades excepcionais para o aproveitamento comercial, o “antes” das primeiras expedições de conquista é descrito como um tempo de desordem política, de degeneração do espírito e de ruína da própria sociedade, definindo por dentro e por fora sob o estado de guerra e da própria natureza da terra e da gente do lugar. De acordo com a narrativa, se a “gente miúda” que vinha do reino para o Brasil já não era de se fazer fundamento, aqui pioravam, porque apesar de boa e sã, a natureza e o clima da terra eram essencialmente ruins:

[ os índios] são muito falsos e inclinados a enganar e aleives e é tão próprio e natural isso do clima, e terra do Brasil, que logo se pega e tem ja pegado a quase todos os brancos naturais do Brasil, antes a todos, que a ruim semente que lhe a principio, lançaram do limoeiro de Lisboa e das outras cadeias do reino, piorou ainda mais esta natureza ruim. E assim se deve fazer pouco fundamento dos ditos do Brasil, como não forem de pessoas mui qualificadas na virtude.<sup>93</sup>

O conjunto de argumentos que se faz entender no *Sumário* como o tempo “antes da conquista” compreende uma zona textual que abarca os três primeiros capítulos do documento: o primeiro, que se apresenta como uma cena de degradação e perigos para os

<sup>89</sup> Ver: *O pau de tinta e o cativo ou os antecedentes da conquista*, em: GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares**: política e economia na capitania da Paraíba – 1585-1630. Baurú, SP:Edusc. 2007, pp. 49-64.

<sup>90</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]**. Capítulo 1, folha 19; FURNE, 1983, p. 29.

<sup>91</sup> *ibidem*.

<sup>92</sup> *Ibidem*; Capítulo 1, folha 19; FURNE, 1983, p. 30.

<sup>93</sup> *Ibidem*; Capítulo 1, folha 19; FURNE, 1983, p. 27.

moradores das capitâneas de Pernambuco e Itamaracá, e os dois capítulos seguintes, que tratam das guerras ocorridas antes do ano de 1584 na região. Entretanto, mesmo entre esses capítulos existem peculiaridades e funções específicas desempenhadas na estrutura do enredo. Enquanto o primeiro capítulo produz um ponto de partida para a sucessão de eventos que levam à conquista e, portanto, a uma nova cena no final do documento, o segundo e o terceiro tratam de um tempo de expedições oficiais e particulares que serão a antítese das jornadas oficiais ocorridas entre 1584 e finais de 1586, das quais os próprios narradores haviam participado.<sup>94</sup>

O segundo capítulo do *Sumário* trata do tempo das armadas oficiais que saiam da Bahia para a região do rio Paraíba, tendo como data inicial o ano de 1574, com a expedição comandada pelo ouvidor geral Fernão da Silva. Segundo a narrativa, essa armada pioneira havia saído da Bahia com um triplo objetivo: castigar o gentio Potiguara, expulsar os franceses da região e escolher um lugar para fundar povoação. Os jesuítas não dão muitos detalhes sobre essa expedição. Fora os motivos da guerra, então dividida entre a ação punitiva e a expulsão dos franceses, o pequeno trecho de narrativa termina com uma descrição que se pode dizer irônica, descrevendo um homem da importância do ouvidor geral Fernão da Silva, e que havia ido à região para castigar os índios, correndo deles: “a voltar pela praia que não houve vagar para nada.”<sup>95</sup>

Em seguida aparece a armada comandada diretamente pelo governador Luiz de Brito de Almeida em setembro de 1575, que seria a maior armada já preparada até aquele momento. Segundo a narrativa: “com toda gente que pode ajuntar, levando toda a nobreza da cidade, oficiais da justiça e fazenda, com todos os petrechos e mantimentos necessários, enfim com o maior aparato de capitães e soldados e recado das mais coisas que lhe a ele foi possível ajuntar”.<sup>96</sup> A essa descrição de grandiosidade dessa empresa corresponde uma proporcional descrição de fracasso e prejuízo, pois, conforme se lê, a armada tomou ventos contrários ao

---

<sup>94</sup> Os limites entre a oficialidade e não oficialidade das expedições de conquista narradas no *Sumário* é tênue, pois todas foram ordenadas por um monarca: inicialmente por D. Sebastião, depois pelo Cardeal D. Henrique, à época rei de Portugal e sucessor de D. Sebastião, e depois de 1580 por Felipe II de Espanha. Mas, como veremos adiante, o lugar do comandante expedicionário na organização funcional do Estado acaba sendo colocado em questão para reconhecimento de direitos sobre a conquista. Assim, são consideradas aqui como “expedições oficiais”, as comandadas diretamente por oficiais da coroa, e não oficiais as que foram comandadas por particulares que, mesmo sob ordens reais, representam a concessão real de um privilégio a um homem que não ocupava cargos oficiais.

<sup>95</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 2, folha 24; FURNE, 1983, p. 33. Frei Vicente do Salvador, escrevendo pouco mais de quarenta anos depois e sem ver graça nessa forma de tratamento à uma figura ilustre do passado, dá outra versão para o desfecho dessa expedição. Comentamos essa questão na terceira parte dessa dissertação, na análise do discurso de Frei Vicente do Salvador sobre a conquista da Paraíba.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

cabo de alguns dias e acabou voltando à Bahia sem sequer aportar em Pernambuco ou na região do rio Paraíba. O foco dos padres é, nesse ponto, a fazenda real gasta na armada, segundo eles: “desfeita em ar, sem mais lembrança do Parahiba”.

A última expedição descrita no segundo capítulo aconteceu no ano de 1578, encomendada pelo governador Lourenço da Veiga e na qual tomaram parte o ouvidor geral Cosme Rangel de Macedo e o provedor mor da fazenda Cristovão de Barros. Segundo a narrativa, esses esforços também não teriam surtido efeito, com que os “maiores” ficaram recolhidos à ilha de Itamaracá “avisando-o sempre, e procurando fazer jornada, mas não houve efeito”. No final desse segundo capítulo a narrativa apresenta um pequeno remate<sup>97</sup> que é a chave de interpretação do enredo que os jesuítas estão construindo, capítulo após capítulo, para uma história da conquista da Paraíba:

“[...] e parece que Nosso Senhor à tinha guardado [a conquista] para o tempo, em o qual havia de haver quem a procurasse de toda a força de coração, e se concluísse, e escusasse o muito cabedal e excessivos gastos, que os oficiais de fazenda de Sua Majestade nesta empresa sempre fizeram, e davam em despesa, para ostentação e seus intentos mais que para alcançar efeito.”<sup>98</sup>

O tempo da conquista já aparece anunciado nesse trecho: seria um tempo novo, delimitado antes pelo destino (Nosso Senhor), um tempo de mudanças no quadro de guerras na região. Esse tempo, segundo se lê, começaria com a chegada de um tipo de homem espetacularmente virtuoso na empresa de conquista, um homem que se faz representar nesse discurso como destinado a realizar a conquista com toda força, coração<sup>99</sup> e com zelo nas coisas da fazenda de El-Rei. A força necessária e o espírito valoroso aparecem nessa última parte do texto como as “virtudes cardinais”<sup>100</sup> de um tipo heróico ainda não mencionado

<sup>97</sup> Assim como a tópica exordial, a tópica do remate também faz parte do arsenal de estratégias a que dispunha um homem instruído no século XVI. No remate a escrita retoma os principais pontos já apresentados no início, geralmente apelando para a comoção do leitor. Segundo Robert Curtius, a função do remate na idade média era basicamente didática, era a informação ao leitor (que geralmente lia para um público) que o texto chegava ao fim. O remate aplica-se diretamente ao final do texto escrito, mas quando esse texto é formado por capítulos, pode o remate ser utilizado em determinadas zonas que encerram um conjunto de orações, formando etapas cumpridas pela escrita. Ver: *A tópica*, em: CURTIUS, Ernest Robert. **Literatura Européia e Idade Média Latina**. São Paulo, Hucitec: Edusp, 1996, pp. 121-156.b

<sup>98</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]**. Capítulo 2, folha 25; FURNE, 1983, p. 33.

<sup>99</sup> O “coração” é uma alegoria, a metáfora da interioridade que é habitada pelo espírito. Para usarmos um termo de Fernando de La Flor: “uma das moradas da alma” concebidas no pensamento e na literatura do século XVI. Ver: DE LA FLOR, Fernando R. *Las sedes del alma: La figuración del espacio interior em La literatura y em la arte*. In: **La península metafísica: arte, literatura y pensamiento em La Espana de La Contrareforma**. Madri: Editora Biblioteca nova, 1999, pp. 201-237.

<sup>100</sup> O termo “virtudes cardinais” foi utilizado por Paul Feyerabend para tratar da representação homérica das virtudes como conceitos ideais e fundamentais da Grécia arcaica e clássica: coragem, devoção, justiça e

diretamente, mas que deve ser subtendido pelo leitor e que se revela ao longo da narrativa.<sup>101</sup> De fato, esse trecho argumenta sobre os motivos do fracasso<sup>102</sup> dessas primeiras guerras, apresentando aí a ausência de homens virtuosos para realizar uma conquista dessa grandeza e o próprio destino na figura de Deus, que na concepção dos padres aparecia como princípio e fundamento de tudo o que é bom e virtuoso. Delimita-se aí a passagem para o capítulo que trata das duas tentativas de conquista comandadas por Frutuoso Barbosa, no ano de 1579 e 1582. Esse trecho tem um papel bem definido na delimitação do tempo das primeiras guerras oficiais e o tempo das expedições de Frutuoso Barbosa, pois ele, Frutuoso Barbosa, aparece nos capítulos seguintes como tudo o que um homem de virtudes não pode ser.

Duas questões não ditas diretamente na narração da empresa de Frutuoso Barbosa são que essas duas expedições marcam também o período de transição da coroa portuguesa para formação da União Ibérica sob o reinado de Felipe II. Na primeira expedição, ou seja, ainda durante o reinado de D. Henrique, a empresa era particular, caracterizada pela concessão do direito de governo da capitania conquistada por dez anos logo que consolidada a povoação, mas era uma expedição que tinha tanto o financiamento da Coroa, quanto do próprio Frutuoso Barbosa. Na segunda tentativa, já no período filipino, Frutuoso Barbosa parece já não ter recursos próprios e a expedição, segundo se pode apreender no *Sumário*, foi diretamente financiada pela Coroa espanhola. Seja como for, diferentemente das guerras oficiais do capítulo segundo, essas são expedições de iniciativa particular com autorização e logo financiamento da Coroa, mas ainda assim representadas por um particular e por isso sua credibilidade acaba sendo questionadas pelos homens envolvidos que efetivamente ocupavam cargos oficiais.<sup>103</sup>

---

sabedoria. Aqui as virtudes são também cardinais porque balizam o que é ideal na literatura do Renascimento. Para mais ver: *formas de conhecimento* em: FEYERABEND, Paul. **Adeus à razão**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp. 136-140.

<sup>101</sup> O tipo heróico não aparece ainda diretamente nos capítulos do documento. Entretanto, fora desses capítulos, o nome de Martim Leitão já aparece nos quatro sonetos que emolduram (moldura como parte da obra, não à parte dela) o *Sumário*, sendo comparado aos grandes generais da história e da literatura do Ocidente. Exploraremos esse tema adiante.

<sup>102</sup> O fracasso é um ponto de vista que se pode apreender no discurso dos jesuítas e é esse ponto de vista que está sendo explorado. Entretanto, essas primeiras expedições devem ter contribuído para a construção de informações úteis sobre a região e sobre os próprios índios e seus modos de guerrear; informações que devem ter sido aplicadas nas guerras seguintes. Retomando aqui uma ideia que nos foi colocada informalmente por Gonçalves, um *know-how* ou “tradição de guerra e de conquista” deve ter-se formado entre os homens daquela sociedade desde as guerras contra os índios Kaeté de Pernambuco e continuada e reforçada nas guerras do rio Paraíba.

<sup>103</sup> No *Sumário* pode-se notar que essa distinção entre expedições oficiais e não oficiais é colocada como critério de reconhecimento dos direitos que os expedicionários tinham, ou ao menos na compreensão dos jesuítas que narram o evento. Segundo se lê no quarto capítulo do *Sumário*, Frutuoso Barbosa não foi declarado capitão do forte de São Felipe e São Thiago, como queria, porque o general Diogo Flores de Valdez: “ao vê-lo ir na armada, como pessoa privada, com pouca conta e respeito” não reconheceu seus direitos e nomeou o soldado espanhol Francisco Castrejon como alcaide da praça de guerra. Mesmo que a escolha do general Valdez tenha sido feita

Apesar de a figura de Frutuoso Barbosa continuar sendo citada até o final da primeira jornada de Martim Leitão (no capítulo 12 do *Sumário*), ele não aparece relacionado a esse tempo de conquistas efetivas; Frutuoso Barbosa é a antítese do ouvidor geral Martim Leitão no discurso dos jesuítas e esse terceiro capítulo cumpre a função de apresentar essa personagem de forma negativa ao leitor, encerrando-o num tempo anterior à conquista da terra, um tempo de fracassos e de pouca virtude. De fato, uma vez que as virtudes necessárias à conquista já aparecem mencionadas no segundo capítulo, é justamente a ausência dessas virtudes que o leitor do *Sumário das Armadas* pode encontrar (ou não encontrar) no terceiro capítulo e, nesse sentido, na figura de Frutuoso Barbosa. De acordo com os jesuítas, narrando a primeira expedição de Barbosa com tom de denúncia: “com muitos resgates, munições, petrechos e coisas do armazém necessárias assim à conquista” e que “devia de montar um mui grande pedaço, com que vendo-se infunado [envaidecido] e cheio de senhoria, e subido a tal estado se vazou todo por ali esquecendo-se da obrigação que trazia”.

A segunda tentativa de conquista é mais detalhada e começa relembrando a suposta falta cometida por Frutuoso Barbosa quando da primeira expedição. Segundo os jesuítas, Frutuoso Barbosa chegava novamente à Pernambuco: “por mandado de El-Rei D. Philippe nosso senhor, já com menos arrogância se consertou com os da Villa de Olinda”. O teor da narrativa sobre essa segunda expedição é a da falta de habilidade e de vontade de Frutuoso Barbosa para conduzir a empresa de conquista do rio Paraíba. Em vários trechos são comentados os supostos mal feitos da tropa durante a expedição, a falta de comando e a “desordem tamanha” que levou à morte muitos homens, incluído aí um filho do próprio Frutuoso Barbosa. Os jesuítas não deixam de dar sua opinião sobre a causa do fracasso, remetendo-o diretamente à figura daquele pretenso conquistador, e relembrando, a cada trecho, as suas supostas faltas de coragem, força e caráter. Num último trecho da segunda expedição comentam:

[...] e não sei como feito, pelos inconvenientes e impossibilidades que a tudo achava Frutuoso Barbosa. Fugiram a maior pressa que o medo a cada um ensinou por verem, da banda do além, junto, muito gentio petiguar. Mandando dali o galeão com aviso a Sua Majestade do que passava, desesperado já Frutuoso Barbosa de sua vaidade, veio a lograr um novo casamento, que à sombra da governação, de caminho em Pernambuco havia conseguido [...]<sup>104</sup>

---

sob outros critérios, o fato de Frutuoso Barbosa ser um particular teve, sem dúvida, um peso entre os homens envolvidos no evento, pois é sob esse critério que os jesuítas justificam tal escolha no documento que escrevem.

<sup>104</sup>SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]. Capítulo 3, folha 32; FURNE, 1983, p. 37

Vale relembrar aqui, que a representação negativa da figura de Frutuoso Barbosa tem, sem dúvida, fundamento no próprio contexto complicado que os jesuítas viveram entre finais de 1587 e o ano de 1588, ou seja, no período de mudança do governo de João Tavares para o governo de Frutuoso Barbosa. Sendo Frutuoso Barbosa contrário aos jesuítas<sup>105</sup> e já tendo assumido (ou em vias de assumir) o governo da capitania, a depreciação da sua figura no discurso sobre a conquista se tornava uma demanda importante, e os jesuítas não perderam a oportunidade de realizá-la na sua relação das guerras de conquista. Com efeito, é essa depreciação que liga o tempo da empresa de conquista comandada por Frutuoso Barbosa ao tempo dos fracassos, então anteriores ao ano 1584 (que em termos do texto corresponde ao Capítulo 4 do *Sumário*) que, por sua vez, marca a entrada do ouvidor geral Martim Leitão e dos próprios autores na empresa de conquista.

É interessante notarmos que embora as personagens do segundo e terceiro capítulos e suas respectivas ações acabem lembrados no conjunto da história que os jesuítas contam, não é efetivamente para “honrar os mortos” e o passado da conquista que eles os inscrevem nessa história, é para o engrandecimento do próprio presente. Em outras palavras, não é para produzir uma memória desses homens que os jesuítas os lembram, mas para sepultá-los nesse passado e superá-los no momento em que estão vivendo e escrevendo. De fato, o tempo de Martim e o tempo das conquistas é o tempo que liga os autores do documento à história que estão contando.<sup>106</sup> Eis como os jesuítas caracterizam a contribuição de Frutuoso Barbosa para a conquista da Paraíba, encerrando o capítulo terceiro: “E assim ficaram ambos em calma, e os inimigos mais soberbos e essas capitanias piores do que nunca, e a de Itamaracá pior de todo desesperada. E, para se despovoar só detinham a alguns poucos as esperanças [...]”.

Começando o quarto capítulo, pelo menos três elementos caracterizam uma ruptura radical com esse passado de fracassos e a entrada efetiva no tempo da conquista: a narração que passa a ser feita por testemunhas de vista, o que nesse particular introduz os próprios

---

<sup>105</sup> Não se pode dizer que o simples fato de Frutuoso Barbosa ter optado por trazer franciscanos (e não jesuítas) nas suas expedições de conquista represente uma posição contrária deste em relação aos missionários da Companhia. É, contudo, com a consideração desse fato, juntamente com a forma de representação escrita dos jesuítas sobre esta personagem no *Sumário*, com a denúncia de Frutuoso Barbosa ao rei, sobre os desentendimentos entre jesuítas e franciscanos em 1589 (franciscanos que o próprio Frutuoso Barbosa havia convocado no início do seu governo) e com os ataques políticos de João Tavares (ele mesmo um aliado dos jesuítas) à Frutuoso Barbosa no ano de 1589, que podemos considerar-lo dessa forma.

<sup>106</sup> Segundo Michel de Certeau o discurso da história tem uma dupla função de louvar e, ao mesmo tempo, enterrar os mortos com sua superação no presente. Dentro dessa lógica, ainda segundo o autor, o discurso da história seria semelhante ao tombeau (gênero literário e musical popular no século XVII) e a tradição da galeria de mortos que emolduram os corredores dos castelos franceses. Ambos louvam o passado porque o introduzem no presente, mas essa introdução acontece num enterro gradativo que acaba no próprio presente, portanto sepultando o passado e superando-o no presente. Para mais ver o tópico: o lugar do morto e o lugar do leitor em: CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, pp. 108-112.

jesuítas na história que contam; a entrada de um tipo heróico, representado como “o mais ditoso homem do mundo”<sup>107</sup> no comando da empresa de guerra, e, por último, a caracterização de um novo impulso oficial nas guerras de conquista. Sobre esse último ponto, a retomada das iniciativas oficiais, pesa também a não integração de Frutuoso Barbosa ao tempo da conquista. De fato, tomando-se a perspectiva dos jesuítas apreende-se que Frutuoso Barbosa era um particular, um concessionário da Coroa que teria tido seu tempo e sua oportunidade, mas os havia desperdiçado por suas supostas vaidades e faltas e não havia logrado sucesso na conquista.

Até o tempo da primeira jornada militar de Martim Leitão nas guerras do rio Paraíba a figura de Frutuoso Barbosa ainda aparece citada, mas equivale a de uma personagem fantasmagórica: tudo nele remete ao passado, daí que sua influência na realidade (no tempo presente dos acontecimentos narrados) aparece como nula ou negativa; somente registrada para ratificar as qualidades negativas pré-supostas ou o quão infrutífera havia sido a participação dessa personagem na consolidação da conquista. De fato, toda citação sobre Barbosa nos capítulos seguintes aparece acompanhada das más qualidades já imputadas a ele no terceiro capítulo, qualidades que os jesuítas não cansam de relembrar a cada passagem e construir outras: soberbo, vaidoso, desinteressado, imprevidente, impaciente e medroso.<sup>108</sup>

As mesmas faltas aparecem ainda indiretamente, quando Frutuoso aparece não se comprometendo com alguma missão que os jesuítas pontuam como sendo de importância para a empresa de conquista e essa missão acaba sempre sendo designada à outra personagem. Encontram-se exemplos dessa depreciação indireta no Capítulo 11: “instou muito o general [aqui o general é Martim Leitão] com Frutuoso Barbosa, para que quisesse ir duas léguas acima [...] e por autos, que se disse fizeram, desistiu de tudo, dizendo não estaria mais uma hora no Parahiba [...] e por não perder tempo mandou ao capitão João Paes”; e no Capítulo 13: “elegeram ao capitão Simão Falcão, que pareceu pessoa para isso, por Frutuoso Barbosa em nenhuma maneira querer aceitar esta empresa [...] com estar a tudo presente, do que Simão Falcão foi logo avisado”.<sup>109</sup>

<sup>107</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo final, folha 149; FURNE, 1983, p. 101.

<sup>108</sup> Essas referências negativas à figura de Frutuoso Barbosa aparecem distribuídas em vários capítulos. Soberbo, vaidoso e desinteressado no terceiro capítulo; imprevidente, impaciente e medroso no sexto capítulo, sobretudo na descrição dos momentos de ataque dos índios ao forte de São Felipe e São Thiago, onde se lê: “Frutuoso Barbosa, que não tinha paciência com estas escaramuças e com requerimentos de medo as estorvava, quanto podia, de dentro de sua casa que tinha no meio do forte”.

<sup>109</sup> É interessante notar que os jesuítas não mencionam se Frutuoso Barbosa havia desistido da empresa de conquista ou de estar na praça de guerra. O episódio relatado no Capítulo 13 é uma reunião de conselho sobre a empresa de conquista, realizada no Colégio dos jesuítas da Vila de Olinda, daí que a presença de Barbosa nesse conselho já mostra que ele não havia desistido da empresa de conquista. Seja como for, ele só é mencionado

O *Sumário das Armadas* está, portanto, organizado para representar o processo histórico de grandes transformações, a passagem de uma imagem perigosa e degradante do passado à outra, uma imagem edificante no presente dos próprios narradores. O primeiro capítulo constrói essa primeira imagem do lugar a ser conquistado, encerrando-lhe o estado degradante e desordenado das condutas dos homens e do estado em que se encontrava a terra, no qual tudo eram culpas, faltas e perigos; esse é o tempo que vai da década de 1560 e até 1574. Assim, o tempo das primeiras guerras oficiais (capítulo 2) e da participação de Frutuoso Barbosa (capítulo 3), liga-se a esse passado a ser superado. Esses capítulos contam sobre um movimento pioneiro de conquista, mas o conjunto das ações que caracterizam esse tempo é descrito sob os mesmo signos da cena inicial: é igualmente corrompido pela má índole dos homens pequenos e pelo próprio destino que, segundo a narrativa, reservava esse momento para os homens de virtude. O tempo entre o ano de 1574 e o de 1582 é, portanto, um tempo de guerras e de fracassos que, no enredo da conquista, não representa o princípio de uma conquista que se estendia ao tempo dos narradores, mas sua oposição fundamental; é a representação de um tempo que precisou ser superado para que houvesse sucesso.

Entre março de 1584 e janeiro de 1587, ou seja, entre o quarto e o vigésimo terceiro capítulo do documento, encontra-se relatado o período que abarca as primeiras ações políticas do ouvidor geral Martim Leitão na Vila de Olinda<sup>110</sup> e as suas três jornadas militares à região do rio Paraíba (que acaba estendendo-se aos limites com a capitania do Rio Grande). Esse tempo, de acordo com o enredo da história contada pelos jesuítas, seria um tempo de conquistas: um tempo de vitórias e de efetivos avanços do controle militar sobre a terra. É esse conjunto de eventos que muda efetivamente a cena “pintada” no primeiro capítulo do documento.

Com efeito, a estrutura do enredo propõe um conflito moral entre dois tempos distintos, cada um desses tempos representado por um tipo de homem: Frutuoso Barbosa, de acordo com a estrutura do enredo no *Sumário das Armadas*, representa o passado, os fracassos e a falta de virtudes. Sendo ele uma das elites locais daquela sociedade, ele se encontra relacionado entre os homens medianos da história contada pelos jesuítas, mas carregando a culpa dos “homens pequenos”.<sup>111</sup> O tempo da conquista, por sua vez, liga as três

---

pelos jesuítas nessa reunião para imputação de uma nova recusa deste, em participar de uma expedição à região do rio Paraíba. A partir daí Frutuoso Barbosa já não aparece no *Sumário das Armadas*.

<sup>110</sup> Martim Leitão não participou da expedição comandada por Diogo Flores de Valdez, a mesma que acabou fundando o forte de São Felipe e São Thiago. Entretanto os jesuítas não poupam tinta para inscrevê-lo em todos os eventos políticos e aparatos necessários para essa expedição.

<sup>111</sup> Hayden White explica que, para Hegel, os “dramas da vida real” são enredados por três categorias de homens: grandes, pequenos e depravados; correspondendo na escrita épica há: heróis, homens medianos e criminosos. Na



jornadas militares do ouvidor geral ao tempo presente dos narradores dessa história. É um tempo também de dificuldade e empecilhos, mas construído com ações virtuosas que têm seu resultado mais acabado na própria conquista do espaço fronteiro e na fundação da capitania.

O capítulo final do documento representa o resultado dessas jornadas conquistadoras numa cena extremamente articulada com a construída no início do relato, ou seja, no primeiro capítulo. Não articulada pelo que têm em comum, mas porque são diretamente opostas: é a cena de uma nova capitania sendo construída com o esforço de todos e principalmente do ouvidor geral que, segundo os jesuítas, o fazia “como que a fizera para si e seus filhos”. Vale a pena recuperar uma pequena parte da descrição dessa nova capitania:

Com isto acabarei aqui as guerras do Parahiba com seu dono e peço a Deus daqui em diante suceda assim ao conquistador como ao Parahiba, que já hoje tem cinquenta moradores casados portugueses e outros tantos solteiros, postos lá a custas de Martim Leitão, como também o foram os fortes que fez, porque com tudo isso não se gastou um real da fazenda de Sua Majestade [...] por que o que podemos sem falta afirmar que Martim Leitão deixou a capitania do Parahiba conquistada, com fortaleza e guarnição, e acompanhada e povoada de tanto número de gentio [...] e assim mais segura que todas as capitanias do Brasil [...]<sup>112</sup>

Escrevendo sobre o passado com vistas no seu próprio presente, a cena representada no capítulo final é marcada por uma ausência sentida e por uma presença indesejada, dita apenas indiretamente no documento. A ausência era a do ouvidor geral Martim Leitão, cuja despedida aparece citada no próprio título do último capítulo e para o qual os padres não cessam de chamar “mui amigo dos padres da Companhia”. Esse “amigo dos padres” deixou a capitania do rio Paraíba em fevereiro de 1587 ainda que sob o protesto dos jesuítas. Segundo a narrativa, a dispensa do cargo era uma injustiça ou “más pagas do reino” a uma personagem que até os índios, “chorando diziam que não queriam outro ouvidor”.<sup>113</sup>

Essa ausência faz da capitania conquistada, desenvolvendo-se e em relativa segurança uma imagem edificante, sem dúvida, mas instável, ameaçada pela falta do ouvidor geral. A

---

literatura e na História, transitam entre si as categorias medianas e menores, podendo o homem mediano ser imputado de crimes e faltas, decaindo. Da mesma forma, o homem pequeno pode ascender ao mediano em algum momento, por uma ação importante ou conjuntura favorável, mas nenhum dos dois tipos será um herói. Segundo Curtius, o heroísmo é marca que antecede a ação heróica porque o herói é predestinado, seu ser é essência heróica. Em suma, o herói não se faz no decurso de sua vida, ele apenas se revela em determinado momento dela, mas a virtude do herói apresenta-se ao longo da sua existência, desde um evento especial no seu nascimento. Ver: WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Lourêncio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992; e o capítulo: *Heróis e Soberanos* em: CURTIUS, Ernest Robert. **Literatura Européia e Idade Média Latina**. São Paulo, Hucitec: Edusp, 1996, p. 223-240.

<sup>112</sup>SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]. Capítulo final, folha 148; FURNE, 1983, p. 100.

<sup>113</sup>Ibidem

cena da capitania que os jesuítas colocam no remate da narrativa é um apelo à comoção do leitor, uma tentativa de mudar a realidade que se apresentava como uma ameaça aos índios e certamente à própria missão de catequese que os jesuítas desenvolviam ali. Os jesuítas afirmam temer pelos índios e pela própria garantia da conquista (uma vez que a presença dos “índios de paz” significava efetivamente uma segurança militar para a cidade) num momento de mudanças como o que se anunciava.

A presença indesejada naquele contexto era, com efeito, a de Frutuoso Barbosa que havia feito uma série de requerimentos à corte de Felipe II e chegava ao governo da capitania em 1588. É isso que não é dito no capítulo final do *Sumário*: que a própria missão jesuítica naquela capitania estava ameaçada sem a proteção do ouvidor geral e com Frutuoso Barbosa chegando ao governo. Tomando a metáfora que utilizamos anteriormente, o fantasma do passado de fracassos era o que colocava os jesuítas diretamente dentro da história que contavam; era um passado que assombrava o próprio presente e a realidade vivida pela missão jesuítica da Paraíba entre finais de 1587 e o ano de 1588.

## 2.2 JORNADAS E ALEGORIAS: representações e trajetórias conquistadoras<sup>114</sup>

As três jornadas militares comandadas por Martim Leitão à região do rio Paraíba representam uma parte fundamental do conjunto de eventos descritos no *Sumário das Armadas*. Essas jornadas são definidas, via de regra, por uma trajetória de guerra sobre duas capitanias diferentes (Pernambuco e Itamaracá), delimitando um espaço militarmente defendido ao norte dessa última. Essas jornadas ou trajetórias de conquista são mencionadas diretamente em capítulos específicos do documento, mas não se definem num único capítulo. De fato, as expedições acabam abarcando outros capítulos, que por sua vez, detalham os eventos ocorridos durante uma jornada ou eventos e ações que a antecedem.

Juntos, os capítulos 4, 5, 6 e 7 do *Sumário* narram a fundação do Forte de São Felipe e São Thiago em maio de 1584, e o estado de perigo e destruição em que esse forte se

---

<sup>114</sup> Até o final desse capítulo trataremos detalhadamente das três expedições de guerra, então comandadas por Martim Leitão entre 1585 e finais de 1586. Com base na narrativa dos jesuítas, na historiografia do tema (sobretudo o já citado *Guerras e Açúcares*) e em alguns mapas da capitania da Paraíba produzidos no início do século XVII, produzimos o que se pode chamar de “cartografias episódicas” sobre essas jornadas e sobre o espaço relacionado aos eventos descritos no *Sumário das Armadas*. Esse foi um material utilizado para nossos estudos, sem maior rigor técnico, mas que achamos por bem incluir nos anexos, sobretudo para facilitar a compreensão do leitor sobre a matéria narrada nesses tópicos. Não há precisão geográfica nessas cartas, que são apenas representações do que se pode ler no *Sumário das Armadas* sobre as trajetórias das respectivas expedições. Ao tratarmos de cada jornada indicaremos uma figura em anexo a esse estudo para a consulta do leitor.

encontrava quando o ouvidor geral Martim Leitão sai de Pernambuco com suas tropas para socorrê-lo. Do mesmo modo, terminada a primeira jornada, em 6 de abril de 1585 (capítulo 12), surgem dois capítulos que tratam respectivamente de um novo infortúnio, que foi o abandono do forte por parte do alcaide espanhol Francisco Castrejon e do “acordo de paz” realizado entre João Tavares e o índio Piragybe no rio Paraíba. Para ambos os eventos corresponde o capítulo seguinte, que é a segunda jornada de Martim Leitão à região do rio Paraíba, que era tanto para retomar a praça de guerra abandonada quanto para efetivar o acordo com os Tabajara e fundar povoação. No mesmo sentido, a terceira jornada de Martim Leitão também nasce de problemas relacionados à manutenção de uma praça de guerra na região do rio Paraíba, que nesta ocasião havia sido abandonada pelo capitão espanhol Francisco de Morales, que cumpria ordens diretas do rei Felipe II para montar guarnição no forte.<sup>115</sup>

Como veremos detalhadamente adiante, as três jornadas de conquista comandadas por Martim Leitão representam um conjunto de trajetórias das forças militares sobre uma região marcada pela presença do inimigo. É o esvaziamento dessa presença que acaba por caracterizar a conquista da região e possibilitar a fundação e a manutenção de um núcleo de povoação nos anos seguintes.<sup>116</sup> De fato, como já mencionamos no capítulo anterior dessa dissertação, a capitania da Paraíba não é um dado anterior às primeiras jornadas comandadas por Martim Leitão, ela é um produto das guerras sobre uma região tão importante para os portugueses, quanto para as populações indígenas e para os franceses.

Gonçalves apresentou uma imagem dessa zona de tensões e de contenda que acabaria por dar lugar a nova capitania como uma fronteira dupla, marcada, no período, pelas

<sup>115</sup> A lenta comunicação entre os súditos e a Coroa repercutiu num mal entendido e desgosto entre os portugueses e os espanhóis enviados por Felipe II. Pelas cartas escritas pelo rei Felipe II à Frutuoso Barbosa e Martim Leitão nota-se que o espanhol Francisco Morales deveria montar guarda num forte que o rei ordenava fosse construído na margem esquerda da desembocadura do rio, tal como contava no regimento de Frutuoso Barbosa desde sua segunda expedição, localização que Diego Flores de Valdez ignorou. Ao chegar o capitão Morales com regimento real, tomou, então, o forte do Varadouro, que foi construído à revelia da vontade do rei e que já tinha João Tavares como capitão. Ver: **Cópia de umas cartas de D. Filipe I para Frutuoso Barbosa e Martinho Leitão sobre a construção da fortaleza da barra da Paraíba e das diferenças que houve entre João Alvares Sardinha e João Rodrigues Coutinho, capitão da Mina.** 01 de Outubro de 1585. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT); Corpo Cronológico, Parte I, mç. 112, nº 3.

<sup>116</sup> Apesar de parecer um excesso, é importante considerar que os termos: “conquista” e “povoação” não são sinônimos para o processo de ocupação dos espaços coloniais, ao menos não na linguagem encerrada no *Sumário*. Nesse documento, que consideramos exemplar da forma de realização e narração das conquistas territoriais sobre as zonas de contenda com as populações indígenas, “conquista” refere-se à produção de uma zona esvaziada da presença do inimigo, já a povoação era o próprio objetivo de se conquistar. Povoando-se a terra é que um território era efetivamente anexado ao espaço português ou luso-espanhol, mas ao povoamento precede a conquista, que é um fenômeno marcado pela ação militar. São, portanto, dois movimentos articulados e complementares do processo histórico de formação das cidades, vilas e capitanias do Brasil colonial, mas distintos. Com efeito, Somente no título do *Sumário* é que o termo “conquista” vem desacompanhado de “povoação”; no restante do documento aparece sempre, e nessa ordem, os dois termos: conquista e povoação.

demandas urgentes dos grupos de homens que se colocavam de um lado e do outro do rio Paraíba:

Do ponto de vista dos portugueses, estabelecidos nas Capitânicas de Pernambuco e, precariamente, de Itamaracá, o rio representava a fronteira norte da expansão do povoamento e da exploração econômica da terra, com base na agromanufatura açucareira, mas também representava o mais importante baluarte de defesa daquilo que já haviam conseguido implantar nas capitânicas ao sul. Do ponto de vista dos Potiguara, o rio era a base a partir da qual se tornava possível organizar a ofensiva contra os portugueses; um recurso natural que lhes permitia, ao mesmo tempo, avançar sobre as fazendas e arraiais ao sul e recuar, com segurança, quando necessário; um ponto estratégico a partir do qual era possível, a um só tempo, acossar os portugueses e manter, através do negócio do pau-brasil, a aliança tática com os franceses.<sup>117</sup>

Essa imagem da fronteira corresponde à situação em que se encontravam portugueses e seus contrários por volta de 1574, ou seja, no início das guerras levadas às populações indígenas da região do rio Paraíba. Entendemos que era o deslocamento dessa fronteira no sentido norte da costa que se pretendia com a fundação do forte de São Felipe e São Thiago na margem norte da foz do rio Paraíba. A praça de guerra representava a fundação de um marco para a conquista da terra e para o avanço português sobre a região. Dito de outra forma, a manutenção de tropas permanentes na zona de maior tensão bélica era um grande e importante passo para o controle efetivo da região do rio Paraíba e adjacentes. Sabiam disso os portugueses e espanhóis que se empenhavam em defender a praça de guerra ali instalada, mas também os Potiguara e franceses, que concentravam suas atividades no cerco e logo no ataque ao forte.

### 2.3 A PRIMEIRA JORNADA: uma conquista épica<sup>118</sup>

A primeira jornada de guerra de Martim Leitão foi justamente para socorrer o forte que já estava sob ataque dos índios e em vias de ser abandonado, segundo se lê nas primeiras linhas sobre essa expedição:

no fim de janeiro 85 se avisou o alcaide ao ouvidor geral e camara que juntara mais gentio que nunca e tinha feito três grandes cercas ao longo do forte (a tiro de pedra), de pés de palmeira, que por estupendas e grossas de que naquelas partes há muitas, se defendiam da artilharia. e todas as noites os iam chegando e ganhando terra pela qual causa estava muito receioso que por aquela via com as próprias cercas os viriam abarbandando até se abraçarem e igualem com o forte, sem se poderem valer da artilharia, nem ás mãos se poderiam defender por no

<sup>117</sup> GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares**. Op. Cit. p. 36.

<sup>118</sup> Ver ANEXO B, p. 131.

forte haver muitas doenças, por respeito do ruim sítio, água, e fomes com que muita gente (principalmente os espanhóis, como nos tempos passados) lhe era morta; e assim estavam em muito perigo e se perderiam sem falta.<sup>119</sup>

Essa jornada marcava a participação inicial do ouvidor geral numa batalha e ele precisava ser bem apresentado. De fato, essa expedição tem uma dupla e articulada função no conjunto dessas expedições e do próprio enredo da conquista: a construção de uma imagem heróica do ouvidor geral, que segundo os próprios jesuítas era a personagem central da história que contavam. Fazia-se, portanto, a demonstração desse heroísmo diretamente nas ações relacionadas à conquista da terra.

A escrita dessa jornada retoma uma tópica que os jesuítas haviam utilizado para o tempo das primeiras e “fracassadas” expedições ao rio Paraíba, caracterizada pelo uso de superlativos. Dito detalhadamente, alguns termos utilizados que são usados seguidamente nessa parte do texto, como: “muitos”, “todos”, “infinitas”, por exemplo, produzem um aspecto grandioso à preparação da expedição. Mas contrariamente aos episódios anteriores, no tempo de Martim Leitão não é apenas a estrutura montada para a conquista que é grandiosa, mas também a honradez com que se fazia a guerra. De fato, era essa grandiosidade que, no discurso dos jesuítas, era sempre desperdiçada nas jornadas de antes e aparecia como proporcional aos pecados e ao descaso com que tratavam a empresa de conquista. Os materiais da guerra são mencionados e são sempre muitos, mas também é representada como sendo muita a diligência e a presteza do ouvidor geral, da qual a formação espetacular do exército seria um resultado.

Assim, a preparação para jornada é relata pelos jesuítas na perspectiva do apresto do ouvidor geral: “Aqui era **infinita** a diligência de Martim Leitão em particularmente escrever a **todos muitas** cartas [...] e era **infinito** isto, e ordenar o necessário”[grifo nosso]. Em outro trecho do mesmo capítulo, tratando já do poder das armas e do contingente das tropas: “e porque havia **muita e boa** gente de cavalo, que foram 195”. Apesar de esse capítulo ser relativamente pequeno, a palavra “muito” (para ficarmos somente num termo) aparece não menos do que dezessete vezes, tanto para representar as dificuldades que as tropas iriam enfrentar quando as virtudes do ouvidor e dos seus comandados para superar essas dificuldades. A própria presença do ouvidor na expedição não aparece como escolha dele próprio ou como a deliberação de uma autoridade local, mas como eleição de todos os que supostamente dependiam daquela conquista:

---

<sup>119</sup>SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]. Capítulo 8, folha 57; FURNE, 1983, p. 48.

Logo o ouvidor geral, em lhe dando os requerimentos, os mandou ao capitão D. Philippe, que, por estas diligências do ouvidor estava já liado com Martim Carvalho, ao qual também se levavam outros sobre mantimentos. Vindo a isso o tenedor deles do forte e com os da guerra ao ouvidor geral e camara o tenente; no que instando **todos** concordavam juntamente (o bispo, capitão D. Philippe, o provedor Martim Carvalho, e camara, com **todos** os da governança, e **mais povo**) requererem ao ouvidor geral Martim Leitão fosse dar uma boa guerra e socorro ao forte, como fizeram por escrito, de que se fizeram autos, que tão cortados estavam **todos** de medo que sem ele ninguém lá ousaria ir e com ele **todos**.<sup>120</sup> [grifo nosso]

O cenário descrito pelos jesuítas nessa zona do texto é o da preparação para batalha, mas os homens são descritos tanto com base na posição que ocupam dentro, quanto fora do exército. Índios, negros e mestiços não são mencionados. São citados apenas os “homens bons” de patente mais alta, de prestígio político na sociedade ou os que honraram seus nomes na batalha.<sup>121</sup>

Deslocando-se as forças militares para a vila de Igarassu, os jesuítas descrevem um cenário épico: tropas montadas, alinhadas, organizadas e divididas por uma técnica militar que os jesuítas fazem questão de demonstrar que conhecem com detalhes. A Vila de Igarassu é apresentada aí como o “campo de Igarassu”, o campo onde se preparavam as forças daquela expedição e no qual os próprios jesuítas tinham uma tenda no centro, ao lado da tenda do ouvidor geral.<sup>122</sup> Assim, a narrativa dos jesuítas apresenta um quadro do primeiro deslocamento das forças conquistadoras vindas de Pernambuco, transformando a própria paisagem instável e de medo da região de fronteira num campo que eles descrevem como algo impressionante aos olhos: “ali esteve três dias [o ouvidor geral], esperando se ajuntassem todos os do termo, **que era coisa de ver** naquele campo todos os armados onde fez aposentador, e mais oficiais de campo, e **tanto mais para ver**, quanto **se menos havia visto** outro no Brasil, de tanta gente nem tão boa, e luzida gente, [...]”<sup>123</sup> [grifo nosso] Segundo entendemos, o que os jesuítas queriam demonstrar era o caráter épico dessa jornada, era a

<sup>120</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 8, folha 58; FURNE, 1983, p. 48.

<sup>121</sup> Aqui vale lembrar que o *Sumário das Armadas* só se tornou público em finais de 1587 ou início de 1588. Essa seleção de nomes arrolados pode ter sido mudada várias vezes de acordo com as conveniências dos jesuítas ou de acordo com o próprio desempenho destes homens nas outras jornadas, honrando ou não seu lugar nas tropas e no evento que os jesuítas contavam. Em anexo a essa dissertação consta uma tabela de cargos e patentes com todos os nomes citados no *Sumário das Armadas*. Ver, ANEXO E, p. 134.

<sup>122</sup> Essa simbologia do lugar central da tenda dos jesuítas ao lado da tenda do ouvidor geral não deve ser desconsiderada como agente na construção do discurso de conquista dos jesuítas; a narrativa volta pontualmente a essa proximidade dos padres para com o Ouvidor e de ambos no centro das coisas, dos lugares e, por fim, dos eventos da conquista.

<sup>123</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 8, folha 62; FURNE, 1983, p. 50.

ruptura definitiva no tempo das guerras ocorridas na região com uma expedição histórica “para ver” e para ser lembrada, pois, segundo narram, não havia equivalentes a essa “paisagem da guerra” na história do Brasil.

Uma questão espetacular que corrobora com nossas análises até aqui é que nessa expedição o cargo de ouvidor geral é substituído, na narrativa, pela patente de general. Não há, de fato, uma justificativa declarada no documento para a troca de patentes, que é apenas a informada no texto: “aqui mandou o **governador** Martim Leitão, ou **general**, porque assim lhe chamaremos esta jornada [...]”.<sup>124</sup> A patente de general pode ser claramente explicada enquanto alegoria articulada com estrutura de enredo que os jesuítas construíram para a narração desse evento.<sup>125</sup> De fato, nos dois sonetos que “abrem” o *Sumário das Armadas* Martim Leitão já aparece citado entre um grupo de generais celebrados da Antiguidade que ficaram reconhecidos na história e na literatura ocidental, tanto por sua destreza bélica, quanto por sua inteligência, diligência e pelas ações honrosas diante das dificuldades da batalha:

*Se del grande Griego la memória  
de Cesar, Anibal, Hector troyano  
Alexandro, Scipion el Africano  
de Torquato no cuente ja su historia [...].*<sup>126</sup>

O título de general é, portanto, uma alegoria que participa da construção de um modelo ideal para essa personagem e para a própria história que os jesuítas contam, como uma meta-linguagem retirada das próprias “margens” do documento. É, para usarmos uma

<sup>124</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 8, folha 62; FURNE, 1983, p. 50.

<sup>125</sup> O conceito de “alegoria” tratado aqui remete a um dispositivo retórico utilizado no âmbito da expressão, como parte do conjunto de preceitos técnicos que regulamentam as ocasiões em que o discurso pode ser ornamentado. Nesse sentido, a alegoria utilizada pelos jesuítas não é entendida aqui como um mero ornamento do discurso, mas como parte significativa do que é enunciado no texto. Tais ideias estão baseadas nos estudos de João Adolfo Hansen, cujo estudo que enfrenta diretamente o conceito de alegoria é: HANSEN, João Adolfo. **Alegoria – construção e interpretação da metáfora.** São Paulo: Hedra; Campinas SP: Editora da Unicamp, 2006.

<sup>126</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Soneto, folha 1; FURNE, 1983, p. 21. Nenhuma tradução pareceu adequada a esse soneto, na medida em que deturpava a sonoridade dos versos. Optamos, então, por não traduzi-lo. Um problema considerável sobre a análise das personagens citadas nos versos é a palavra “Torquato” no último verso, que por estar em letra maiúscula e colocada num sistema alegórico específico, remete a um nome próprio. Dentro da simetria colocada entre heróis conquistadores e histórias heroicas o “Torquato” que poderia ser representado nesse trecho não seria um general, mas sim Torquato Tasso, um poeta italiano que escreveu *Jerusalém Liberada* na década de 1580. Era um poema épico sobre a tomada de Jerusalém durante a primeira Cruzada. Mas a palavra “Torquato” vem acompanhada da preposição “de”, “de Torquato”. O próprio copista da biblioteca poderia ter colocado o “T” maiúsculo, conduzindo-nos à entender que a história narrada pelos jesuítas deveria ser compreendida à luz da história do poeta italiano, que também utiliza a mesma tópica heroica, e de uma maneira muitíssimo parecida com que fazem os jesuítas. De qualquer forma, a palavra “torquato”, em sua raiz latina, também remete à “adorno”. Poderia “de torquato” ser uma metáfora de “adornado”? Não conseguimos resolver essa questão e, na dúvida, decidimos deixá-la para outro momento.

expressão comumente utilizada entre os lingüistas, uma “metáfora continuada” que tem relação direta com o próprio enredo da história que os jesuítas estão contando.

O título de “governador”, contudo, nem era oficialmente de Martim Leitão (assim como também não era o de general) nem participa do mesmo sistema de discurso dessa zona do texto. Tal como aponta Hansen, a função básica da alegoria na retórica latina era tanto ornamental quanto prática, pois previa a facilitação de um discurso para o leitor. Ou seja, a alegoria deveria tornar uma oração mais clara, e não mais confusa.<sup>127</sup> É justamente essa confusão que aparece com a utilização do termo “governador” na oração citada acima; termo que, vale salientar, só aparece essa vez em todo o *Sumário das Armadas*. Uma vez que o termo “governador” não participa da construção metafórica na frase nem do enredo da conquista, porque ele aparece nessa oração?

Segundo entendemos, existem duas hipóteses prováveis para essa questão. A primeira é a de que no processo histórico de transcrições desse documento o termo “governador” tenha sido introduzido acidentalmente por um copista desatento. A segunda é de que esse termo, dentro do conjunto de preocupações dos jesuítas no ano de 1587-88, represente um “ato falho” na escrita: a inscrição involuntária de uma vontade dos jesuítas de terem Martim Leitão como governador que aparecia no texto que eles escreviam.<sup>128</sup> Com efeito, a partir do momento em que Martim Leitão integra-se às tropas do campo de Igarassu, deixa de ser chamado ouvidor geral, e passa ser chamado de general em todas as muitas vezes em que seu nome é tocado na narrativa. Essa alegoria dura exatamente o tempo da primeira jornada, não sendo mais utilizada nas demais expedições de conquista.

Saindo do campo de Igarassu em primeiro de março de 1585, as tropas passaram pelo engenho de Philippe Cavalcante e seguiram em direção ao rio Paraíba por uma rota que, apesar de descrita como de difícil caminho, já devia ser conhecida de muitos daqueles homens, como se pode apreender no seguinte trecho: “e assim foram por suas jornadas em cinco dias até entrarem na grande campina antes do Parahiba, aonde pela lembrança do que ali alguns em outras jornadas tinham visto, ia a gente tão apertada que sendo ali tão bom o caminho, não andavam”<sup>129</sup>. Como o título do nono capítulo já indica: *Da ordem da jornada e*

<sup>127</sup> Segundo Hansen, a alegoria mal utilizada ou que não leva à clareza da oração era chamada, entre os romanos antigos, de *mala affectatio* ou *inconsequentia rerum*; ambos os termos apontando um erro retórico. HANSEN, João Adolfo. **Alegoria – construção e interpretação da metáfora**. São Paulo: Hedra; Capinas SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 48.

<sup>128</sup> Vale lembrar que entre finais de 1587 e início de 1588 não era apenas o cargo de governador da Paraíba que estava em questão, mas também o de governador geral, uma vez que Manoel Teles Barreto havia já falecido e deixado o cargo vago.

<sup>129</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]**. Capítulo 9, folha 65; FURNE, 1983, p. 51



*do primeiro rompimento da cerca* [grifo nosso], a descrição da marcha é feita do ponto de vista de especialistas nas guerras de fronteira. Todos os detalhes de guerra são anotados e descritos: a duração das caminhadas, a formação das companhias, a quantidade e utilidade das armas levadas.<sup>130</sup>

Embrenhados no mato por cerca de cinco dias, as tropas chegaram acima da desembocadura do rio Paraíba, junto ao rio Tiberi. Nessa caminhada as tropas encontraram uma aldeia Tabajara, então liderada pelo índio Piragybe (Braço de Peixe no *Sumário*). Após a primeira demonstração de força, na qual “mataram muitos dos inimigos, que o grande ódio não consentia, neste primeiro ímpeto, captivar”<sup>131</sup>, passaram às tentativas de paz. Os portugueses logo trataram de tentar convencer os Tabajara de que os tinham em conceito diferente e melhor do que aos Potiguara e que a aceitação da derrota não seria seguida de castigo. São, então, os jesuítas os encarregados desse convencimento, uma participação conjunta que a escrita não deixa de pontuar.

A tentativa de paz ofereceu, nesse caso, a possibilidade de que os “bons préstimos” dos padres da Companhia fizessem parte daquela jornada de conquista importante. O padre Jerônimo Machado tem seu nome citado diretamente nesse evento, como habilidoso intérprete a serviço da conquista. A narrativa descreve, portanto, um padre *língua* coordenando a cerimônia das “pazes”, com presentes, trocas de refêns e mandando que dessem “vinhos” aos índios. Enquanto os jesuítas tratavam do convencimento dos índios, outros entre os portugueses corriam a terra e reuniam informações para a continuidade do avanço; informações que logo foram colocadas em prática com a recusa dos índios em aceitar uma rendição.

Apesar do papel pretensamente coadjuvante e pacificador dos jesuítas no contato com os índios, a sua narrativa não deixa de inserir os trâmites realizados pelos missionários no conjunto das táticas de utilizadas na conquista da terra. De fato, o episódio de destruição das aldeias Tabajara é marcado por uma série de eventos litúrgicos que começavam com missa matinal e desenvolviam-se durante os avanços das tropas, com hinos<sup>132</sup> em capelas improvisadas (ermidas de rama, segundo a narrativa) e mesmo durante os momentos críticos a

<sup>130</sup> Essa descrição “técnica” relaciona-se, segundo entendemos, diretamente com um tipo de especialidade que os jesuítas procuravam demonstrar na década de 1580 e que já comentamos no capítulo anterior. A especialidade dos padres era aí apresentada diretamente numa situação de guerra, por isso o detalhamento das estratégias, das formas de circulação das tropas e do equipamento utilizado.

<sup>131</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]**, Capítulo 9, folha 65; FURNE, 1983, p. 52.

<sup>132</sup> O relato fala de *Te Deum Laudamos* (A Vós, ó Deus, louvamos) supomos aqui que, se não era cantado (porque não era uma prática jesuítica), devia seguir alguma espetacularização sonora, pois a própria marcha da guerra era ritmada por tambores.

narrativa fala de um padre jesuíta carregando um crucifixo à frente das tropas.<sup>133</sup> A trajetória da guerra é marcada pela simbologia cristã a cada movimento, como uma procissão de guerra e de fé que marca o espaço percorrido. O heroísmo e a santidade participam fortemente da composição das cenas desse evento, como uma base sobre a qual as coisas da guerra e da conquista do espaço se desenvolvem. Sobre a composição de cenas edificantes na demarcação de espacialidades Michel de Certeau considera que:

O texto, com seu herói, circula em torno do lugar. É dêitico. Mostra sempre o que não pode nem dizer nem substituir. A manifestação é essencialmente local, visível, e não dizível; ela falta ao discurso que a designa, fragmenta, comenta, numa sucessão de quadros. Mas essa “discursividade” que passagem de cena para cena, pode enunciar o sentido do lugar, insubstituível, único, extraordinário e sagrado (hagios).<sup>134</sup>

A primeira expedição de conquista do general Martim Leitão, na qual os jesuítas estão presentes, é, um espetáculo de cenas de heroísmo e de edificação espiritual para o leitor do *Sumário das Armadas*. Nessa jornada toda a trajetória da guerra é uma demonstração de força, de fé e de ordem levada diretamente “à casa” do inimigo.

Com três dias de marcha pelas matas e as tropas chegaram ao forte, onde deixaram provisões de onde se seguiu ainda uma expedição (comanda da por João Paes) à Baía da Traição e à caça dos índios corridos do rio Paraíba. Nesse meio tempo, muitos homens que ficaram no forte, inclusive o padre Simão Travassos, adoeceram subitamente e foram embarcados de volta para Pernambuco, enquanto o restante da tropa esperou por João Paes e sua armada no Campo das Ostras.<sup>135</sup> Encerrando a jornada, os jesuítas compõem a cena do retorno com uma volta celebrada, na qual o general torna-se novamente ouvidor: é o fechamento de um ciclo, que tem o sentido de parecer a mais honrada volta para a maior e mais honrada jornada de guerra do estado do Brasil. Termina, portanto, com uma data para ficar lembrada:

<sup>133</sup> A imagem do jesuíta com um crucifixo à frente das tropas foi re-apropriada em dois momentos distintos do século XVII, dentro e fora da Companhia de Jesus. O terceiro capítulo dessa dissertação é iniciado com um breve estudo sobre as re-significações dessa imagem emblemática.

<sup>134</sup> CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3.ed.São Paulo: Forense Universitária, 2011, p. 302.

<sup>135</sup> O capítulo 12, que versa sobre a ida de João Paes à Baía da Traição é, talvez, o mais complicado de se ler em todo o documento. Parece o ajuntamento de um conjunto de informações sobre o resultado das guerras no contexto da aliança inimiga, mas pouco fala da empresa de João Paes, tal como indica o título. O remate do capítulo 11 já toca o tema da expedição de João Paes com uma denúncia dissimulada, operada no campo da retórica. Nesse trecho os jesuítas escrevem sobre o destino de algumas mercadorias tomadas dos franceses e sobre os desentendimentos ocorridos entre a gente dos portugueses. Esse trecho de denúncia começa com “não contarei” e conta e cita os nomes, e diz que não delataria os fatos porque “(não são de minha obrigação)” e segue delatando.

[...] se partiram todos para a Vila de Olinda em com muita festa, ainda que o ouvidor geral Martim Leitão, que já não chamarei general, se não quietava, nem contentava, dizendo ter feito nada pois não ficava levantada povoação no Parahiba e tudo o da guerra de todo concluído, como se fora poderoso para tamanho negócio em que Nosso Senhor o tinha tanto favorecido, mais que a todos os que até então se tinham nisso metido. Desta Maneira entraram na Vila de Olinda, em som de guerra, postos em ordem, acompanhando todos o ouvidor geral até sua casa com estranho tumulto e festa, que foi o maior e mais honroso recebimento que nunca Pernambuco teve, nem sei quando já terá, que foi a seis de abril de oitenta e cinco.<sup>136</sup>

#### 2.4 A SEGUNDA JORNADA: o martírio da conquista<sup>137</sup>

Pouco menos de dois meses depois da primeira expedição o forte de São Felipe e São Thiago já passava novos problemas. Dessa vez havia sido inutilizado e abandonado pelo alcaide Francisco Castrejon e os soldados espanhóis.<sup>138</sup> As primeiras ações tomadas pela gente de Pernambuco quanto a esse novo incidente foram o recolhimento dos soldados e a prisão de Francisco Castrejon. Mesmo sendo urgente a retomada daquela posição estratégica no rio Paraíba, a gente de Martim Leitão ainda esperava o contato dos índios Tabajara, que a esse tempo já estavam separados dos Potiguara e respondiam à mensagem enviada por Martim Leitão em junho de 1585.<sup>139</sup> Em agosto do mesmo ano, João Tavares encontrou os principais dos índios no próprio rio Paraíba, onde foram retomadas as negociações de rendição e aliança de guerra.<sup>140</sup> Encontraram-se num ponto onde o rio é mais largo, que foi

<sup>136</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 12, folha ; FURNE, 1983, p. 81.

<sup>137</sup> Ver ANEXO C, p. 132.

<sup>138</sup> No início de junho de 1585, Francisco Castrejon reclamava das más condições no forte e principalmente da falta de mantimentos. O ouvidor geral Martim Leitão tentava resolver a situação, mas o provedor da fazenda, Martim Carvalho, se opunha a essas questões e ao próprio ouvidor geral. Martim Leitão mandou uma mensagem por Pedro Lopes, capitão da capitania de Itamaracá para que Castrejon não abandonasse o forte que logo chegariam mantimentos. O capitão Pedro Lopes não o fez, pois ao sair de Olinda, permaneceu em Itamaracá até o dia 24 do mesmo mês, quando começaram a chegar soldados espanhóis à Ilha. Essas informações estão dispersas no início do Capítulo 8 do *Sumário das Armadas*.

<sup>139</sup> Um evento importante da primeira jornada de Martim Leitão e que contribuiu diretamente para esse rompimento entre os Tabajara e os Potiguara foi, segundo entendemos, a própria aceitação do diálogo por parte dos índios na encenação da paz na primeira jornada: as trocas de materiais, formação de comitivas, presentes, “vinhos”, comida, etc. Como resultado, os índios tiveram a destruição das aldeias, mortes e a perda daquela posição estratégica. Tudo isso foi visto por índios Potiguara que estavam na aldeia do Braço de Peixe, segundo se lê no capítulo 10. No caso do novo acordo entre os portugueses e os Tabajara, foram índios aliados de Martim Leitão (possivelmente seus parentes) que buscaram os Tabajara corridos no sertão e os convidaram a descer e aceitar o acordo com os portugueses. Esse conjunto de informações é colocado aqui para que notemos a participação ativa dos índios nos eventos narrados, não diretamente, por que não estão inscritos assim no discurso dos jesuítas, mas nas “entrelinhas” desse discurso.

<sup>140</sup> Tomando a mesma questão da participação ativa dos índios, percebamos que o termo mais difundido pela historiografia é “acordo de paz”, mas a aceitação da paz entre os Tabajara e os portugueses significava também a união de forças contra um “novo” inimigo comum, que passavam a ser os Potiguara e seus aliados franceses. São, parece-nos, diferentes perspectivas para uma mesma situação: a submissão dos Tabajara como alternativa de sobrevivência, mas realizada dentro da lógica não mencionada no texto que é a do indígena, para o qual a vingança tinha um papel fundamental.

chamado porto da Casaria, local onde se começou a erigir a povoação. A segunda jornada de Martim Leitão deveria, portanto, realizar a dupla operação de recuperação da posição estratégica e militar na região do rio Paraíba e, ao mesmo tempo, garantir as condições de povoação com a produção de uma zona militarmente defendida para além da margem norte do rio.

A descrição do porto e do lugar aonde seria iniciada a povoação é feita com um misto de descrições maravilhosas, idílicas e pragmáticas.<sup>141</sup> De fato, para além do aspecto maravilhoso e místico encerrado nessas descrições da natureza e da geografia local, os jesuítas mantêm um foco permanente na utilidade dos recursos para as finalidades imediatas da conquista e para o bom aproveitamento da região de várzea, da qual o porto seria a entrada e o escoamento:

[...] foi Deus servido á sua intercessão [à intercessão de Nossa Senhora das Neves], como padroeira daquela nova planta, concluiu-se que as sentasse naquela parte sobre o porto, onde agora está a cidade, planície de mais de meia légua, muito chão, de todas as partes cercado de água, senhora do porto que com um falcão se-passa além. É ribeira de agua doce entre ela, e o porto que é singular e tão alcantilado que da proa de sessenta navios de toneis se fala em terra, donde sai um poderoso torno de agua para provimento das embarcações, que a natureza ali poz com maravilhosa arte e muita pedra de cal aonde logo mandou fazer um forno dela.<sup>142</sup>

Das coisas da terra que eram necessárias às edificações, como pedras de cal e taipa, juntaram os materiais trazidos e construíram o novo forte na proximidade do porto e lhe assentaram artilharia, que em 20 de novembro de 1585 já tinha condições de defesa, mas ainda não estava concluído.<sup>143</sup> Feito isso, e com a força dos aliados Tabajara, começaram as incursões na região setentrional a partir do forte, cuja primeira expedição havia sido

---

<sup>141</sup> Em *Visão do Paraíso* (1959), Sergio Buarque de Holanda reconheceu uma mentalidade ibérica ligada à imagens de um suposto paraíso terreal em dois “tipos” de homens nos tempos dos descobrimentos: um português ligado à tradição e ao pragmatismo, que substituíra o colorido dos mitos e dos sonhos pelo concreto e cinza da experiência real e os espanhóis, que por sua vez, seriam culturalmente inclinados à imaginação e alimentavam essa fantasia a cada novo encontro ou desencontro com as coisas do Novo Mundo. Algumas das categorias utilizadas nesse estudo são criticadas na atualidade, como os tipos ideais weberianos, por exemplo. Ainda assim, ao verificarmos narrativas como essas, no *Sumário das Armadas*, vemos que muito da tese de SBH ainda mostra vigor. Para mais, Ver: HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. Especificamente sobre a descrição jesuítica da Natureza material do Brasil (matas, terra, clima, gentes) é referência a dissertação de mestrado de José de Assunção, publicada no Brasil: ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos Brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas. (1549-1596).** São Paulo: Annablume, 2001.

<sup>142</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 15, folha 93-94; FURNE, 1983, p. 67.

<sup>143</sup> Essas informações foram colhidas das últimas linhas do capítulo 15 e das primeiras do capítulo 16 do *Sumário*.

direcionada às “fraudas” da Copaóba, mas segundo a narrativa teria voltado muito rápido e sem maior efeito sobre os inimigos.<sup>144</sup>

A segunda expedição é comandada diretamente pelo ouvidor geral e reúne os homens da guerra, ficando no forte alguma gente para a defesa e os encarregados de concluir a construção. A narrativa sobre essa jornada, apesar de manter o tom laudatório em torno de Martim Leitão, é em extremo contrastante com a tópica empregada na primeira jornada. O aspecto grandioso e espetacular da primeira jornada é dispensado para a valorização de outro tipo de nobreza e de virtude: menos exterior e aparente e mais espiritual e misterioso. Nesse evento, tudo o que é relacionado ao aparato material das tropas é sempre insuficiente ou pequeno diante das dificuldades enfrentadas. Desde o início a marcha das tropas é pontuada como sendo de grande dificuldade: travessia de rios e alagadiços com “água pelo cabelo”<sup>145</sup>, pouca comida, fadiga, chuvas e intensa atividade durante o período da noite, o que nesse particular os jesuítas não deixam de acentuar-lhe o caráter misterioso, usando termos como “escuridão medonha”. Os cavalos que os combatentes levam são, nessa jornada, descritos como ruins, e os homens estão sempre à beira de largarem tudo e debandarem, assombrados até com o urro do gentio, que nessa jornada aparece, repetidas vezes, como sendo medonho.

O contraponto dessa desvantagem aparece como a coragem do ouvidor geral que comanda bem seu exército supostamente pequeno e o leva à superação das dificuldades impostas à empresa. Em várias passagens do capítulo 16 a inferioridade material do exército português é destacada na escrita: “por sermos tão poucos” ou ainda “vendo-nos tão poucos”. Mas sob o comando do ouvidor apresenta-se outra característica desse exército: “tão poucos e tão valentes com que cada um se podia bastar para todos os petiguares; e certo que aqui experimentamos como um bom capitão de ovelhas faz leões”.<sup>146</sup> Cumpre notar que os “leões” se revelam somente sob o comando do seu “capitão”, porque na maioria dos eventos as tropas são descritas com medo e reclamando das dificuldades. De fato, segundo se lê sobre essa jornada, é sempre o ouvidor geral que rebate o medo das tropas com um grito de guerra que os portugueses acostumados à batalha já conheciam:

<sup>144</sup> Essa expedição havia sido, segundo se lê no *Sumário*, liderada por João Tavares e Pedro Lopes. Tal expedição aparece apenas citada no documento, sem uma descrição detalhada dos eventos ocorridos.

<sup>145</sup> A narrativa da jornada é iniciada com a travessia do lugar que chamam: “água do camelo” (parece referir-se a um braço-de-rio cujo motivo do nome não aparece no *Sumário* ou está grafado erradamente e seria “água pelo cabelo”, que seria a descrição da forma de travessia desse suposto alagadiço e aparece na narrativa) e depois seria a vez da travessia noturna do rio Mamanguape.

<sup>146</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 16, folha 100; FURNE, 1983, p. 70.

[...] às dez horas [da manhã] demos com um grande golpe de gentio, que, com o seu medonho e acostumado urro, atroou aquela ribeira, bastante a fazer pasmar outros exércitos, e não oitenta e tantos homens em que entravam dezoito de ruins cavalos e esse pouco gentio, que todos não fazíamos trezentos de peleja. E assim era pra dar graças a Deus a confiança de Martim Leitão e a festa com que ao urro tornou dizendo: a eles, o qual assim queria cobrir cada um como se todos foram seus filhos.<sup>147</sup>

As dificuldades da caminhada são pontuadas largamente, assim como as reclamações e o choro, que segundo a narrativa, o ouvidor geral às vezes ouvia e em outras repreendia, fazendo-os calar. A natureza é, na segunda jornada, o grande empecilho do avanço, apenas comparado ao gentio inimigo e seus aliados franceses, que utilizam os elementos da terra para fazer armadilhas e impedimentos, dificultando ainda mais o avanço das tropas:

Todo o outro dia gastámos em ver esta cerca, que era uma fortaleza muito forte, que cuidou nunca se fez outra tal no Brasil [...] fora, tinha sete cercas de rede umas sobre as outras em mil voltas e caracol, que era um labirinto, que se perdia homem nelas, e armadas muitas aboizes de grandes árvores, que, tocando-lhe um pássaro, desarmavam e arrastavam vinte homens. Tinha algumas seis ou sete tranqueiras para berços<sup>148</sup>, mas Deus lhes tirou o ânimo e nos-ajudava, que então tudo eram devoções e cristandade.<sup>149</sup>

O medo, a precariedade do exército português, a escuridão da noite e as chuvas aparecem na narração a cada novo passo das tropas. Entretanto, o “ponto alto” dessa tópica sobre as grandes dificuldades impostas pela natureza é a narrativa sobre a travessia noturna que as tropas foram obrigadas a realizar no rio Mamanguape, com maré alta e chuva depois de vários rebates de inimigos. Um “passo de noite milagroso”, é como os jesuítas definiram o evento pelo sucesso com que homens e os materiais da guerra passam ao outro lado do rio, prosseguindo então com a guerra. O evento da travessia, dadas as dificuldades e o préstimo de alguns homens, é também um momento de honras no qual os jesuítas nomeiam seguidamente cada um dos cavaleiros que ajudam os demais a atravessar o rio.<sup>150</sup>

Narrando o final do evento da travessia, os jesuítas rematam a escrita com uma suposta frase do ouvidor geral, a qual os padres teriam ouvido depois do evento ocorrido, e

<sup>147</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 16, folha 100; FURNE, 1983, p. 70.

<sup>148</sup> “tranqueiras para berços” eram acomodações para armas de explosão, como pequenos canhões. Os berços eram as armações de madeira na qual eram depositados as peças de metal e nas quais essas peças podiam ser deslocadas durante pequenas e médias incursões militares. Agradecemos ao professor Roberto Airon do DEH-UFRN pelas informações sobre armas de guerra usadas por índios e portugueses no século XVI.

<sup>149</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 17, folha 101; FURNE, 1983, p. 72.

<sup>150</sup> Dizemos “cada um” por supormos que todos que participaram entraram na “lista” dos jesuítas. Mas há, sem dúvida, a possibilidade de outros homens terem seus nomes omitidos por questão política do contexto.

que resume o enredo da jornada até ali numa luta dos homens contra as forças contrárias da natureza: “Depois lhe ouvi dizer [o ouvidor geral] que nunca cuidara que era para alguma coisa, senão então porque na briga o som do arcabuz aviva o espírito, mas aqui era pelejar com elementos, que era guerra mui diferente da dos homens.”<sup>151</sup>

Após a travessia do rio Mamanguape, a jornada de guerra seguiu para Baía da Traição, onde as tropas tomaram algumas instalações dos franceses, apropriam-se de mantimentos e atiraram caldeiras e outras ferrarias francesas ao mar. Após três dias na Baía da Traição partiram em busca de um suposto “feiticeiro” que seria um principal dos Potiguara. Com um dia de jornada, as tropas tiveram mais um encontro com os índios e repetiu-se o ritual de palavras de ordem e honra do general, animando as tropas e encabeçando uma marcha de guerra sobre os índios, “deitando-os fora de mil labirintos, que ali tinham feito e ordenado, e por extremo fortificados ficando, todavia, suas instâncias semeadas de muitos corpos.” Depois de muitas cenas de guerra o sucesso da batalha não é contado com a captura do suposto feiticeiro Potiguara, que segundo a narrativa havia escapado, mas com a passagem dos índios para além do rio Camaratuba, à capitania do Rio Grande. Com a “limpeza” da região costeira ao norte do rio concluída, ou pretensamente concluída, as tropas voltaram para a praça de guerra do rio Paraíba, onde, acabadas as obras do forte do Varadouro, ficava João Tavares por capitão e governador.<sup>152</sup>

Cumprir notar que a conclusão da segunda jornada aparece, mais uma vez, como o fechamento de um circuito de batalhas, explorações e imagens edificantes que tem Pernambuco como ponto de partida e de chegada. Essa jornada tinha deixado a região do rio Paraíba fortificada, guarnecida pela presença do gentio Tabajara e com a região costeira ao norte do rio, até os limites com o Rio Grande, livre da presença do inimigo. Entretanto, a volta das tropas para Pernambuco não aparece comemorada com festas, tumultos e tambores, como a anterior, mas sim adequada ao enredo de duras penas narradas na jornada. A marcha a pé, os

---

<sup>151</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 17, folha 104; FURNE, 1983, p. 74.

<sup>152</sup> Entre esse momento e o início do ano de 1586 é que, segundo entendemos, ocorreu o desmembramento das 23 três léguas de terra ao norte da capitania de Itamaracá, delimitando a capitania do rio Paraíba. O evento da reversão das terras ao norte da capitania de Itamaracá para a Coroa já foi comentado por Gonçalves em *Guerras e açúcares* como tendo ocorrido “ao cabo da ocupação da Paraíba”. Parece-nos que os eventos circunscritos ao final da segunda jornada de Martim Leitão apontam muito fortemente para o que a autora considerou “ao cabo”. Segundo entendemos, esses eventos seriam: a conclusão daquela praça de guerra, a nomeação de um capitão para a mesma - que acaba sendo também governador da nova capitania - e a efetivação da povoação com gente e materiais levados nessa jornada. Vale ainda considerar que a povoação estaria protegida também pelas aldeias Tabajara nas cercanias. Deve-se considerar, contudo, a precariedade da comunicação entre a colônia e o Reino para uma determinação oficial da Coroa sobre a criação da capitania.

perigos, as dificuldades, e próprio sangue derramado pelos padres<sup>153</sup>; tudo faz lembrar o martírio e a composição de cenas da vida dos santos. A jornada é representada como peregrinação e superação cuja unidade de base, como explicamos anteriormente, é a virtude. Nas últimas palavras dos jesuítas sobre a jornada: “E com isso nos tornamos a Pernambuco a vinte de janeiro de oitenta e seis, que foi assaz breve tempo para tantas coisa e obras, mas tudo nos homens honrados o desejo de honra fez possível.”<sup>154</sup>

## 2.5 A TERCEIRA JORNADA: sangue, martírio e honra no surgimento de uma nova fronteira<sup>155</sup>

Em Dezembro de 1586, ou seja, quase um ano depois da segunda expedição de Martim Leitão, o controle militar já estabelecido sobre a região do rio Paraíba havia se complicado. A ajuda militar enviada pelo rei Felipe II havia chegado e montado guarda no forte do varadouro, que naquele momento garantia a segurança da cidade de Nossa Senhora das Neves juntamente com as aldeias Tabajara das cercanias. O capitão Morales, que na escrita dos jesuítas passa a ser chamado (ou demonizado) de capitão coxo, havia abandonado o forte diante da chegada de naus francesas à Baía da Traição e, segundo os jesuítas, por estar persuadido pelos inimigos de Martim Leitão em Pernambuco.<sup>156</sup> Sobre isso escrevem:

E por Francisco de Morales se querer vir neste tempo do Parahiba, como veiu, lhe escreveu Martim Leitão, pedindo que tal não fizesse e que chegando lá o acomodaria e serviria em tudo como sempre fizera e que quando de todo em todo se quizesse vir neste tempo do Parahiba, não trouxesse os soldados de el-rei, mas nada bastou para deixar de se vir e trazer os soldados e persuadido de alguns de Pernambuco, invejosos e inimigos do ouvidor geral, largou o forte e se perdeu e estragou na vila de Mariate até se-*vir* para o reino<sup>157</sup>

A terceira expedição de guerra comandada por Martim Leitão tem, portanto, o *leitmotiv* das duas outras jornadas, que é a manutenção da posição estratégica do rio Paraíba por meio de tropas permanentes instaladas na praça de guerra, garantindo, como já foi dito, a

---

<sup>153</sup> Ao final do capítulo 19 aparece o seguinte trecho de narrativa: “sou boa testemunha de tudo e para melhor o fui com meu sangue próprio, que por a ferida ser nas veias do peito do pé deu trabalho. Não faltou para de todo esta empresa do Parahiba ser trabalhosa e honrosa o sangue da Companhia”. **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]**. Capítulo 19, folha 110; FURNE, 1983, p. 78. Voltaremos a tratar desse trecho sobre o sangue da Companhia derramado adiante, no terceiro capítulo dessa dissertação.

<sup>154</sup> *Ibidem* Capítulo 19, folha 110; FURNE, 1983, p. 78.

<sup>155</sup> Ver ANEXO D, p. 133.

<sup>156</sup> Dos quais, como já foi dito, podemos listar pelo menos: D. Philippe de Moura e Martim Carvalho.

<sup>157</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]**. Capítulo 20, folha 114; FURNE, 1983, p. 81.



consolidação do objetivo maior que era a própria povoação da terra. Sem a guarnição especializada do forte, a insipiente povoação da região do rio Paraíba e as aldeias indígenas que lhe garantiam a permanência estavam então sob ataque de potiguaras e franceses.<sup>158</sup>

Inicialmente as forças de guerra iriam por mar, com uma armada que partiria da capitania de Pernambuco, conduzindo homens e materiais para a defesa a povoação do rio Paraíba<sup>159</sup>, mas “com tormentas de nordeste espantoso, coisa nunca vista”, segundo escrevem os jesuítas, a ideia foi abandonada e o ouvidor geral acabou seguindo por terra, reunindo alguma gente pelo caminho. Nessa viagem já não falam os jesuítas sobre dificuldades da caminhada ou dão detalhes sobre a geografia local. É uma narrativa que, se pode dizer, objetiva, compondo um itinerário preciso, com distâncias e lugares anotados, tanto em dias transcorridos, quanto em léguas de extensão:

se partiu da vila quase só de madrugada [...] no rio Tapirema, que são nove léguas dela, achou-se no segundo dia com alguns trinta e dois homens [...] seguiu avante e chegou a nossa povoação do Parahiba, a que os moradores chamam cidade de Nossa Senhora das Neves aos vinte e três de dezembro [...] da cidade [...] se foi dormir à grande cerca Pinacama, que é um grande e principal petiguar [...] Desta cerca fizeram uma jornada direto à Copoaba [...]<sup>160</sup>

A trajetória do ouvidor até a nova zona de conflito é aí reveladora do controle que os portugueses já haviam estabelecido sobre a região do rio Paraíba e que estava sendo estendido às regiões da margem norte do rio. De fato, já não era mais uma marcha de guerra, como na primeira jornada<sup>161</sup>, senão uma viagem com itinerários demarcados num espaço controlado militarmente; aí já não se conquistava o espaço, apenas transitava-se por ele em direção a uma nova zona de tensões aonde a ação militar deveria se realizar para um novo avanço fronteiriço.

Nesse sentido, o tipo de descrição feita pelos jesuítas informa a integração efetiva de toda a região ao sul do rio Paraíba ao território português, cujo princípio de integração havia sido, antes de mais nada, o esvaziamento da presença do inimigo. Dito de outra forma, a viagem do ouvidor percorre agora o mesmo espaço que esteve tensionado pelas guerras e para

<sup>158</sup> Ao final do capítulo 20 aparece a informação de que um português de nome Amaro Resende havia chegado a Pernambuco com requerimentos da gente da Paraíba e informação de que os potiguaras, ajudados pelos franceses, haviam atacado a aldeia do Assento de Pássaro, nas cercanias da povoação e matado vários índios e dois soldados espanhóis.

<sup>159</sup> Não há sequer um comentário no *Sumário das Armadas* sobre eventos ocorridos no transcurso das várias armadas portuguesas ou espanholas para a região do rio Paraíba. Nenhuma denúncia, intriga ou detalhe que mostre a atenção dos jesuítas para o que ocorria no mar.

<sup>160</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 20, folha 115; FURNE, 1983, p. 82.

<sup>161</sup> A segunda jornada não fala do percurso, apenas da saída e logo de como o ouvidor foi recebido pelos principais dos índios na região próxima ao rio Paraíba.

o qual era preciso uma série de procedimentos de explicação e encenação na narrativa, o que já não é o caso em dezembro de 1586, pois a zona de tensões havia sido deslocada para além da margem norte do rio Paraíba. Dois espaços específicos representavam a nova fronteira a ser conquistada: na direção do interior era a serra da Copaoba<sup>162</sup>, que os jesuítas definem como “celeiro dos inimigos”<sup>163</sup>; já na costa, era a região próxima da Bahia da Traição ou Acajutibiró, na língua dos índios.

Na medida em que as tropas avançavam em direção ao sertão os sofrimentos, empecilhos e perigos da jornada, tal como na jornada anterior, são tomados na escrita dos jesuítas. Nessa última expedição de guerra, contudo, já não são as águas das chuvas e dos rios que atormentam as tropas, mas a falta delas. A sede é a primeira das “provações” pelas quais as tropas passam não bebendo água nenhuma ou somente de muito ruim qualidade. Segundo a narrativa: “não havia senão de muito ruins poços, branca e pouca, e tão fedorenta que era necessário com uma mão tapar o nariz e com outra a beber”<sup>164</sup>.

Com a entrada das tropas na região da Copaoba, e com a mudança presumível da paisagem, a narrativa já não toca a falta de água. A descrição da serra da Copaoba é tal como a descrição do porto da Casaria na segunda jornada do ouvidor geral, marcada pelo aspecto maravilhoso que a paisagem emprestava aos observadores, mas também pela vontade de melhor usufruir da terra. Entretanto, marcando uma diferença entre a descrição da jornada anterior, dessa vez a presença do inimigo também participava da composição da cena:

[...] esta Copaoba onde já estávamos é toda feita de altibaixos porque é oiteiros até ás nuvens, que a pé se sobe por eles com trabalho, e abismos baixíssimos, cousa não vista em outra parte do Brasil; e estas três ou quatro léguas destes oiteiros, contra o estilo das outras é singular terra e os inimigos por cima delles corriam como gamos e se ajudavam muito; e é muito boa terra, que todos os vales destas três léguas que ao mais será em redondo, são muito boas contra a regra geral da terra, salão forte, que dará muito bem tudo.<sup>165</sup>

<sup>162</sup> O *Sumário das Armadas* não oferece as condições necessárias para uma localização exata do lugar que os jesuítas definem como serra da Copaoba, que é o antigo nome dado às elevações do Planalto da Borborema. Entretanto, consideramos a possibilidade de o lugar narrado no *Sumário das Armadas* corresponder à uma espacialidade mais abrangente do que a que hoje chama-se “região do brejo” na Paraíba, abarcando também as partes baixas da serra, mas também ligadas ao brejo de altitude. Seriam as áreas “vertentes” e férteis na base do conjunto de elevações; uma área correspondente ao território aonde hoje se encontram os municípios de Guarabira, Bananeiras Solânea, Areia e outros na proximidade destes. O conjunto das descrições do espaço, dos percursos, das distâncias e do tempo transcorrido apontam fortemente para essa região. Vale ainda considerar que essa região está alinhada no sentido litoral-interior com a Baía da Traição. Juntos, Baía da Traição e serra da Copaoba definem uma linha limítrofe da ação das guerras de conquista no sentido setentrional até finais de 1586.

<sup>163</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 21, folha 120; FURNE, 1983, p. 85.

<sup>164</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 21, folha 118; FURNE, 1983, p. 84.

<sup>165</sup> *Ibidem*. Capítulo 21, folha 118; FURNE, 1983, p. 85.

Com a chegada das forças portuguesas à serra, chegava também a guerra contra os índios. A partir daí a escrita dos jesuítas enfoca a violência do enfrentamento, o medo da morte e, a cada batalha, a consolação de saírem vivos. A cada passo das tropas os jesuítas apontam o cenário de destruição que ficava para trás, “aonde tudo eram corpos mortos dos inimigos”<sup>166</sup>. Mas não com algum pesar, segundo escrevem: “ainda que se fez incrível matança, se tomaram entre setenta ou oitenta peças contra a vontade do ouvidor, que não queria senão os matassem”.<sup>167</sup>

Mais do que em qualquer outra jornada, nessa aparece a violência dos enfrentamentos, as feridas abertas dos combatentes, o sangue derramado e o medo da morte que toma as tropas. Numa passagem em especial os jesuítas descrevem o que eles chamaram, ao longo da narrativa sobre essa entrada ao sertão, de “medo espantoso”, apontando ainda o papel valioso dos padres da Companhia nesses momentos críticos:

Eram tantos [os inimigos] que havia homem que contava por aquelas ladeiras quatro e cinco mil fogos, com verem mortos e feridos que nas guerras do Brasil se não sofre; não havia paciência nem quem ousasse falar. Pregou de noite o nosso padre Baltazar Lopes pela língua do gentio e mamelucos, dos quais nasce o mal, e todos vigiaram melhor do que nunca. De que não podem escrever as particularidades que víamos danar a alguns, basta que toda noite andou o ouvidor geral de posta em posta nas vigias, e a os fazer calar, que era vergonha o que o medo fazia dizer e fazer.<sup>168</sup>

A justificativa do medo aparece, geralmente, acompanhada de referências ao lugar onde estavam, metidos pelo sertão, como nessa passagem: “como se davam já por salteados de medo, e assombrados de se verem cento e quarenta homens com quinhentos frecheiros do nosso gentio tão longe, aonde nunca sonhou de ir branco, em terras, que ninguém sabia”.<sup>169</sup>

Com a vitória na serra da Copaoba as tropas seguiram recompondo-se, tocando tambores e roncadores “destruindo três ou quatro aldeias” em direção à costa. Segundo a narrativa o objetivo era encontrarem o feiticeiro *Tujucupapo*, o mesmo que havia escapado na

---

<sup>166</sup>**SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 21, folha 120; FURNE, 1983, p. 84.

<sup>167</sup> *Ibidem*. É interessante notar que a assistência dos jesuítas nessa jornada não é, de forma alguma, diplomática em relação aos índios. Não há acordo de paz para ser realizado nessa expedição e os Potiguara não devem ser sequer capturados, antes mortos. A assistência jesuítica na terceira jornada é, nesse sentido, instrumental: é de apoio religioso aos soldados e possivelmente de ajuda aos feridos, mas seu papel está ligado diretamente à assistência à guerra e à vitória sobre o inimigo.

<sup>168</sup>**SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 21, folha 123; FURNE, 1983, p. 87.

<sup>169</sup>*Ibidem*, Capítulo 21, folha 122; FURNE, 1983, p. 86.

segunda jornada do ouvidor geral.<sup>170</sup> A cena composta da última batalha é, de longe, a mais sangrenta de todas as narradas no documento e alguns homens são nomeados para que sejam honrados, uma vez que aparecem destroçados, às vezes com dezenas de flechas pelo corpo. Mas não é apenas a violência da guerra que é uma crescente nas três jornadas de guerra; na medida em que as tropas penetram no interior das terras há sempre mais perigos, mais medo, mais sofrimentos e mortes, mas também há mais honra, heroísmo e edificação, porque a forma de manifestação dessas virtudes ideais está sempre na adversidade que o drama da vida impõe aos homens. A composição da última cena é, nesse sentido, de uma imensa adversidade, de derramamento de sangue, de perigo e de honradez:

E chegando o ouvidor geral à cerca achou a bandeira do capitão João Tavares, que o fez aqui tão animosamente como sempre. Certo que foi espantoso e suteve todo o peso, porque a sua ilharga tinham morto três homens, e todos mais foram tintos do seu próprio sangue e alguns com piedosas feridas de pelouros de cadeia que os tinha escalados<sup>171</sup>

Depois de muitas perdas e com a guerra dada como perdida, aparece a personagem central do discurso da conquista para liderar a vitória numa cena espetacular, aonde o ouvidor geral:

com duas flechadas [...] poz o joelho do chão [...] e vendo-se no último trance da vida se levantou furiosamente [...] coberto já de flechas e dos inimigos que chegaram a lhe dar à mão tente, ajoelhou uma coxa [...] e com boa ajuda do alcaide, tendo um ao outro, foram enxontado os inimigos.<sup>172</sup>

A vitória nessa batalha é obtida a custa de muito sangue e sofrimento, não dispensados ao ouvidor geral, que aparece flechado, ajoelhado, dado como perdido e sangrando pelas unhas como que carregando sua própria cruz numa representação que lembra muito mais o calvário de Cristo do que a própria guerra. Na narrativa dos jesuítas, acostumados à leitura do martiriológico, há, sem dúvida, um lugar honroso para os homens que enfrentam os sofrimentos do corpo e que sangraram por motivos nobres, e todo esse material precioso é utilizado na composição das cenas e do próprio cenário da vitória na Copaoba.

Concluída a ação militar, os jesuítas produzem um balanço da situação, informando aos seus leitores da condição em que ficavam os Potiguara, afastados dos franceses, passados

<sup>170</sup> Não se pode dizer se os jesuítas realmente acreditam no poder dos feiticeiros ou se dissimulam sobre esse pretenso poder. Entretanto, não deixam de pontuar que os feiticeiros dos Potiguara haviam garantido, entre os seus, a proteção da Copaoba contra a entrada de homens e cavalos.

<sup>171</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 22, folha 128; FURNE, 1983, p. 89.

<sup>172</sup> Ibidem. Capítulo 22, folha 134; FURNE, 1983, p. 92

para o Rio Grande ou metidos sertão adentro. A descrição feita nesse trecho aponta para uma nova configuração espacial da zona de tensões bélicas. A última expedição teria criado uma zona de defesa portuguesa entre o rio Paraíba e a capitania do Rio Grande; separando também os índios e seus aliados franceses, ambos situados em posições opostas: franceses no litoral, segundo os jesuítas com suas naus vazias e amargando a derrota, e os Potiguara no sertão ou empurrados para além do rio Camaratuba, para a capitania do Rio Grande. Essa nova configuração espacial deve, com efeito, ter representado um ganho significativo para os homens que participavam do evento de conquista da terra ou ao menos para os jesuítas que escreveram o relato, pois eles não deixaram representar as três jornadas do ouvidor geral e a delimitação de uma zona de fronteira num dos sonetos do documento:

*Quien es aqueste bélico y entero  
que el implacable pervio a domado  
despues de aver tres veces triunfado  
poblo y hizo em mitad su hemisphero...*<sup>173</sup>[grifo nosso]

A volta das tropas é ainda marcada pelos sofrimentos do corpo e pelo medo do inimigo, que dava rebates constantes sobre um contingente de feridos e desgastados pela guerra. Entretanto, o final dessa jornada diferencia-se das demais porque o fechamento do circuito de guerras e cenas já não termina em Pernambuco, mas na própria cidade de Nossa Senhora das Neves. Ali, como dissemos anteriormente, os jesuítas compõem a cena final de realização do heroísmo de Martim Leitão, que é, talvez em maior medida, um heroísmo buscado pelos próprios jesuítas.

Rematando o segundo soneto do *Sumário*, os jesuítas perguntam à Fama, da qual nada poderia se encobrir, quem havia sido o verdadeiro realizador de tantos feitos honrosos naquela região, e Fama revela uma verdade que estaria supostamente encoberta, utilizando o temro com o termo “heróico” para o nome de Martim Leitão. É nessa mesma lógica que se funda a organização do enredo das três jornadas: como uma cartografia moral<sup>174</sup> que representa os dramas da experiência vivida e das ações realizadas e que são retratados em diferentes cenas, uma conduzindo a outra e pelas quais o leitor é conduzido a uma suposta verdade sobre as coisas narradas e, nesse caso, sobre a conquista da capitania do rio Paraíba. De fato, essa era já a maneira do jesuíta exercitar suas próprias virtudes e lidar com as adversidades impostas à

<sup>173</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** *Sonetos*, folha 1; FURNE, 1983, p. 21. Nenhuma tradução pareceu adequada a esse soneto, na medida em que repercutia sobre a sonoridade dos versos. Optamos por não traduzir.

<sup>174</sup> Sobre o conceito de cartografia moral ver: *O homo viator e os lugares-comuns do percurso existencial*, em: OLIVEIRA, Ana Lucia de. **Por quem os signos dobram**: uma abordagem das letras jesuíticas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, pp. 132-139.

missão, compondo cenas imaginadas sobre situações reais na imensidão interior para vencer as adversidades na prática cotidiana da missão. A força das armas, a honradez diante das dificuldades e a injustiça supostamente cometida contra o ouvidor geral aparecem na escrita dos jesuítas como marcas de heroísmo com as quais os jesuítas representavam a experiência vivida por eles próprios, compondo um quadro tão útil politicamente quanto edificante.

Ao final do *Sumário das Armadas* o leitor se defronta com a lamentação e o medo dos jesuítas diante do destino supostamente injusto que estava configurando-se contra o ouvidor geral Martim Leitão. Esse era um destino que, apesar de promover a edificação dos leitores com a representação do martírio, era certamente temido pelos próprios jesuítas que escreviam o *Sumário*; um medo que se tornaria realidade durante os dois governos seguintes ao tempo descrito no *Sumário*. Assim, a narrativa sobre as últimas realizações do ouvidor geral na capitania do rio Paraíba termina com um panegírico no qual as virtudes ideais dos missionários jesuítas e as dificuldades que a Companhia enfrentava na década de 1580 podem ser espelhadas na figura heróica e no destino de herói conquistador revestido de santidade:

Martim Leitão, que é o todo, e a principal figura deste meo compendio, porque as muitas da justiça, bom governo, ardis, e eventos de guerra e vitórias que a tanto risco de sua vida ganhou a publicam. Baste-lhe a ele nesta parte ter por pregoeiro de suas coisas toda a gente pobre do Brasil, de quem ele especialmente foi amigo, os quaes com tanto proveito e segurança se logram agora, junctamente com a fazenda de eI-Rei Nosso Senhor, dos trabalhos de Martim Leitão; e estes lhe escusam os ingenhos sutis e raras habilidades que primeiro esgotariam que podessem dar cima a tanta cousa. Só isto direi, que se o mal que nestas partes lhe tem feito a inveja, se occupára em assoalhar no reino suas obras como o fazem publicar dele e o infamar de muitas; que claramente nele não ha: fora o mais ditoso homem do mundo.<sup>175</sup>

---

<sup>175</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba** [...].capítulo final, folha 149; FURNE, 1983, p. 101

### CAPÍTULO 3 - O *SUMÁRIO DAS ARMADAS* NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: desleitura de heróis e conquistas

*Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse para o pretérito, como poderíamos afirmar que ele existe, se a causa da sua existência é a mesma pela qual deixará de existir?*

*Santo Agostinho, Confissões*

No segundo capítulo dessa dissertação<sup>176</sup>, tocamos brevemente no fato de que, em 1603, o Jesuíta Fernão Guerreiro havia tomado a expulsão dos jesuítas da capitania da Paraíba como um relato das grandes dificuldades que a Companhia de Jesus enfrentava na sua obra missionária junto aos índios do Brasil. Fernão Guerreiro estava realizando um projeto interno da Companhia de Jesus, que era o de dar visibilidade às missões de expedição junto aos índios do sertão do Brasil. Nesse intento, apropriou-se do discurso encerrado no *Sumário das Armadas* e o modificou diante das demandas do seu próprio tempo.<sup>177</sup> Nessa apropriação, já não interessava o teor panegírico da narrativa sobre o ouvidor geral Martim Leitão e os próprios jesuítas aparecem como os realizadores da pacificação dos índios, que por sua vez, aparece como causa direta do progresso daquela capitania. No mesmo sentido, as cenas edificantes já encontradas no *Sumário* são acentuadas e os padres aparecem lançando-se à uma morte dada como certa, com palavras de fé e de amizade para convencimento e rendição dos índios:

Estando todos os brasis fortificados numa forte cerca, sem quererem render, nme os nosso poderem entrar, eis que um Padre nosso, que sabia bem a língua, e era mui animoso, confiado em Deus, salta por cima da cêrca dos imigos e mete-se com eles arriscando-se a o fazerem-se em pedaços e ser logo comido. E abrindo os braços, lhes começa a pregar na língua: *paz, paz, sejamos amigos!* E outras palavras brandas e amorosas, as quais tiveram tanta força com eles, e eles ao padre, em o vendo, tanto respeito, que, depostos os arcos, se cruzaram diante dele e renderam e entregarama terra, onde logo se fez povoação e se começaram a fazer engenhos e foi crescendo de modo que há hoje oito ou nove.<sup>178</sup>

<sup>176</sup> Nas páginas nas páginas 41-42 e na nota e na nota explicativa de número 58.

<sup>177</sup> Sobre o projeto interno da Companhia e o papel da escrita de Fernão Guerreiro nesse projeto ver: CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de Uma vinha Estéril**: Op. Cit. p. 440-442.

<sup>178</sup> GUERREIRO, Fernão. **Relação Annual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental e no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné nos annos de 1602 e 1603**. Op. Cit, p. 112.

O contraponto dessa cena era a suposta injustiça cometida pelo governador Feliciano Coelho (que não tem o nome citado) que os lançava fora da capitania que entendiam ter ajudado a conquistar com atitudes heróicas como a destacada na citação acima. É interessante notar que o discurso que, antes era enunciado como uma injustiça contra o ouvidor geral Martim Leitão, acaba sendo tomado diretamente em relação aos jesuítas que o produziram e que acabaram expulsos da Paraíba. Em outras palavras, o que em finais de 1587 era somente um medo, havia tornado-se uma realidade em 1592 e, em 1603, já era a própria missão jesuítica da Paraíba que era tomada para a produção de um relato edificante. Heroísmo, consolação, edificação, conquista territorial e pragmatismo, esses elementos do discurso continuam atuando como signos na escrita e nas cenas produzidas por Fernão Guerreiro, mas os “outros heróis” da história já não eram apenas insinuados, já eram os próprios jesuítas.

Pouco mais de trinta anos depois, essa mesma cena aparece contada de uma forma quase completamente oposta na escrita do cartógrafo holandês Nicolaes Visscher, que produziu um mapa da região do rio Paraíba durante o período da ocupação holandesa na costa nordeste do Brasil. Nesse mapa consta um texto bilíngüe (francês-holandês) sobre o evento da conquista portuguesa sobre a região no ano de 1585. Em meio às informações dadas pelo cartógrafo holandês, uma, em especial, nos chama a atenção:

[os portugueses] se puseram em marcha na direção da Paraíba no ano mil quinhentos e oitenta e cinco, com forças vigorosas, levando **com eles dois padres jesuítas** para estimular e exortar os soldados e ouvir suas confissões, e **para conduzir uma cruz diante das tropas**, às quais, **por esse espetáculo foram lançados sobre os inimigos movidos por grande fúria, de modo a mais ardentemente tratarem de obter a vitória.**<sup>179</sup>[grifo nosso]

Nessa escrita a cena do jesuíta com uma cruz a frente das tropas, a mesma que aparece descrita no *Sumário das Armadas* como ato de heroísmo do padre Jerônimo Machado na primeira jornada de Martim Leitão e que havia inspirado Fernão Guerreiro a falar de paz e rendição dos índios como uma cena primordial da conquista, reaparece cinquenta anos depois de produzida como uma estratégia cínica dos jesuítas para obtenção de uma vitória militar. Católicos e opositores ferrenhos da ocupação holandesa nas Capitânicas do Norte, o lugar dos jesuítas no período de ocupação holandesa nas capitânicas da costa nordeste do Brasil explica

<sup>179</sup> VISSCHER, Nicolaes (1618-1679). *Afbeelding der stad em fortresen van Parayba*. Amsterdã, Holanda, 1635. Seção de Cartografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Apesar de estar disponível *online*, o formato do arquivo digital não permite a leitura do texto (o mesmo acontece com outros títulos do acervo digital). Isso é problema pra a consulta na própria Biblioteca Nacional, pois o acervo constante do catálogo *online* não fica disponível para consulta, salvo o caso de uma autorização especial que pode ser conseguida na própria Biblioteca.



muito desse discurso, sobretudo se considerarmos a influência que tinham entre as populações indígenas que lutavam as guerras de resistência ao domínio holandês.<sup>180</sup>

Isso nos leva a considerar que o discurso de conquista da Paraíba, tal como encerrado no *Sumário das Armadas*, já era apropriado e re-apropriado dentro e fora da Companhia de Jesus na primeira metade do século XVII. No Caso de Fernão Guerreiro acontece uma adequação da narrativa, na qual a dimensão política e pragmática encerrada no contexto local da conquista da Paraíba é suprimida em detrimento de um discurso extremamente edificante e fortemente direcionado às questões internas da Companhia. O segundo exemplo, por sua vez, aponta para uma tomada desse discurso no âmbito exterior e contrário à Companhia de Jesus. Nesse, a mesma história aparece contada, mas encerrada num discurso que não louva a Instituição, antes adverte sobre a forma de atuação das forças portuguesas e dos padres jesuítas que as acompanham.

Foi diante de informações como essas, que apontam para uma trajetória histórica de re-significações do discurso de conquista da Paraíba que passamos a questionar as formas de perpetuação do conhecimento histórico sobre o discurso jesuítico de conquista da Paraíba. O que se segue nesse capítulo é, dentro dessa lógica, uma tentativa de reconstituir, na medida do possível, algumas coordenadas da trajetória histórica desse discurso, da primeira metade do século XVII até as práticas historiográficas do nosso tempo. Fernão Guerreiro, citado anteriormente, Frei Vicente do Salvador, em 1630, Varnhagen, no século XIX, Maximiano Lopes Machado no mesmo período e a historiografia local da Paraíba no início do século XX: diferentes apropriações sobre o discurso de conquista no *Sumário das Armadas*, cujo princípio de unidade é o tempo de suas apropriações e o desvio sistemático da historicidade do discurso nesse documento. Verifiquemos essa questão.

### 3.1 DE FREI VICENTE DO SALVADOR AO IHGP: uma trajetória de apagamento do discurso jesuítico

Num estudo sobre a *História do Brasil* de Frei Vicente de Salvador<sup>181</sup>, Maria Leda Oliveira<sup>182</sup> fez interessantes considerações acerca do *Sumário das Armadas*, ali identificado como uma das muitas fontes utilizadas pelo cronista franciscano para compor sua *História*.

<sup>180</sup> Sobre a participação da Companhia de Jesus nas guerras de resistência ao domínio holandês no Brasil, ver: BRANCO, Mário Fernandes correia. **Para a maior Glória de Deus e serviço do Reino: as cartas jesuíticas no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil do século XVII**, 2010. 265 f..Tese (Tese de doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói.

<sup>181</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil.[1630]** 3.ed. São Paulo, Editora Proprietária, 1931.

<sup>182</sup> OLIVEIRA, Maria Leda. **A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no império português do século XVII**. Rio de Janeiro: Versal Editora; São Paulo Odebrecht, 2008, v.1, p. 180

Segundo a autora, algumas cópias manuscritas do *Sumário das Armadas* devem ter circulado entre as elites letradas da colônia nas primeiras décadas do século XVII. As ideias dessa autora, sobretudo no tocante ao espaço político ocupado por de Frei Vicente no Brasil do século XVII aparecem, para nosso estudo, como pistas das primeiras utilizações do discurso jesuítico de conquista da Paraíba como fonte para uma historiografia no âmbito exterior da Companhia de Jesus. Esse seria, nesse sentido, o ponto de partida de uma trajetória desse discurso até as modernas práticas historiográficas. Assim, vale-nos recuperar alguns trechos e informações sobre a narrativa histórica de Frei Vicente sobre o evento de conquista da Paraíba para tomá-los em relação ao *Sumário das Armadas*.

Terminando sua *História do Brasil* em 1630, Frei Vicente do Salvador, apontou um evento particular como desencadeador das guerras de conquista da Paraíba: a tomada de uma cunhã potiguara, feita inicialmente por um mestiço<sup>183</sup> de Pernambuco em uma aldeia da serra da Copaoba. Segundo Frei Vicente, após a reclamação dos índios, que queriam a cunhã de volta, com tentativas até aí pacíficas, acabaram por receber a atenção das autoridades locais.<sup>184</sup> Segundo Frei Vicente, a cunhã foi, então, entregue aos seus irmãos que haviam sido incumbidos pelo chefe Rede Grande da missão de levá-la de volta à Copaóba.<sup>185</sup> Contudo, ainda segundo Frei Vicente, ao passarem pelo último engenho de Itamaracá no sentido setentrional, o proprietário do engenho, Diogo Dias, havia tomado a índia como sua. Daí que os Potiguara da Copaóba haviam decidido vingar-se com a destruição do engenho Tracunhaém. Os Potiguara teriam, então, matado todos os moradores do engenho, incluídos aí Diogo Dias e a maior parte dos seus familiares.<sup>186</sup>

É interessante percebermos que, diferentemente da perspectiva de Frei Vicente do Salvador sobre esse evento, no *Sumário das Armadas* a destruição do engenho de Diogo Dias não é uma questão central, e sim uma caracterização da “guerra justa”, uma justificativa da ofensiva militar levada aos índios da região desde 1574. O que está efetivamente em foco no discurso dos jesuítas são as conseqüências da aliança do gentio Potiguara com os franceses, aliança que estava colocando a conquista da terra e a segurança das capitanias de Pernambuco

---

<sup>183</sup> Segundo Frei Vicente: “entre os mamelucos [...] ouve um natural de Pernambuco [...] era filho de homem honrado, tirou a mais rale da mãe que do pai.” SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Op. Cit., p. 225.

<sup>184</sup> A autoridade local mencionada era Antônio de Salema, que estava em correição em Pernambuco naquele período.

<sup>185</sup> Segundo Frei Vicente do Salvador essa missão fora dada diretamente pelo chefe potiguara da Copaoba, “o bom Rede Grande”.

<sup>186</sup> Frei Vicente também comenta o fato de Diogo Dias ter participado anteriormente da destruição de algumas aldeias potiguara. Contudo, não há outra fonte histórica que comprove o rapto da cunhã. No *Sumário das Armadas* aparece apenas comentário sobre a destruição do engenho de Diogo Dias como motivo pelo qual teria sido ordenada a ida de D. Fernão da Silva para “eleger sítio de povoação” e “castigar os índios petiguares”

e Itamaracá em jogo. Assim, ao introduzir o evento do suposto rapto da cunhã Potiguara como desencadeador dos conflitos entre portugueses e potiguaras, Frei Vicente acaba encerrando as próprias guerras de conquista na perspectiva da vingança indígena que era desencadeada pelo estorvo que os portugueses faziam aos índios da região; uma justificativa que os jesuítas também apresentam no *Sumário das Armadas*, mas com outros argumentos, entre os quais o despovoamento da terra e a “ladroeira” francesa aparecem com destaque.

Capistrano de Abreu, nos *Prolegômenos* à obra de Frei Vicente, reconheceu que o cronista franciscano havia utilizado largamente o *Sumário das Armadas* para compor o Livro Terceiro e o Livro Quarto da sua *História*.<sup>187</sup> Segundo Capistrano, Frei Vicente havia “seguido fielmente” a crônica jesuítica para compor essa parte da sua *História*, o que é uma assertiva parcial. Cotejando-se os referidos Livros da *História do Brasil* com o *Sumário*, percebe-se que, para além do exórdio, do remate e de outras partes do documento, Frei Vicente suprimiu, sistematicamente, todas as referências à Companhia de Jesus no seu relato. É importante notar que é justamente no início e no final do *Sumário* que se encerra uma justificativa do modo “sumário” de escrita, uma explicação da assistência jesuítica naquelas guerras e uma série de indicações sobre os motivos sobre a figura central do relato, o ouvidor geral Martim Leitão.

Contudo, mesmo nos trechos copiados por Frei Vicente, nos quais deveria aparecer a assistência jesuítica na Paraíba, existem intervenções diretas sobre a narrativa. Veja-se que, onde no *Sumário das Armadas* aparece “não se esquecendo, por via dos padres da Companhia, incommendar este negócio mui particularmente a Deus”<sup>188</sup>, na *História* aparece: “não se esquecendo por via de religiosos fazer encomendar este negócio a Deus”.<sup>189</sup> Tendo em conta a especificidade da experiência conflituosa de jesuítas e franciscanos na Paraíba, o desvio de sentido que o termo genérico: “religiosos” coloca sobre a narrativa não deve ser desconsiderado; sobretudo porque após a expulsão episódica dos jesuítas da Paraíba, são os franciscanos e logo o próprio Frei Vicente que passam a missionar índios daquela capitania.<sup>190</sup> Da mesma forma, no Capítulo 19 do *Sumário*, onde está escrito: “Não faltou para de todo esta empresa do Parahiba ser trabalhosa e honrosa, o sangue da Companhia.”, Frei Vicente

<sup>187</sup> Os apontamentos de Capistrano sobre o *Sumário das Amadas* aparecem na *nota preliminar XI* e nos *Prolegômenos* ao *Livro Segundo*, ao *Livro terceiro*. Na terceira edição, a mesma que usamos nesse estudo, os trechos dos *Prolegômenos* que tratam do *Sumário das Armadas* encontram-se nas páginas 137 e 246, respectivamente. Ver: SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil.[1630]** 3.ed. São Paulo, Editora Proprietária.1931.

<sup>188</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].**capítulo 13, folha 88; FURNE, 1983, p. 63

<sup>189</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Op. Cit. p. 302.

<sup>190</sup> GONÇALVES, Regina Célia: **Guerras e Açúcares**. Op. Cit. p. 121.

simplesmente suprimiu a parte correspondente a mais ou menos um parágrafo de narrativa que informa a presença da Companhia.<sup>191</sup>

Para além dos trechos relacionados à Companhia de Jesus, Frei Vicente do Salvador faz, ainda, “pequenas alterações” sobre o que não lhe parece honroso para determinadas personagens políticas. No *Sumário das Armadas*, a narração da primeira guerra oficial, então ocorrida no ano de 1574 e comandada pelo ouvidor geral Fernão da Silva termina com um fracasso dessa expedição e, como já apontamos na segunda parte dessa dissertação: com o ouvidor “a voltar pela praia tão depressa que não houve vagar para nada”.<sup>192</sup> Para Frei Vicente do Salvador, que até esse ponto relatava a expedição de Fernão da Silva de acordo com a crônica jesuítica, o Ouvidor: “tomou ele posse [da terra] em nome e el-rei com muita solenidade de atos que mandou fazer muito bem notados e com este feito se tornou muito satisfeito a Pernambuco”<sup>193</sup>. Como se vê, a modificação implica numa “quase inversão” do resultado daquela empresa de guerra.

A questão historicamente relevante e talvez mais produtiva não é, segundo entendemos, um juízo moral sobre a prática do cronista franciscano, nem sob o ponto de vista da História, nem sobre o ponto de vista do estatuto das Letras daquele período. Concorde-se, aqui, com a assertiva de Michel Schneider sobre o papel do autor na tradição humanista, que reconhece “que o autor não deve se distinguir e sim aceitar que toda língua é empréstimo e que toda forma é recebida através do aprendizado e da apropriação”<sup>194</sup>. Não é, portanto, sobre a utilização de um texto de outrem que se fundamenta a questão colocada à Frei Vicente do Salvador, mas sobre a lógica das escolhas: sobre o que cronista franciscano decide que “entra” e ou que “sai” do texto que ele reutiliza na sua *História*. De fato, o palimpsesto literário de Frei Vicente do Salvador torce, desajunta e desvia o discurso dos jesuítas num discurso “novo”, que será tomado como seu.

Ao retirar deliberadamente a Companhia de Jesus de determinados trechos de narrativa sobre eventos importantes e ao alterar a ordem do discurso jesuítico que encontra no *Sumário*, Frei Vicente apresentou a conquista da Paraíba numa perspectiva da atuação administrativa e política sobre a colônia, a qual é, na verdade, a perspectiva dada pelo franciscano aos Livros Terceiro e Quarto da sua *História do Brasil*. Embora Frei Vicente fosse também um religioso,

<sup>191</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba** [...]. capítulo 19, folha 110; FURNE, 1983, p. 78. O referido trecho corresponde ao Capítulo décimo Segundo, Livro Quarto, página 312 da *História* de Frei Vicente.

<sup>192</sup> *Ibidem*, Capítulo 2, folha 24; FURNE, 1983, p. 33.

<sup>193</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. São Paulo: EDITORA PROPRIETÁRIA, 1931, p.230.

<sup>194</sup> SCHNEIDER, Michel. **Ladrões de Palavras**: ensaio sobre o plágio, a psicanálise, e o pensamento. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p.54-55.

a sua *História* é declaradamente política, ao passo que o discurso jesuítico deveria “servir” a uma propósito político, mas não era um discurso dessa natureza.

Maria Leda Oliveira apontou, com mais exatidão do que Capistrano de Abreu, os trechos do *Sumário das Armadas* que foram copiados por Frei Vicente<sup>195</sup>. Entretanto, tal como já havia feito (ou não havia feito) o erudito cearense, a autora não comentou a supressão dos trechos relacionados aos jesuítas que escreveram o *Sumário* ou mesmo a ausência da Companhia de Jesus nos respectivos Livros da *História do Brasil*.

Sobre o sentido da prática historiográfica de Frei Vicente sobre o *Sumário*, segundo Maria Leda Oliveira:

Realmente, nesta parte do Livro IV, a figura primordial é o Ouvidor geral, embora este teor panegírico em redor de sua pessoa não seja, na memória escrita sobre os acontecimentos da Capitania da Paraíba, uma novidade. Simão Travassos<sup>196</sup>, no *Sumário das Armadas*, anterior à *História do Brasil*, já enfatizava a bravura de Martim Leitão. Frei Vicente não foi, dessa forma, o primeiro a colocá-lo no panteão da história do tema. [...] Vale ressaltar, de qualquer forma, que para o autor da *História* conta o empenho das pessoas em fazer daquela terra seu lugar de morada, tratá-la como homem que preza as coisas públicas, ou como ele dizia, ser público.<sup>197</sup>

Comparemos o trecho acima com as considerações de Capistrano de Abreu sobre a prática historiográfica de Frei Vicente:

O estylo pouco preocupa o autor. Pode escrever com elegância e graça, mas em geral desenvolvem-se os períodos descuidosos, a maneiras de contas de rosário debulhadas machinalmente. As vezes oculta o substantivo para maior realce. [...] Seu Livro afinal é uma coleção de documentos, antes reduzidos que redigidos, mais histórias do Brasil do que História do Brasil.<sup>198</sup>

<sup>195</sup> Reproduziremos aqui os apontamentos da autora sobre essa utilização do *Sumário* na *História* de Frei Vicente: O capítulo 3 da *História* é, quase por completo, uma cópia do capítulo 3 do *Sumário*; o capítulo 4 traz eventos do capítulo 4 do *Sumário*; o capítulo 5 é construído com partes do capítulo 6 e 7 da obra do jesuíta; o capítulo 7 é reprodução dos capítulos 10 e 11; o capítulos 8 inicia com uma frase do capítulo 11, prossegue copiando partes do capítulo 12 do *Sumário*; o capítulo 9 é reprodução de quase todo o capítulo 13; o capítulo 10 é cópia de quase todo o capítulo 14, com partes do capítulo 15; o capítulo 11 é feito a partir de eventos do capítulo 16; o início do 12 é cópia do princípio do capítulo 19 do *Sumário*, prosseguindo com partes do capítulo 18 para depois retornar ao capítulo 19; o capítulo 13 é quase toda cópia integral do capítulo 20; o capítulo 14 foi construído com trechos do capítulo 21; o capítulo 25 traz eventos do capítulo 22; e, por fim, o capítulo 26 foi construído com trechos do capítulo 22 e do último capítulo 23 do *Sumário*. OLIVEIRA, Maria Leda. **A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no império português do século XVII**. Rio de Janeiro: Versal Editora; São Paulo Odebrecht, 2008, v.1, p. 180, nota. 37.

<sup>196</sup> A autora considerou o crédito de autoria do *Sumário* a Simão Travassos, feito por Serafim Leite em 1938 e que discutiremos adiante.

<sup>197</sup> OLIVEIRA, Maria Leda. **A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no império português do século XVII**. Rio de Janeiro: Versal Editora; São Paulo Odebrecht, 2008, v.1, p. 108.

<sup>198</sup> ABREU, João Capistrano. **Nota Preliminar**. In: SALVADOR, (Frei) Vicente de. Op. Cit. XX-XXI.

Essas são duas perspectivas diferentes de análises sobre uma mesma obra. Enquanto Oliveira trata do que “entra” na obra de Frei Vicente, Capistrano enfatiza o que falta nela. De fato, os *Prolegômenos* de Capistrano à obra de Frei Vicente do Salvador são, em grande medida, o apontamento de fontes recortadas pelo franciscano para compor a sua *História do Brasil*. Capistrano atenta muito mais para o que falta na *História* do que necessariamente para a obra do cronista franciscano. Entretanto, a crítica de Capistrano é disfarçada por uma série de artifícios retóricos que mostram Frei Vicente como um homem que fez as escolhas de seu tempo e como um apaixonado pelo Brasil. A “paixão pela terra natal”, destacada por Capistrano de Abreu, talvez seja esse o elemento fundamental para que a *História do Brasil* de Frei Vicente fosse bem acolhida pelos intelectuais brasileiros no início do século XX.<sup>199</sup>

É importante considerar que o estudo de Capistrano de Abreu e o estudo recente de Oliveira foram publicados juntamente com a *História do Brasil* de Frei Vicente. A publicação de Capistrano e Rodolfo Garcia inaugurava a *História* de Frei Vicente do Salvador em formato de livro<sup>200</sup>; Já o estudo de Maria Leda Oliveira originou-se de um estudo patrocinado por uma grande empresa, celebrado, premiado<sup>201</sup> e que vem se constituindo, desde então, como uma nova referência sobre os estudos à obra de Frei Vicente do Salvador no âmbito do Brasil político dos Seiscentos. Enfim, a operação empreendida por Frei Vicente do Salvador sobre o *Sumário das Armadas* aparece, sem dúvida, nos estudos de Capistrano de Abreu e Maria Leda Oliveira, mas apenas de forma “comportada”. Para Capistrano: “a maneiras de conta de rosário, machinalmente”, para Maria Leda: como representação do homem público, ou pela vontade do “autor” de ser levado a público.<sup>202</sup>

Já no século XIX, Varnhagen tomou o evento de conquista da Paraíba como um marco espetacular do movimento civilizador português sobre os espaços coloniais do norte do

---

<sup>199</sup> Nessa publicação, a *Nota preliminar* é o lugar privilegiado para se observar a forma com que Capistrano apresentou a obra de Frei Vicente ao público. Embora que, pela numeração das páginas, incluía-se uma explicação de Rodolfo Garcia, a argumentação que se encontra entre as páginas VI-XXII foi assinada por Capistrano. Vale a pena considerar o lugar de Capistrano no conjunto das forças intelectuais debruçadas sobre o tema da identidade da nação entre finais do século XIX e início do XX. Os comentários sobre a obra de Frei Vicente devem adquirir sentido quando pensados em relação à esse contexto, no qual a ideia lançada era de “ver” Frei Vicente do Salvador como um típico brasileiro, o primeiro historiador da nação.

<sup>200</sup> A obra de Frei Vicente já havia sido publicada em 1889, no volume XIII do *Annaes da Biblioteca Nacional*. Foi o texto da Biblioteca Nacional que serviu para a publicação de 1918 na forma de livro e, portanto, pretensamente fora do sentido oficioso e fechado das publicações da Biblioteca.

<sup>201</sup> A publicação do estudo de Maria Leda Oliveira originou-se da pesquisa “História e Política na Bahia de Seiscentos” que venceu a edição de 2007 do Prêmio Clarival do Prado Valladares, patrocinado pela Odebrecht. O estudo da autora também foi o segundo melhor projeto gráfico do Prêmio Jabuti de 2009.

<sup>202</sup> A *História do Brasil* foi dedicada por Frei Vicente a Manuel Severim de Faria, Chantre da Santa Sé de Évora. A dedicatória elogiosa de Frei Vicente seguia uma prática comum aos escritores de seu tempo: cooptação de um mecenas para a publicação tipografada da sua *História do Brasil* na metrópole, coisa que não teve efeito.

Brasil.<sup>203</sup> Na introdução ao tema, a escrita de Varnhagen apresenta já a forma pelo qual essa conquista deverá aparecer na sua obra: “E agora seja-nos permitido por algum tempo concentrar toda nossa atenção na paragem onde se vai decidir se civilização tem de caminhar avante, ou retirar-se corrida da miséria da humanidade”. E foi exatamente dentro dessa lógica que a história da conquista da Paraíba foi contada por Varnhagen: uma história dos heróis lusitanos sobre a “miséria da humanidade”. Essa consideração sobre os índios é, nesse caso, uma representação varnhagiana das populações indígenas da região, que também aparecem nessa mesma escrita como bárbaros e selvagens. O lugar de Varnhagen na sociedade de seu tempo coloca-o como o produtor de uma história oficial do império lusitano no Brasil, e isso aparece refletido fortemente na sua escrita histórica.<sup>204</sup>

Dentro dessa lógica, a história da conquista da Paraíba aparece como continuação dos feitos importantes de grandes homens portugueses, mesmo quando a representação desses homens não apareça tão elogiosa nas fontes consultadas por Varnhagen. O governador Manoel Teles Barreto aparece na escrita de Varnhagen como o verdadeiro responsável pelos grandes feitos da conquista da Paraíba. Mas não apenas aos portugueses cabe o elogio de Varnhagen, mesmo um espanhol como o general Diego Flores de Valdez<sup>205</sup> aparece destacado. Nesse caso, o general de patente representava já uma ilustração da “civilização” levada ao Brasil colonial, signo pelo qual o império lusitano também se faz ler na escrita de Varnhagen. Aqui é interessante reconstituirmos um trecho da argumentação de Varnhagen, o qual representa efetivamente todo o sentido dado à conquista da Paraíba na *História Geral do Brasil* e o olhar do Visconde de Porto Seguro sobre o *Sumário das Armadas*:

[a região norte de Tamaracá e posteriormente Paraíba] é o districto que em 1584 esperava ainda os benefícios da civilização, que o célebre general hespanhol Diego Flores vai contribuir a levar-lhe. A'cerca desde acontecimento não temos que lamentar como outras vezes cronicas ou correspondencias perdidas. Pelo contrário: temos correspondências: e temos também uma cronica especial; não desejando porém ser pesados ao leitor, deixamos ao tempo que se encarregue de

<sup>203</sup> As considerações feitas aqui sobre uma representação varnhagiana da conquista da Paraíba na *História Geral do Brasil* dizem respeito à Secção XXII: *Man. Teles Barreto. A Paraíba. Três ordens Religiosas*. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 1ª ed.,v. 1; Rio de Janeiro: Em Casa de E. e H. Laemmet, 1874.

<sup>204</sup> Sobre Varnhagen como o realizador do projeto do IHGB para a história nacional ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º. 1, 1988, p. 5-27.

<sup>205</sup> Em junho de 1583, o general espanhol Diego Flores de Valdez estava de passagem pela Bahia e em direção ao Rio de Janeiro, onde juntaria os navios que comandava com o resto da esquadra que estava naquela cidade sob o comando almirante Diogo de La Ribeira. O governador geral Manoel Teles Barreto o encomendou de ajudar Frutuoso Barbosa na povoação da Paraíba. Os navios do general Valdez partiram para Pernambuco em 1 março de 1584, levando então Frutuoso Barbosa, já depauperado dos insucessos do passado, e o ouvidor geral Martim Leitão, que a partir daí se encarregava diretamente da empresa de conquista. Essas informações estão dispersas no Capítulo 4 do *Sumário das Armadas*.

publicar em outro lugar esses documentos, aos quais só aproveitamos o essencial à nossa narração, que será por certo mais desapaixonada e imparcial do que a crônica, aliás de testemunha ocular, embora nos diga que como religioso que era (jesuíta), a escreveu pelo preceito da obediência.<sup>206</sup>

A crítica de Varnhagen sobre o “relato apaixonado” dos jesuítas aparece, então, tensionada por uma concepção de História positiva, que alimentava a esperança dos historiadores do seu tempo, sobretudo enquanto lhes levava a crer na possibilidade de extraírem uma suposta verdade histórica dos documentos produzidos no passado. Mas a escrita histórica de Varnhagen também se encontrava profundamente voltada para a função pedagógica que a história das armas portuguesas deveria ter na construção do passado da Nação.<sup>207</sup> Assim, rejeitando o discurso jesuítico, o que para Varnhagen seria uma característica comprometida daquela fonte, aparece a aposta no distanciamento, na objetividade do fato documentado e a ilusão de poder produzir uma história imparcial, coisa que, aliás, sua *História Geral do Brasil* não poderia ser.

O artifício retórico e o panegírico jesuítico ao ouvidor geral Martim Leitão - que é na verdade o que Varnhagen critica na citação acima, e não a credibilidade e importância dessa fonte - foi substituído pelo mito de uma pretensa civilização levada aos trópicos pelos portugueses, o que nesse tocante não reservava um lugar honroso para o ouvidor geral Martim Leitão e nem para os próprios jesuítas que representaram esse ouvidor geral como “mui amigo da Companhia de Jesus”. Na verdade, assim como em Portugal, a historiografia brasileira do século XIX foi profundamente anti-jesuítica. E, nessa historiografia, os padres da Companhia aparecem frequentemente como subversivos, obstinados e, muitas vezes, como mal intencionados.<sup>208</sup> Varnhagen produziu, então, uma conquista da Paraíba como conquista de um mundo essencialmente bárbaro por um Império civilizador. E, em termos de método, Varnhagen utilizou o *Sumário das Armadas* apenas como um “roteiro” dos fatos relacionados à conquista da Paraíba, mas o enredo e o sentido do discurso varnhagiano era produzido com base num conjunto de cartas administrativas do período, uma comunicação oficial que possibilitava a introdução de uma perspectiva outra e de outros “heróis” na conquista da Paraíba. Quanto a Martim Leitão, o herói do discurso jesuítico, lhe caberia algum lugar na

<sup>206</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 1ª ed., v. 1; Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H Laemmet, 1874, p 289.

<sup>207</sup> Aqui nos apoiamos nas ideias de Pedro Moacyr Campos sobre a tensão entre a busca da verdade histórica e o a influência do romantismo francês na prática historiográfica brasileira do século XIX. CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço de Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, n° 24, p. 107-159.

<sup>208</sup> Ver: FRANCO, José Eduardo. **O Mito dos Jesuítas**: em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI ao XX). Lisboa: Gradativa Editora, 2007.



conquista contada por Varnhagen, mas não sem a demonstração de que esse lugar não era tão importante quanto pretendia o autor do *Sumário das Armadas*, pois, segundo Varnhagen:

Cumpre declarar que ao ouvidor geral Martim Leitão pertence a primeira parte dos esforço em favor da colonização na Parahiba. Isso dizemos, sem negar o muito que ao princípio lhe prestou o governador Manoel Teles Barreto, aliás, hostil a Leitão, da mesma forma que o tesoureiro Martim Carvalho e o provedor mor Cristóvam de Barros. Á administração de Barreto deveu sem dúvida os maiores serviços.<sup>209</sup>

Esse modo de contar a história da conquista da Paraíba encontrou uma forte crítica ainda no século XIX, espetacularmente na escrita do historiador paraibano Maximiano Lopes Machado. A *História da Província da Paraíba*<sup>210</sup> é marcada pela escrita de um intelectual engajado e descontente com a política monárquica na história da nação, sobretudo no tempo do autor. Com efeito, a referida obra de Machado é marcada pela centralidade dos fatos, na marcação cronológica dos eventos e na busca intensa pela verdade histórica, mas, tendo *in germe*, uma afeição à especificidade dos agentes locais na história, buscando inserir a Paraíba no conjunto dos eventos relacionados à história da nação. E essa ideia acabaria sendo cara à historiografia paraibana que seria fundada no início do século XX e que tomaria Machado como patrono. No *prólogo* do livro, Machado demonstrou o tipo de História na qual acreditava, já tecendo uma forte crítica sobre a história que era produzida por Varnhagen:

Varnhagen, que podia ser mais cabal e correto, seguiu o mesmo plano dos outros, desculpando-se com a persuasão em que estava, de não ser a história minuciosa a que pode ser mais útil; e declinando para os historiadores parciais que não tardariam aparecer o exame dos fatos relativos à cada uma das partes do todo, põe termo a sua obra aquela luz brilhante que as circunstâncias peculiares derramam sobre os acontecimentos geraes. Desculpa injustificável. É o todo sem as esplêndida feições de suas partes! Dahi o mal que todos conhecemos: o ensino nas escolas por compêndios extractados dessas histórias, versadas nos mesmos moldes, incorretas e incompletas.<sup>211</sup>

Maximiano Lopes Machado criticava a *História Geral* de Varnhagen de diversas formas, mas a dimensão política dessa crítica foi, talvez, o que realmente deu sentido à suas palavras naquele contexto histórico. A abordagem da História Geral, enquanto método de um

<sup>209</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Op. Cit. p. 292.

<sup>210</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Imprensa oficial, 1912. O estudo de Machado já estava pronto em 1886, como apontou Tavares de Lyra no prefácio da publicação de 1912. José Octávio o confirma numa publicação de 1977, acrescentando que, de 1886 até 1895, data da morte de Maximiano Lopes Machado, a obra pode ter recebido emendas e correções. Contudo, a publicação do estudo de Machado saiu à custas do IHGP apenas em 1912. Ver: MELLO, José Octávio de Arruda /Prefácio/ In: MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. Op. cit. p. 56, n 12.

<sup>211</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. Prólogo II in: **História da Província da Paraíba**. Op. cit.

“fazer História” é atacada pelo historiador pernambucano, mas não era esse o foco principal, pois outros autores, que também produziram histórias gerais, como Robert Southey<sup>212</sup>, por exemplo, aparecem citados no seu estudo sobre a Paraíba. A crítica de Machado à Coroa e à importância da história dos oficiais portugueses na história da nação acontecia juntamente com a insatisfação das elites políticas Pernambucanas para com a gradativa centralização do poder político no Rio de Janeiro, ou seja, a obra se Machado se produzia em consonância com a afirmação de um sentimento discordante com o contexto político da nação na segunda metade do século XIX. Especificamente em relação ao “Machado historiador”, como uma dessas elites intelectuais engajadas politicamente na vontade de uma participação maior das províncias no âmbito político do Brasil de finais do Dezenove, era inaceitável o recolhimento e a concentração dos arquivos das secretarias e casas de misericórdia de Pernambuco no arquivo público do Rio de Janeiro. Segundo Machado, se por um lado a tendência a uma história geral já diminuía a participação das “partes do todo”, nesse todo que era a história da nação, essas partes estavam sendo “abafadas”, assim como também o estavam suas tradições e sentimentos patrióticos.

A crítica ao centralismo político da nação aparece e à forma que a história da nação estava sendo contada (que era a forma varnhagiana sob projeto traçado pelos membros do IGHB) aparece, sem dúvida, na sua forma de representar as guerras de conquista da Paraíba. Em sua escrita, Machado apresenta um Portugal depauperado nas últimas décadas do século XVI, e em grande medida alheio ao que acontecia nas suas fronteiras coloniais. É no quadro de um Estado português sofrido e, talvez negligente com seus súditos coloniais, que Maximiano Lopes Machado intercepta a intrepidez e individualidade de indivíduos que seriam os autênticos heróis da conquista territorial da nação; indivíduos que, mesmo diante de grandes dificuldades, perigos e num período de desatenção das autoridades do Reino, produzem a verdadeira história da nação, a das suas partes.

Assim, para Machado, toda a história da conquista da Paraíba gira em torno de uma personagem específica: o governador Frutuoso Barbosa (1588-1591), mencionado por ele como governador da Paraíba mesmo antes da Capitania existir.<sup>213</sup> Era assim que Machado o via, ou que queria que o lessem: o governador da Paraíba, Frutuoso Barbosa. E essa não deve ter sido uma tarefa fácil. Perceba-se que Maximiano usou largamente o *Sumário das Armadas*

---

<sup>212</sup>SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. London: Printed for Longman, 1810-1819.

<sup>213</sup> Na referida obra de Machado, Frutuoso Barbosa aparece como governador já nas suas duas primeiras e malogradas tentativas de conquista, que Maximiano não comenta o ano, mas que aparecem no *Sumário das Armadas* como sendo talvez em 1579 e 1582.

para contar a história da conquista da Paraíba,<sup>214</sup> mas, como demonstramos anteriormente, no mesmo *Sumário* produz-se uma delicada operação retórica, visando efetivamente a construção de uma imagem heróica do ouvidor geral Martim Leitão sobre o evento de conquista. A operação retórica de representação do Ouvidor, então presente no *Sumário das Armadas*, teve como um dos principais mecanismos de discurso, a alegoria de comparação e de oposição entre um heroísmo do ouvidor geral Martim Leitão e “anti-heroísmo” de outros que também participavam das guerras de conquista. De fato, Frutuoso Barbosa não era o único a ser representado como anti-herói da conquista no *Sumário*. O alcaide do Forte de São Felipe e São Thiago, Francisco Castrejon, o provedor da fazenda Martim Carvalho e o general espanhol Francisco Morales, em diferentes situações também foram representados de forma negativa e muitas vezes postos retoricamente em comparação oposta à Martim Leitão. Entretanto, mesmo entre Frutuoso Barbosa e Francisco Castrejon, que tiveram entre si várias desavenças, Barbosa é ainda o alvo principal dos jesuítas.

Desviando-se dessa perspectiva, o relevo dado por Machado às ações de Frutuoso Barbosa consiste numa dupla operação: a inserção de Frutuoso Barbosa nos principais eventos da conquista - embora o *Sumário das Armadas* não o inclua nesses eventos - e produzir o espaço de realização do “governador” Frutuoso Barbosa, sem, contudo, ter (ou não ter mencionado o) apoio documental para essa operação. Embora apareçam referências ao *Novo Orbe Seráfico*<sup>215</sup> na obra de Machado, tal fonte não oferece subsídios suficientes para a quantidade de fatos relatados sobre Frutuoso Barbosa. Assim, Machado abre a possibilidade de continuar tratando de Barbosa mesmo diante do silêncio do *Sumário das Armadas* sobre essa personagem. Com efeito, mesmo que o lustro dado à imagem de Frutuoso Barbosa apareça desde a narrativa sobre as suas primeiras e malogradas tentativas de conquista, é a partir do capítulo quarto da obra de Machado que se inicia o que poderíamos chamar de uma “história dento da história”. Essa operação de escrita consiste na produção de um espaçamento que possibilita o trabalho de escrita com duas histórias ao mesmo tempo: uma baseada no *Sumário das Armadas* e outra que se supõe baseada na crônica de Jaboatão.<sup>216</sup>

<sup>214</sup> A discussão sobre Maximiano Lopes ter ou não conhecido o *Sumário das Armadas* aparece no prefácio de João de Lyra Tavares à obra do autor. Tal como o informa Lyra, é desarrazoada essa crítica. Concordamos, mas não apenas pelo fato de aparecerem ali as citações ao referido documento ou porque a narrativa da Machado “evoca” o *Sumário das Armadas*, mas porque a marcação cronológica é incontestavelmente feita com base na crônica jesuítica. Vale salientar que alguns trechos da narrativa também são incorporados quase integralmente na obra de Machado.

<sup>215</sup> JABOATÃO, (Frei) Antônio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico brasílico ou chonica dos frades menores da província do Brasil**, por Frei Antônio de Santa Maria Jaboatam. [Lisboa 1761], Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858-1862.

<sup>216</sup> Para o historiador paraibano Guilherme Gomes da Silveira D’Avila Lins, Machado também se apoiou no *Tratado Descritivo do Brasil* de Gabriel Soares de Souza que, por sua vez, também não foi testemunha dos

Sobre essa questão, o título do capítulo quarto da *História da Província da Paraíba* é emblemático:

Dissensões entre Francisco Castrejon e Frutuoso Barbosa. – Retirada deste Para Olinda. – O forte S. Felipe e S. Thiago é de novo posto em sítio pelos Potyguares e por fim tomado. – Fuga de Castrejon para Itamaracá. – Sua Prisão. **Frutuoso Barbosa volta ao Parahyba e Retoma o forte.** Pazes com Piragyba. – Segunda jornada de Martim Leitão. Fundação da cidade da Paraíba.<sup>217</sup>[grifo nosso]

A parte grifada, segundo entendemos, representa aí um forte desvio sobre as informações dadas do *Sumário das Armadas* e que serviram à construção e organização da narrativa de Machado sobre os eventos de conquista da Paraíba. Tal como observamos na segunda parte dessa dissertação, de acordo com as informações presentes na crônica jesuítica, Frutuoso Barbosa havia abandonado as guerras de conquista da Paraíba na primeira jornada de Martim Leitão. Aqui vale citar novamente o trecho que, no *Sumário das Armadas*, marca a volta de Frutuoso Barbosa para Pernambuco, não aparecendo mais nas guerras da região do rio Paraíba:

E logo na tarde que chegamos instou muito o general [aqui o general é o ouvidor geral Martim Leitão] com Frutuoso Barbosa que quisesse ir duas léguas acima junto das marés [...] mas nunca se pode acabar com elle e por autos que se fizeram **desistiu de tudo dizendo não estaria nem mais uma hora no Paraíba.**[grifo nosso]<sup>218</sup>

Machado não inclui na sua obra, nem considera as informações no trecho acima citado, ignorando igualmente o silêncio do *Sumário das Armadas* sobre Frutuoso Barbosa no restante dos eventos relatados sobre aquelas guerras:

Fez ver frutuoso Barbosa que a elle competia a recuperação do forte, que estava determinado a meter-se nelle pois que sua obrigação era essa [...] Chegando Frutuoso Barbosa à Parahyba, sem ser presentido pelo naturais, pode surpreender os que trabalhavam na demolição da fortaleza e apoderar-se dela em pouco tempo, fazendo grandes estragos nos que ali estavam<sup>219</sup>

---

eventos que descreve. Ver: LINS, Guilherme Gomes da Silveira D'Avila. **Uma Apreciação Crítica do período colonial na “História da Paraíba Lutas e resistência”**. João Pessoa: Felipéia, 2006, p. 124.

<sup>217</sup> Título do capítulo 4º. Em: MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. Op. Cit. p. 79.

<sup>218</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]**. Capítulo 1, folha 76-77; FURNE, 1983, p. 57.

<sup>219</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. Op. Cit. p. 84.

A partir da suposta retomada do Forte de São Felipe e São Thiago<sup>220</sup>, Machado cria uma série de ligações sistemáticas entre o também suposto generalato de Frutuoso Barbosa naquela praça de guerra e alguns dos principais eventos narrados no *Sumário das Armadas*. Um desses eventos é o já comentado “acordo de paz” entre João Tavares e o índio Piragybe, o Braço de Peixe. Sobre esse evento, Machado introduz a ocupação do forte de São Felipe e São Thiago como uma força atuante, que concorre para a realização da conquista. Com efeito, a escrita de Machado faz entender que havia sido por essa reocupação do forte que os Tabajara haviam se livrado do ataque dos ex-aliados Potiguara, podendo então tratar das “pazes” e da aliança com João Tavares.<sup>221</sup>

Observemos alguns trechos da escrita de Machado, nos quais ocorre essa operação de inserção da figura de Frutuoso Barbosa em eventos decisivos para aquela conquista; mesmo depois do episódio no qual ele havia, segundo a narrativa no *Sumário das Armadas*, abandonado a empresa de conquista. Página 85: “Frutuoso Barbosa, informado da paz que se tinha celebrado com aqueles chefes **fez** algumas explorações [...]”; página 86: “Nessa mesma tarde chegou Frutuoso Barbosa e depois de terem **ambos conferenciado** em particular, **decidiram** fundar a povoação ordenada por el-rei [...]”; página 87: “Ao outro dia, ouvindo missa antes de sair o sol, seguiram a pé o Ouvidor geral e Frutuoso Barbosa, e **foram examinar juntos** o alto da colina [...]”. Fora o exemplo citado da página 85 do estudo de Maximiano Lopes Machado, que não se pode precisar a fonte, os outros dois eventos aparecem descritos no *Sumário das Armadas*, mas apenas o Ouvidor geral Martim Leitão e alguns de seus comandados aparecem mencionadas na narrativa jesuítica, não oferecendo subsídio nenhum para a participação de Frutuoso Barbosa nesses eventos.

O capítulo quarto da *História da Província da Paraíba* termina exatamente com um radical distanciamento entre a escrita de Machado e o que é narrado no capítulo final do *Sumário das Armadas*. Reproduzindo parte do conteúdo e seguindo a mesma seqüência narrativa da crônica jesuítica, Machado cita a construção do forte de frente para o rio Tiberi e descreve alguns de seus detalhes técnicos, fala da edificação do engenho real, comenta o infortúnio de Martim Leitão no âmbito político da época e, por fim, produz uma descrição idílica do espaço conquistado, tal como acontece no *Sumário das Armadas*. A diferença fundamental entre o relato de Machado e o *Sumário das Armadas* é que também ali o

<sup>220</sup> Essa praça de guerra, segundo aparece no *Sumário das Armadas*, não foi retomada desde seu abandono pelo alcaide Francisco Castrejon.

<sup>221</sup> MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. Op. Cit.p 85.

historiador paraibano introduziu a figura de Frutuoso Barbosa, uma presença não mencionada na crônica jesuítica.

Sobre essa operação historiográfica pode, sem dúvida, recair as mais diversas considerações. Para Lins, Maximiano Lopes Machado havia cometido um equívoco histórico, possivelmente fiando-se no *Orbe Seráfico* de Jaboaão.<sup>222</sup> Entretanto, como já foi dito, ao cotejarmos as informações dadas por Machado (as que não constam no *Sumário das Armadas*) com a crônica franciscana, percebemos que não há informações suficientes no *Novo Orbe...* para tamanho desvio. Segundo entendemos, ou Machado utilizou outras fontes: talvez raras, desconhecidas da historiografia contemporânea e não mencionadas na obra, ou a sua vontade se sobrepôs radicalmente à possibilidade oferecida pelos documentos utilizados no seu estudo.

Seja como for, a ideia perseguida por Machado parece ter sido a de escrever a história do homem que havia enfrentado as grandes dificuldades políticas naqueles tempos difíceis para Portugal. Nesse sentido, a figura de Frutuoso Barbosa aparece como símbolo daquela especificidade local defendida por Machado: o representante da “parte” imprescindível que havia faltado na *História Geral* de Varnhagen. Segundo entendemos, para Machado essa parte não poderia, efetivamente, ser representada pelo Ouvidor geral Martim Leitão, que era um representante da Coroa portuguesa e em fevereiro de 1587 entrava para o absoluto silêncio da História.<sup>223</sup> Diferente disso, Frutuoso Barbosa havia sido governador da Paraíba entre 1588 e 1591, fato pelo qual essa personagem havia inscrito efetivamente o nome de um civil na história de conquista e fundação da Paraíba. A história de Maximiano Lopes Machado ainda era focada nas questões políticas e nos eventos militares que marcam a história da nação, mas não focada na ação dos oficiais da Coroa.

Machado não considerou (talvez lhe tenha escapado) o governo de João Tavares na Paraíba. Ao que parece, perseguiu a ideia de que a insistência de Frutuoso Barbosa na empresa de conquista e o efetivo governo de 1588 a 1591 remontaria os dez anos de governo

---

<sup>222</sup> LINS, Guilherme Gomes da Silveira D’Avila. **Uma Apreciação Crítica do período colonial na “História da Paraíba Lutas e resistência”**. João Pessoa: Felipéia, 2006, p. 123.

<sup>223</sup> No prefácio da 2ª edição da obra de Maximiano Lopes, José Octávio escreveu que não se deveria levar em consideração os apontamentos de João Lyra sobre Maximiano Lopes Machado ter dado relevo à participação de Frutuoso Barbosa na conquista. Segundo José Octávio, embora mencionando Frutuoso Barbosa, era Martim Leitão a personagem central da escrita de Machado. Com o objetivo de demonstrar isso, José Octávio aponta alguns trechos da obra, nos quais Martim Leitão aparece no centro do discurso sobre a conquista da Paraíba. Relativizando essa consideração de José Octávio, é preciso perceber que os trechos utilizados por Machado, e que colocam Martim Leitão no centro do discurso da conquista, são retirados quase integralmente do *Sumário das Armadas*. Isso se deve ao fato de que o panegírico a Martim Leitão é tão forte no *Sumário*, que mesmo com Machado operando sobre o discurso ali presente, o Ouvidor ainda aparece no centro dos acontecimentos. Os comentários de José Octávio sobre esse tema encontram-se nas páginas: 40-41 da referida obra de Machado.

que lhe havia sido prometido pela coroa portuguesa. Se isso, porque essa é apenas uma hipótese, para Maximiano Lopes Machado, Frutuoso Barbosa havia sido efetivamente o primeiro governador da Paraíba. Quanto a João Tavares, que aparece em documentos da época como o primeiro governador da Paraíba, somente no início do século XX, com o surgimento de uma produção historiográfica local na Paraíba, lhe seria dado um lugar destacado na história das guerras de conquista daquela capitania.<sup>224</sup>

Como apontou Dias, o movimento historiográfico paraibano das primeiras décadas do século XX introduziu um sentido específico para a história local. Mais do que uma ruptura na história da Paraíba, tal movimento buscou negar que existisse qualquer história da Paraíba antes de 1905, data de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. De acordo com a autora, nas primeiras décadas do século XX, o IHGP foi o espaço privilegiado de concentração dos esforços e dos interesses de várias elites intelectuais paraibanas para produzir uma história oficial da Paraíba: a história escrita por paraibanos. Para tal, os membros do IHGP assumiram a missão de ajuntar, catalogar e interpretar as fontes históricas relacionadas à Paraíba com um direcionamento preestabelecido: produzir uma história especificamente paraibana, desvinculada da história de Pernambuco e que representasse a particularidade dos homens e do espaço paraibano no contexto nacional da República. Segundo a autora:

O caráter oficioso do IHGP foi que lhe deu, paulatinamente, o status de foco de produção historiográfica, transformando-o em o local de história paraibana. Entre a preocupação de se engrandecer para se legitimar nos momentos de maiores crises, o Instituto Histórico conseguiu cumprir a tarefa a que se propôs: escrever a história da Paraíba. Lançou as bases da historiografia paraibana.<sup>225</sup>

Entretanto, os métodos de organização dessa história oficial e os objetivos políticos do grupo envolvido acabaram por marcar profundamente a historiografia ligada ao Instituto. O passado da Paraíba foi, então a partir do IHGP, organizado de forma seletiva, para ser uma explicação do presente e uma lição para o futuro. Deveria produzir uma imagem da Paraíba autônoma, atuante e com uma identidade que a diferenciasse dos demais Estados da Federação, sem, contudo, representar-lhe como alheia a esse conjunto nacional. A história

<sup>224</sup> Entre os documentos que apontam para João Tavares como governador da capitania da Paraíba, há uma carta de sesmaria em favor de João Affonso de Pamplona, datada de janeiro de 1586, e cujo texto informa o lugar de João Tavares no respectivo cargo. O texto desse documento pode ser consultado em: TAVARES, João de Lyra. **Apontamento para a história territorial da Parahyba**. Edição fac-similar. Coleção Mossoroense, vol. CCXLV. Brasília: Senado Federal, 1982.

<sup>225</sup> DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab Origine** (O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local). João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996. p. 42.

produzida em torno do IHGP tratou, então, de selecionar o que era ou não importante para a memória da Paraíba, recortando o passado e remontando-o de acordo com suas necessidades mais urgentes. Criar a história da Paraíba necessitou, então, de uma data precisa, de um marco histórico que a definisse no tempo. Num trecho do primeiro volume da Revista do IHGP aparece a representação dos momentos fundacionais da Paraíba, a que será a vitoriosa durante quase todo o século XX. Apesar de o trecho da revista ser longo, vale a pena reproduzi-lo aqui:

a civilização desta terra não devia ser comprada a custo de sangue! Ella não tinha que se inundar ao berço com o purpurear rubro do generoso sangue de heroes anonymos. Todo aquelle que vimos derramar-se foi inútil para a obra da cultura intellectual, moral e material d'esta terra. Talvez assim já o tivesse comprehendido o nobre espírito de João Tavares e já elle tivesse um pensamento de paz e alliança com os selvagens quando lançou os fundamentos do núcleo colonial da Cambôa. Como quer que fosse era para elle que estava reservada a gloria imclipsável de lançar os alicerces d'esta construção que a nós e a nossos descendentes cabe completar-a Parahyba grande, forte, immorredoura !O historiador Varnhagen atribue a alliança de Piragybe com colonisadores representados em João Tavares ao sentimento de vingança que no índio deviam despertar as offensas dos antigos aliados que attribuiram a derrota do Tibiry a covardia do chefe. Por mais que acatemos as opiniões abalisadas do inclyto escriptor, não podemos deixar de contrariar este modo de pensar. Entendemos que esta alliança foi, como a que se deu em Pernambuco, uma consequência da inclinação natural dos tabajaras. Se ella não se reálisou desde logo é porque faltaram, do lado dos portuguezes um capitão com a necessária pendência e tacto para conseguir o accordo, do lado dos selvagens um chefe com o necessário prestigio para realiza-lo em nome de todos. O tratado de alliança e de amizade surgiu naturalmente na hora de rara felicidade histórica em que se acharam frente a frente João Tavares e Piragybe<sup>226</sup>

No sentido colocado pela *Revista* do IHGP, e que será o sentido da conquista da Paraíba nessa historiografia clássica, o momento do “acordo de paz” entre João Tavares e Piragybe passa a ser lugar o privilegiado de um mito fundador do espaço e das gentes paraibanas. Essas gentes serão representadas a partir dali como propensas historicamente à paz, uma marca particular, uma identidade paraibana diante de uma história nacional marcada por tantas guerras. Os heróis também mudam, já não é o ouvidor geral Martim Leitão do *Sumário das Armadas*, os grandes oficiais e administradores do “Império civilizador” de Varnhagen, ou o governador Frutuoso Barbosa, de Machado. Nesse processo histórico de representações e representações sobre a conquista da Paraíba, a feita a partir do direcionamento do IHGP faz ingressar o nome de João Tavares como herói da conquista.

---

<sup>226</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. Ano I, vol. I. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição, p. 79 e 80. Apud: DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab Origine**. Op. Cit., p. 51.



Assim, o “pioneiro”, João Tavares aparece nessa historiografia como inclinado, ou mesmo predestinado à conquista da terra sob o signo da paz. Há que se considerar que, embora o elogio ao índio Piragybe do trecho acima também o autorizasse como herói e fundador, a identidade paraibana ou a *paraibaneidade*, como a definiu Dias, era um reflexo dos anseios das elites locais naquele contexto político e econômico específico. Nesse sentido, era o passado das elites paraibanas que se construía na historiografia dos primeiros anos do Instituto, um passado que o índio Piragybe podia apenas ilustrar, mas não representar efetivamente.<sup>227</sup>

Um dos mais celebrados fundadores do IHGP na historiografia paraibana foi Irineu Ferreira Pinto, que teve um papel destacado na seleção e publicação de muitos documentos necessários à história preconizada pelo Instituto. *Datas e Notas Para a História da Paraíba*<sup>228</sup> foi publicado em 1908, oferecendo ao público um conjunto de documentos que o historiador destacou como imprescindíveis para a história que o instituto paraibano propunha-se a contar. Sobre os tempos da conquista, cumpre notar que dentro do corpus documental apresentado na obra de Pinto não aparece o *Sumário das Armadas*, que já havia sido publicado em 1848 e 1873 ou mesmo a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, publicada em 1889 no *Annaes* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Analisando a narrativa do autor sobre os primeiros tempos da Paraíba, percebe-se uma grande semelhança com o que Maximiano Lopes Machado já havia escrito<sup>229</sup> e que seria publicado somente em 1912, também por iniciativa do IHGP.<sup>230</sup> Entretanto, em relação à obra de Machado, a escrita de Pinto minimiza a participação de Frutuoso Barbosa.

De qualquer forma, o movimento historiográfico em torno do IHGP representava um esforço conjunto dos consorciados do Instituto e cristalizava-se a partir da escrita histórica de

<sup>227</sup> No *Sumário das Armadas*, nenhum destaque foi dado ao capítulo que trata desse evento; pelo contrário esse é o menor e um dos mais simples capítulos do documento. A matéria tratada nesse capítulo divide-se entre o “acordo de paz” e outros eventos, como a dificuldade do ajuntamento de gente para a guerra, do acometimento de doença de Simão Falcão e da habilidade do Ouvidor geral para lidar com eventos do dito acordo de paz. O nome de João Tavares sequer é citado no título do capítulo, que reserva um lugar para principal dos índios, o Braço de peixe.

<sup>228</sup> PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas Para a História da Parahyba por Irineu Ferreira Pinto Socio Fundador e Bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.** Parahyba no Norte. Imprensa Oficial, 1908.

<sup>229</sup> O fato de Pinto não ter conhecido o *Sumário das Armadas* nem a *História* de Frei Vicente do Salvador e ter-se apoiado na obra de Machado foi comentado pelo historiador Paraibano Guilherme Gomes. Em: LINS, Guilherme Gomes da Silveira D’Avila. Op. Cit. p. 66.

<sup>230</sup> Segundo João Lyra, no prefácio à primeira edição da obra de Machado: “O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco tomou a iniciativa de propor à Assembléia Provincial da Parahyba subvencionar a edição da História do dr. Machado que, por essa mesma época [“essa mesma época” é 1886] tinha alguns capítulos lidos pelo próprio autor no IAHGP”. Fato é que tal publicação somente sairia em 1912. in: MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba.** Op. Cit. p. 56. n. 12.

muitos daqueles homens. Coriolano de Medeiros<sup>231</sup> e Tavares Cavalcante<sup>232</sup>, entre outros, tiveram um papel igualmente importante nessa construção do mito de fundação em torno do “acordo de paz” e da construção da figura de João Tavares na História da Paraíba. Proferidas na primeira conferência do IHGP, em 12 de outubro de 1905, as palavras de João Pereira de Castro sobre a Paraíba no período colonial oferecem um bom exemplo da construção histórica do mito do “acordo de paz” como principal marco histórico da conquista da Paraíba, atuando também na construção da importância da figura de João Tavares para aquele evento:

Da incerteza de datas e palpável contradição dos cronistas, pode-se concluir que a João Tavares si não é elle o fundador da Parahyba, cabe a glória do facto principal, o acordo de paz e amisade com os tabajaras [...] A essa figura symphática de letrado operoso, a se incorporar nas successivas expedições, deve-se o resultado auspicioso de converter o estado de guerra exterminadora dos índios em um período franco de colonização progressiva [...]<sup>233</sup>

Num discurso em memória da fundação da Paraíba, então lido em sessão solene do IHGP, quase um ano mais tarde, Tavares Cavalcanti expressou o que, segundo entendemos, pode ser considerada como uma síntese do pensamento do IHGP do início do século sobre a conquista e fundação da Paraíba pelo seu herói maior. Articulando o discurso da Civilização, uma atenção às forças individuais e à especificidade local no curso da história, Tavares Cavalcanti considerou que:

Em 1579, vem pela primeira vez à Parahyba aquelle que devia depois ser o verdadeiro fundador da Capitania, cimentando com uma paz duradoura. Refiro-me à nobre individualidade de João Tavares, figura mais que todas laureada na história dessa conquista.

Entretanto, no conjunto desses discursos sobre a conquista, que apesar da radical mudança de perspectiva então em plena construção no interior do IHGP, ainda se pode interceptar a continuidade de certos signos das representações anteriores sobre a conquista da Paraíba. A conquista como ato de heroísmo, então marcada no discurso do *Sumário das Armadas* reaparece fortemente na tópica do discurso do IHGP, ali também é mantido um discurso em torno da ideia de civilização, tal como aparece na escrita de Varnhagen,

---

<sup>231</sup> MEDEIROS, Coriolano de. “Entradas” in; REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. Vol. 02. Paraíba: imprensa Official, 1910.

<sup>232</sup> Para nosso estudo a participação mais importante de Cavalcante nesse movimento historiográfico junto ao IHGP é sua pronúncia na primeira *Revista* do Instituto, citada anteriormente.

<sup>233</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. Ano I, vol. I. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição, p. 25.

sobretudo em Tavares Cavalcanti, que toma o conceito de guerra como sinônimo de barbárie e paz como o de civilização.

Entretanto, a especificidade da representação do IHGP sobre a conquista e fundação da Paraíba construía um novo sentido para a conquista da Paraíba: não mais sob o signo da guerra e de um heroísmo de Martim Leitão, então representado no *Sumário das Armadas* como equilibrado entre a força e o espírito; nem era pela assistência e insistência do governador Frutuoso Barbosa nos eventos da conquista, como o quis Maximiano Lopes Machado; não é também uma representação consonante com a “luz civilizadora” trazida aos trópicos pelo império português, como pretendeu Varnhagen. O herói fundador da Paraíba, na perspectiva do IHGP, seria lido pelo signo da paz, da intrepidez e da iniciativa local, produzindo ou buscando produzir uma escrita histórica alinhada com a imagem pretendida para a individualidade das gentes e das terras paraibanas no contexto da Federação.

Com efeito, mais de quatrocentos anos separam o discurso dos jesuítas do discurso historiográfico moderno do qual o produzido em torno do IHGP é devedor. Heroísmo, coragem, intrepidez e honra são virtudes cardinais da conquista escrita pelos jesuítas na década de 1580, mas essas virtudes já participam de outras histórias, outras conquistas e revelam outros heróis.

### 3.1 NOTAS SOBRE AS PUBLICAÇÕES

Os dois códices mais antigos, e que serviram à grande parte das publicações do *Sumário das Armadas* encontram-se depositados na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca Pública de Évora. Entretanto, nem todas as publicações modernas desse documento foram transcritas diretamente dessas fontes, sendo já reproduções de cópias desses códices e marcadas por vários problemas de transcrição, ortografia, supressão de texto ou com alterações do conteúdo original. Os códices das bibliotecas portuguesas, por sua vez, também não são manuscritos originais do *Sumário das Armadas*, são apenas apógrafos do documento escrito pelos jesuítas e também apresentam as marcas de um longo processo de reproduções que compromete a integridade de uma suposta escrita original.<sup>234</sup>

---

<sup>234</sup> Nesse capítulo, ao tratarmos das várias publicações do *Sumário das Armadas*, cotejamos as diversas publicações com uma cópia impressa do códice depositado na Biblioteca Nacional de Portugal. Não apenas pelo fato de que essa fonte é mais antiga do que a da biblioteca eborense, mas, também, porque foi esse o códice que serviu de fonte primária para as publicações que estudaremos a seguir. Não corresponde ao códice lisboeta a publicação feita pela revista *Municípios em Destaque*, conforme se explica adiante. Dizemos “pretensamente original” em relação às publicações e não no sentido de esse manuscrito ter sido originalmente produzido pelos jesuítas que participaram dos eventos, como adiante se explica.

Até esse momento, o *Sumário das Armadas* teve seis publicações no Brasil<sup>235</sup>, e não necessariamente com seu título original. A primeira aconteceu ainda na primeira metade do século XIX, em 1848, nos Tomos I e II do *Iris: Periodico de Religiao, Bellas-artes, Sciencias [...]* sob o título de: *História da Conquista da Parahyba*<sup>236</sup>; depois no ano de 1873, no Tomo XXXVI da *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*<sup>237</sup>; em 1909, no *Almanach do Estado da Parahyba[...]*<sup>238</sup>; em 1974, para o *Iº Curso de Aperfeiçoamento sobre História Colonial da Paraíba*<sup>239</sup>; em 1983, no livro intitulado: *História da conquista da Paraíba*<sup>240</sup>; e, por último, em 1996 na revista *Municípios em Destaque*<sup>241, 242</sup>.

Na publicação de 1848, José Feliciano de Castilho, português radicado no Rio de Janeiro, editor e responsável pelo periódico *Iris*, escreveu uma pequena introdução ao *Sumário*, produzindo uma crítica às práticas, aparentemente comuns na época, de se guardar documentos importantes em arquivos particulares e construindo uma retórica aproximação entre aquela sua publicação e as práticas historiográficas desenvolvidas pelo IHGB naquele período, o que segundo José Feliciano, era imprescindível para o conhecimento acerca da história do império português no Brasil. Embora não apareça menção à fonte original daquela publicação, há motivos para crer que foi utilizada uma cópia do códice da Biblioteca Nacional de Lisboa (à época, hoje BNP). Em primeiro lugar, porque no cotejo da publicação do *Iris* com a cópia da BNP, não aparecem grandes diferenças de conteúdo; em segundo, porque José Feliciano tinha uma estreita relação com a Biblioteca de Lisboa antes de se estabelecer no Brasil, tendo sido condecorado com o título de Bibliotecário-mor dessa instituição em 1843 e, portanto, conhecia bem seus arquivos e catálogos. De qualquer modo, o documento deve ter-

<sup>235</sup> Aqui não contamos com as republicações de uma mesma fonte, como é o caso da publicação feita pela FURNE no ano de 1983/95/2010. Apesar de as republicações trazem, muitas vezes, novas informações na apresentação, as mesmas afirmam seguir integralmente o texto publicado em 1983.

<sup>236</sup> **SUMÁRIO das Armadas.** in: CASTILHO, José Feliciano de. *Iris: Periodico de Religiao, Bellas-artes, Sciencias, Letras, Historia, Poesia, Romance, Notícias e Variedades.* Rio de Janeiro -1848. Tomo I: p. 38-44, 72-74, 106-109, 132-136, 166-170; Tomo II: p. 199-202, 240-244, 262-265, 297- 300, 323-328, 363-366. Cópia microfilmada na Seção de Periódicos raros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>237</sup> **SUMÁRIO das Armadas.** in: *Revista do IHGB.* Rio de Janeiro 1863; Tomo. XXXVI, Parte I p. 5-89.

<sup>238</sup> **SUMÁRIO das Armadas** [da conquista do rio Parahyba] in: ALMANACH DO ESTADO DA PARAHYBA PARA O ANO DE 1910. Paraíba, 1909, p. 3-80.

<sup>239</sup> **SUMÁRIO das Armadas [...]** in: MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. *Iº Curso de aperfeiçoamento sobre história colonial da Paraíba.* Paraíba: Imprensa Universitária, 1974.

<sup>240</sup> **SUMÁRIO das Armadas [...]** in: *História da conquista da Paraíba.* Paraíba: Editora Universitária/FURNE, 1983.

<sup>241</sup> **SUMÁRIO das Armadas [...]**, in: *Revista Municípios em Destaque*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 69, 1996, p. 17-20 e p. 51-60 (Edição Especial: João Pessoa - PB).

<sup>242</sup> Não tratamos, nessa dissertação, das publicações de 1909 e de 1974 pelo fato de que não nos foi possível manusear essas fontes dentro do tempo previsto para conclusão da escrita desse trabalho. Consideramos que a não utilização das referidas fontes não repercute em prejuízo das informações colocadas aqui, sendo apenas uma falta imposta pelos prazos e recurso impostos a uma dissertação de mestrado. O estudo dessas fontes deverá ser realizado num futuro próximo, complementando as informações que dispostas nessa dissertação.

lhe chegado às mãos depois de 1844, pois não encontramos o *Sumário das Armadas* listado no *Relatorio acerca da Biblioteca Nacional de Lisboa*, publicado pelo próprio Castilho quando ainda estava em Portugal.<sup>243</sup>

Voltando ao conteúdo do periódico, no texto introdutório à primeira parte do *Sumário das Armadas*, José Feliciano explicou a relevância da publicação desse livro “curiosíssimo”, de autor anônimo, que só se sabia ser um jesuíta, testemunha presencial das guerras de conquista da Paraíba no final do século XVI. Embora apresentado como “livro curioso”, o valor histórico do documento foi argumentado por José Feliciano nos seguintes termos: “aparecem, não só circunstanciadas relações locais, mas também de mais geral interesse: livro, que será um subsídio preciso para quem quizer completar, com a guerra hollandeza, e sobretudo o Castrioto Lusitano, a história das nossas armas n’aquelas províncias”<sup>244</sup>.

A consciência histórica de José Feliciano, dado seu tempo e lugar naquela sociedade revela-se política, interessada nos discursos oficiais e nos eventos militares. Ao referir-se aos sonetos que acompanham o objeto da sua publicação ele considerou que eram: “[...] insignificancia [que] não supuzemos dever arrancar da obra de que vem junctos”.<sup>245</sup> Seja como for, apenas os dois primeiros sonetos, escritos em língua espanhola foram publicados. Inicialmente pensamos que se tratava de uma escolha de Castilho, por supostamente julgar que esses sonetos eram “insignificâncias”. Só recentemente, depois de muitas tentativas de transcrição e tradução, é que pudemos constatar o real motivo dessa exclusão dos sonetos escritos em “latim” no *Iris* e o respectivo desaparecimento dessas peças nas publicações seguintes. A resposta está na perversão da linguagem em transcrições feitas anteriormente ao arquivamento do *Sumário* na biblioteca portuguesa. O desconhecimento do latim por parte do copista perverteu a linguagem de tal forma que o conteúdo pode hoje apenas ser intuído, mas sua tradução é difícil de ser realizada.<sup>246</sup>

Seja como for, a publicação do *Iris* tem ainda problemas no conteúdo, que por erro do copista na transcrição do códice português ou por descuido do editor do periódico, modifica algumas informações do documento. Cumpre notar, a título de exemplo, que no início do capítulo 12 do manuscrito, onde parece: “aqui adoecerem quarenta e duas pessoas”, no *Iris* foi grafado: “aqui adoeceram 12 pessoas”. A confusão no caso desses dados, contudo, não

<sup>243</sup>CASTILHO, José Feliciano de. **Relatorio acerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos annexos**. Vol. 1.Lisboa: Typographia Lusitana, 1844.

<sup>244</sup>SUMÁRIO das Armadas [...] em: CASTILHO, José Feliciano. *Iris*: Periodico de Religiao, Bellas-artes, Sciencias, Letras, Historia, Poesia, Romance, Notícias e Variedades. Rio de Janeiro -1848. Cópia microfilmada na Seção de Periódicos Raros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>245</sup> ibidem.

<sup>246</sup> Agradeço ao empenho de todas as pessoas que se empenharam na tradução desses sonetos.

consiste um problema grave, mas a modernização da ortografia realizada nessa publicação compromete o sentido de alguns trechos da narrativa. Também foi suprimida uma indicação da audiência do *Sumário das Armadas* n âmbito interno da Companhia de Jesus, que aparece no capítulo 16. Ao relatarm o castigo a um soldado espanhol, em frente ao forte, os jesuítas escrevem: “E prometo à V. R. que neste dia partimos”. Na publicação do *Iris* essa parte foi suprimida, constando apenas: “N’esse dia partimos.”

A transcrição que serviu à publicação da *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1873 foi cedida por Antônio Enriques Leal, então sócio correspondente do Instituto. Não se pode precisar se foi o próprio Antônio Enriques Leal que copiou o manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, mas ele deve, sem dúvida, ter usado essa transcrição em seus estudos. De fato, nessa publicação aparecem dúvidas grafadas no texto, ou seja, indagações de outrem em meio à narrativa do documento. No final da página 8 da *Revista*, por exemplo, onde aparece: “fazem também outros beijus, que são redondos como manquaes” Leal (supostamente ele) coloca um ponto de interrogação ao final, talvez perguntando sobre o que seriam manquaes<sup>247</sup>. Na página seguinte, logo após a frase: “porque nelas se servem os negros”, aparece entre parênteses as dúvidas do historiador sobre o que seriam esses negros: “(índios, escravos?)”. Também se nota alguma confusão com as palavras na transcrição de trechos menos legíveis no documento.

Segundo entendemos, essa deveria ser uma “transcrição de trabalho”, uma fonte transcrita para estudos do próprio Leal, e não algo produzido com intenções de publicação. Para além disso, se na publicação de 1848 os sonetos do *Sumário das Armadas* haviam sido considerados como insignificantes, e só publicados em parte, na publicação da *Revista* do IHGB eles nem são mencionados. De fato, a publicação feita pelo IHGB acabou se constituindo como uma fonte privilegiada na historiografia do tema da conquista da Paraíba, aparecendo em quase todos os estudos relacionados ao *Sumário das Armadas* no século XX. Ao que parece, a autoridade e a confiabilidade depositada sobre as publicações do Instituto entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX conferiram um *status* oficial a essa publicação. Estudos hoje clássicos, como os de Capistrano de Abreu, em

---

<sup>247</sup> Não nos foi possível responder à pergunta de Leal sobre o que seriam “manquaes”.

1918<sup>248</sup>, de Serafim Leite, em 1938<sup>249</sup> e os de José Honório Rodrigues, publicados em 1979<sup>250</sup>, utilizaram diretamente o a fonte publicada pela Revista do IHGB.

Encerrando a nossa discussão sobre as publicações do *Sumário das Armadas*, a publicação feita pela Revista *Municípios em Destaque* em 1996 é, sem dúvida, a mais problemática. Cotejando-se essa fonte com cópia do códice de Lisboa, percebemos que muitos trechos foram suprimidos. Outros ainda estão muito confusamente colocados em relação às lacunas produzidas por exclusão de texto ou modificação de narrativa, o que dificulta, e muito, a compreensão do que é narrado.

Como são muitos os problemas dessa fonte, trataremos aqui apenas o que consideramos as suas faltas mais graves. No Capítulo 3, que trata da segunda jornada de Frutuoso Barbosa, no ano de 1582, somente o equivalente à metade do conteúdo foi publicado, ficando de fora todo infortúnio dos soldados e a morte do filho de Barbosa. Suprimidas grandes e importantes partes desse trecho da narrativa, o capítulo torna-se praticamente incompreensível. Também o capítulo final foi recortado, sendo encerrado repentinamente quando o autor começa a falar das curiosidades e maravilhas da terra. Também não foram publicados ou ao menos citados os sonetos e a tentativa de não modernizar a ortografia ( seja lá qual fosse a fonte original) por não adotar um padrão (ou por não o entendermos), é um problema real dessa fonte. De fato, várias palavras e, às vezes, frases inteiras não são as mesmas que se encontram no manuscrito de Lisboa, modificando fortemente algumas narrativas. Por último, ao final da publicação, consta a seguinte referência: “Transcrito do documento original depositado no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa”. Apesar da referência, que não permite uma localização mais exata, até onde sabemos existem apenas dois códices do *Sumário das Armadas* nos arquivos portugueses, e que são respectivamente a Biblioteca Nacional de Portugal e a Biblioteca Pública de Évora.<sup>251</sup>

### 3.2 NOTAS SOBRE O ANONIMATO

<sup>248</sup> ABREU, João Capistrano. Prolegômenos ao livro Quarto. Em: SALVADOR, Frei Vicente do. Op. Cit. 246.

<sup>249</sup> Serafim Leite citou ainda outras fontes para localização do *Sumário das Armadas*, mas a referência utilizada por ele é a da publicação do IHGB. Ver: LEITE, Antônio Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Tomo I, Livro. V, Cap. IV, p. 179. n. 4.

<sup>250</sup> De forma secundária, e apenas a título de informação, aparece citada a publicação do *Iris*. José Honório copia fielmente a referência que aparece na *HCJB*, citando igualmente as páginas da *Revista do IHGB*. Ver: RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional: 1979, 448-451.

<sup>251</sup> Vale salientar que utilizamos essa fonte na pesquisa para a elaboração de uma monografia escrita no ano de 2009. Somente, agora, no cotejo entre as diferentes publicações e o manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal, é que pudemos constatar tais problemas nessa fonte.

As considerações de Varnhagen sobre o *Tratado Descritivo do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa, então publicadas em 1839, constituem a cena inicial de uma busca pela autoria no *Sumário das Armadas* que chega ainda ao nosso tempo.<sup>252</sup> Nesse estudo, que ainda não era sobre o *Sumário das Armadas*, Varnhagen buscava esclarecer alguns problemas em torno da autoria, da data de redação e buscava dar a público os principais problemas de adulteração da crônica de Souza, até então envolvida em muitas polêmicas no âmbito historiográfico português do século XIX. Ali Varnhagen referiu-se ao *Sumário das Armadas* para identificar de onde Gabriel Soares de Sousa havia possivelmente retirado as informações para compor o capítulo XII do *Tratado*, no qual aparecem informações sobre a conquista da Paraíba e sobre o Ouvidor geral Martim Leitão.<sup>253</sup>

Tratando dessa questão, Varnhagen informou o título completo e a localização do *Sumário das Armadas* na Biblioteca Nacional de Lisboa, acrescentando, contudo, a informação de que o Abade Barbosa havia equivocadamente atribuído a autoria do documento a Cristóvão de Gouvêa.<sup>254</sup> Nas palavras de Varnhagen: “Deste cometimento do rio Parayba e do Ouvidor Martim Leitão, fala circuntanciadamente o *Summário*, que o Abade Barboza indevidamente attribuiu a Cristovam de Gouvea.”<sup>255</sup> Na mesma página, na nota de referência sobre o *Sumário*, Varnhagen complementa: “do conteúdo da obra, mais do que do título, se vê não ser Cristóvam de Gouvea o author, senão quem a fez escrever.”

Mais de uma década depois, na *História Geral do Brasil*, Varnhagen voltou à questão da autoria do *Sumário*, desta vez afirmando que o autor havia sido o padre Jerônimo Machado, por ter seu nome escrito no texto.<sup>256</sup> Em 1918, Capistrano de Abreu levantou uma

<sup>252</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **Reflexões críticas sobre o escripto do seculo XVI** impresso com o título de Notícias do Brasil no tomo 3º da Coll. De Not. Ultr. Acompanhadas de interessantes notícias bibliographicas e importantes investigações históricas. Lisboa, Typografia da Academia, 1839. Rio de Janeiro, Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1940.

<sup>253</sup> As informações sobre a conquista da Paraíba são muito gerais na crônica de Gabriel Soares de Souza e não permitem saber se Souza utilizou realmente uma cópia do *Sumário* como fonte para seu relato acerca da Paraíba.

<sup>254</sup> No Século XVIII, Diogo Barbosa Machado era abade de Santo Adrião de Sever, no Porto. Colecionou, difundiu e compôs uma obra de grande valor para Portugal, entre os quais se destaca *Biblioteca Lusitana*. Barbosa doou sua biblioteca particular para recompor a Real Biblioteca de D. José I, perdida no terremoto de 1755. Escapam-nos os detalhes da atribuição de autoria feita por Barbosa ao *Sumário das Armadas*. Contudo, o equivoco encontra-se ainda hoje no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal, no qual o documento aparece como sendo de autoria de Cristóvão Gouvêa. Para mais informações sobre a atuação de Barbosa no século XVIII ver: MONTEIRO, Rodrigo Bentes & LEITE Jorge Miranda. Os Manifestos de Portugal: reflexões acerca de um Estado Moderno. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca; (org.). **Cultura Política e Leituras do Passado**: Historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 111-129.

<sup>255</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **Reflexões críticas**. Op. Cit. p 15, n. 23.

<sup>256</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 1ª ed., v. 1; Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H Laemmet, 1874, p. 289, n. 4.



dúvida sobre a atribuição de autoria feita por Varnhagen ao padre Jerônimo Machado. Aqui é importante reconstituir parte do argumento de Capistrano de Abreu para algumas considerações: “O jesuíta anônimo que o escreveu pode ter sido Jeronymo Machado, como quer Varnhagen, ou Simão **Tavares**: ambos assistiram à parte dos sucessos narrados”[grifo nosso].<sup>257</sup> Notemos que Capistrano de Abreu leu atentamente o *Sumário das Armadas*, pois não incluiu como possíveis autores os padres Francisco Fernandes, Balthazar Lopes e o irmão Manuel Correa, que também tem seus nomes grafados ali, mas que não escrevem sobre sua participação, pois, segundo se faz ler no Capítulo 20 do *Sumário*: “ainda que não fui testemunha de vista, como de tudo até aqui pelas relações dos padres Balthazar Lopes e Manoel Corrêa, a que por ordem do padre rector<sup>258</sup> coube esta jornada<sup>259</sup>, direi também o que passou”.

Também para o padre Francisco Fernandes ficava descartada a possibilidade de ser ele o autor (ao menos dessa parte do documento) porque no Capítulo 17 aparece o trecho: “passeavamos o padre Francisco Fernandes e eu, muito á vontade [...]”. Diante disso, fica clara a opção de Capistrano em colocar a dúvida entre Simão Travassos (que Capistrano entendeu e grafou Tavares) e Jerônimo Machado.

Em 1938 o padre Serafim Leite tentou resolver efetivamente essa polêmica em torno da autoria. Leite observou que os cinco padres jesuítas mencionados no documento haviam acompanhado as três jornadas de Martim Leitão nas guerras de conquista da Paraíba. Na primeira jornada, segundo Leite, teriam participado os padres Simão Travassos (e não “Simão Tavares”, como pensou Capistrano) e Jerônimo Machado; na segunda jornada estariam presentes o padre Francisco Fernandes e um dos dois primeiros; na terceira teriam ido o padre Baltazar Lopes e Manoel Correa, como informa claramente o *Sumário das Armadas*. Para Serafim Leite, o trecho da narrativa que resolvia tanto a questão da autoria do documento quanto o anonimato do companheiro de Francisco Fernandes na segunda jornada estaria implícito no Capítulo 1 da crônica jesuítica, onde sobre os costumes dos índios aparece escrito: “[...] e naturalmente são folgasões, como o são todas as outras nações fora da **nossa Europa**”.[grifo nosso]

Se a questão da autoria havia sido reduzida à dúvida entre Simão Travassos e Jerônimo Machado, esse último já não poderia ser o autor, pois segundo os Catálogos da Companhia ele havia nascido em São Vicente, enquanto Simão Travassos era o único europeu

<sup>257</sup> ABREU, João Capistrano. **Prolegômenos ao Livro Terceiro**. Em: SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil.[1627]. Op. Cit. p. 137.

<sup>258</sup> O padre reitor do colégio de Olinda era, na época, Luis da Grã.

<sup>259</sup> “essa jornada” refere-se à terceira investida militar sob o comando de Martim Leitão no final de 1586.

entre os padres, sendo natural de Ferreiros, Diocese de Braga. Ainda segundo Serafim Leite, isso explicaria porque o pretense autor falaria mais dos outros do que de si ao longo do texto.

Embora esse argumento de Leite tenha ganhado alguma credibilidade na historiografia brasileira, sendo depois reconstituído quase integralmente por José Honório Rodrigues, em 1979, acreditamos que essa consideração está envolvida em muitos problemas. Em primeiro lugar, façamos a seguinte pergunta: como Serafim Leite havia chegado ao nome do padre Simão Travassos como possível autor *Sumário das Armadas*? Provavelmente com base no próprio *Sumário*, a exemplo de Capistrano de Abreu, e especificamente no início do Capítulo 12, onde está escrito:

naquella noite adoeeram quarenta e duas pessoas com estranhas dores de barriga, e camaras, entre os quaes foi Francisco Barreto, e o **padre Simão Tavares, e outros de muita importância**, com o que houve detença de dois dias e vendo que não melhoravam se embarcaram alguns pelo que lhe foi forçado levantar o arraial.<sup>260</sup> [grifo nosso]

Nesse trecho, onde aparece grafado o nome do padre Simão Travassos, por si, gerou ainda outra polêmica. É de fato um erro no manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal, onde o nome Simão Travassos foi grafado como Simão Tavares. Por isso Capistrano de Abreu, que não tinha outras fontes sobre o padre Simão Travassos, repetiu o equívoco.<sup>261</sup>

De fato, não poderia também ser Simão Tavares (o miliciano tratado na nota anterior) porque aparece escrito claramente que o homem que adoeceu naquela noite era um padre. Tal como se organiza o discurso jesuítico sobre a conquista, as honras da empresa de guerra estava destinada diretamente ao ouvidor geral Martim Leitão e aos próprios jesuítas. Notemos que não aparece o nome de nenhum outro religioso nas guerras de conquista da Paraíba, salvo o Bispo Antônio de Barreiros, que é apenas alvo das críticas jesuíticas e nunca esteve entre as forças de guerra da Paraíba. Assim, pelo fato de que a narrativa falava daquele padre de maneira tão enfática e elogiosa, como sendo “de muita importância”, não restam dúvidas de que era do padre Simão Travassos que a narrativa tratava.

Serafim Leite também apontou o fato de que, no Catálogo de 1586, que ainda não menciona a existência de uma missão na Paraíba, os padres Simão Travassos, Jerônimo

<sup>260</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 12, folha 78-79 ; FURNE, 1983, p. 59.

<sup>261</sup> Como apontou Lins, na década de 1950 José Honório Rodrigues havia interceptado esse erro e confundido Simão Travassos com Simão Tavares, que é na verdade um miliciano citado na terceira jornada de Martim Leitão. Segundo Lins, esse miliciano, por coincidência, tornara-se padre tempos depois. Seja como for, fica claro que o homem a que se refere o trecho não é o miliciano, e sim o padre Travassos. Ver: LINS. Guilherme Gomes da Silveira D’Avila. **Uma Apreciação Crítica do período colonial na “História da Paraíba Lutas e resistência**. Op. Cit. p. 51-52.

Machado e Baltazar Lopes aparecem com o detalhe: “andam em missões”, sem, contudo, haver especificação de onde eram realizadas essas missões. Desse modo, é possível que Serafim Leite tenha fortalecido sua convicção sobre a autoria a partir de três elementos: o nome de Simão Travassos grafado no documento (embora de maneira equivocada, mas não para um estudioso da Companhia), o fato do mesmo Travassos aparecer no Catálogo de 1586 como fixado ao colégio de Olinda e estando em missão; e, por último, o fato de que o padre Simão Travassos era oficialmente o mais instruído entre os padres.<sup>262</sup>

Embora, como já foi dito, essa atribuição de autoria feita por Serafim Leite tenha ganhado alguma credibilidade na historiografia brasileira, não há, em seu estudo, uma resposta para o fato de que o padre Simão Travassos aparece mencionado em terceira pessoa no *Sumario das Armadas*, o mesmo *Sumário* que, segundo Leite, seria de sua autoria. Uma resposta possível seria a consciência histórica dos jesuítas, que lhes inclinaria a inscrever-se pontualmente nos acontecimentos que sabiam, seriam lidos e lembrados na posteridade. Nesse sentido, seus nomes no relato seriam já uma assinatura implícita, uma memória preservada de sua participação naquele evento.<sup>263</sup>

Não parece ser esse o caso no *Sumário das Armadas*. Em primeiro lugar porque a narrativa em primeira pessoa é pontualmente atravessada por trechos que submetem o sujeito da narrativa à autoridade da Companhia de Jesus. Um bom exemplo dessa forma de narração pode ser exemplificada nos dois fragmentos textuais a seguir: “Não tractei aqui de invenções curiosas, nem de elegâncias, de palavras que costumam dar lustro à cousas de pouco ser **por que não é esta minha profissão**” e: “**me** pareceu melhor fazer esta relação chã, singella, e succintamente, **por pura obediência**, como na verdade **o fiz**”. [grifos nossos] Nos dois casos, a narrativa em primeira pessoa informa a presença de um sujeito que fala, mas essa presença é logo interrompida pelo lugar desse narrador enquanto membro da Companhia. Algumas vezes a

---

<sup>262</sup> Pelo Catálogo 1598, então publicado no já referido *Operários de uma vinha estéril*, de Charlotte de Castelnau-L’Estoile, o padre Simão Travassos aparece como tendo estudado quatro anos de gramática e dois de casos de consciência, o que lhe confere efetivamente um saber dos clássicos da literatura latina, tal como os homens instruídos de seu tempo. Aparece ali com sendo um clérigo melancólico, o que significa que tinha aptidões para os estudos. No mesmo catálogo consta que tinha talentos para pregação, confissão e caridade, experiência mediana e boa capacidade intelectual para o latim e para os casos de consciência. Simão Travassos era, sem dúvida, o mais capacitado e instruído entre os jesuítas em missão na Paraíba. Pelo mesmo Catálogo podemos concluir que até o final da vida Simão Travassos ocupou vários cargos importantes, inclusive o de prefeito espiritual e reitor do Colégio de Olinda. Segundo as informações apresentadas por Luís Kist, vemos que no ano de 1592 é Travassos quem escreve diretamente ao Geral Cláudio Aquaviva para informar da carência de padres *línguas* entre os irmãos da Companhia no Brasil, o que aponta para sua importância na hierarquia da Companhia. Além do estudo de Serafim Leite e dos catálogos mencionados, outros dados sobre Simão Travassos e sobre outros padres que estiveram na Paraíba podem ser encontrados em: KIST, Luís: **Os jesuítas no começo do Brasil**: guiados pela fé e regidos pela colônia. (dissertação de mestrado) São Leopoldo, 2008.

<sup>263</sup> Essa possibilidade nos foi apresentada informalmente por Charlotte de Castelnau-L’Estoile durante nossa missão de estudos realizada no Rio de Janeiro, em Junho de 2010.

diluição do sujeito na imagem da Instituição jesuítica é ainda mais espetacular, comonum trecho que relata o final da segunda expedição do ouvidor geral, e que já mencionamos anteriormente, mas que vale a pena reconstituir aqui:

Aqui me feriu um hispanhol por desastre em um pé [...] sou boa testemunha de tudo, e para melhor ofui com **meo sangue próprio**, que por a ferida ser nas veias do peito do pé, deu trabalho. Não faltou para de todo esta empresa do Parahyba ser trabalhosa e honrosa, **o sangue da Companhia**. [grifo nosso]<sup>264</sup>

Note-se, pois, que os padres sangram e o fazem pelo ofício e por obediência, mas o sangue derramado nas guerras de conquista é simbolicamente atribuído à Companhia.

A dificuldade de definir quais padres estavam em pessoa nos eventos, fato que ajudou Serafim Leite a encontrar Simão Travassos no texto, também é uma tarefa extremamente complicada, senão impossível para a maioria dos capítulos do documento. No capítulo 12, intitulado: *Como João Paes foi à Bahia da Traição*, o padre Simão Tavares (que era, na verdade, Simão Travassos) aparece relacionado entre os quarenta e dois homens que haviam adoecido repentinamente durante a noite. Segue no mesmo trecho que: “vendo que não melhoravam se embarcaram alguns”. Assim, se o padre Simão Travassos estivesse entre os que foram embarcados, ele não poderia, narrar o que se segue no capítulo, ao menos não sem utilizar um relato de outro jesuíta ou miliciano.

Note-se que, mais adiante, no mesmo capítulo, aparece: “e os petiguares haviam quebrado a cabeça a alguns tabajaras, dizendo que eram *manemos*, que quer dizer fracos”. A não ser que o padre Simão Travassos quisesse demonstrar uma habilidade que não tinha, podemos concluir que ele havia embarcado com os outros doentes e não estava presente nesse evento; isso porque entre os pretensos autores apontados por Capistrano e Serafim Leite, o único padre que falava a língua do gentio era Jerônimo Machado.<sup>265</sup> Nesse sentido, embora o nome de Simão Travassos apareça no início do capítulo, existe a possibilidade de esse trecho da narrativa não ter sido escrito por ele, o que também explica o fato do seu nome aparecer em terceira pessoa. Não era, portanto, para gravar seu próprio nome no evento que Simão Travassos aparece na narrativa, mas porque esse trecho fora escrito por outro padre e incorporado, em parte ou inteiro, no *Sumário*.

<sup>264</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]**. Capítulo final, folha 110; FURNE, 1983, p. 78.

<sup>265</sup> Sobre a habilidade Jerônimo Machado como padre *língua*, ver: LEITE, Antônio Serafim. *HCJB*. Op. Cit. Tomo I, Livro V, Cap. VI, p. 180. Pelo Catálogo do ano de 1598 vemos que somente o padre Simão Travassos ainda permanece na província do Brasil. Nesse catálogo se pode verificar que Travassos não era um *língua*. Ver: CASTEUNAL-E'LESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril*. p. 617.

Acreditamos, contudo, que parte do Capítulo 1 foi escrita pelo padre Simão Travassos, mas não apenas pela utilização do termo “nossa Europa” pelo narrador, tal como o identificou Leite. Esse termo revela, sem dúvida, uma consciência do autor (autor ao menos desse trecho) de pertença à Europa. Contudo, segundo entendemos, isso é ratificado com o fato de que o termo “nossa Europa” aparece encabeçando uma longa e negativa descrição das coisas do Brasil, descrição que se remata com uma espetacular expressão de alteridade em relação aos índios e aos homens nascidos no Brasil:

São muito falsos e inclinados a inganos e aleives e é tão próprio e natural isso do clima, e terra do Brasil, que logo se-péga, e tem ja pegado a quasi todos os brancos, naturaes do Brasil, antes a todos; que a ruim semente que lhe, a principio, lançaram do Limoeiro de Lisboa, e das outras cadeias do reino, peiorou ainda mais **esta natureza ruim** e assim **se deve fazer pouco fundamento dos ditos do Brasil**. [grifo nosso]<sup>266</sup>

Ora, se Jerônimo Machado nasceu no Brasil, ou seja, se ele faz parte das pessoas de que se deve fazer pouco fundamento, não há motivos para crer que ele próprio tenha escrito essa parte do capítulo, pois “fazer pouco fundamento dos ditos do Brasil” significaria fazer pouco fundamento do próprio documento que estava sendo escrito. Dizemos “essa parte”, porque, em termos de estrutura narrativa, não apenas o referido capítulo, mas todo o *Sumário das Armadas* é um palimpsesto literário, uma estrutura narrativa formada de fontes sobrepostas, de informações retidas a partir de fontes escritas e também orais que foram organizadas para ter um sentido, para serem uma Relação de guerras e de conquista.

Vale considerar, ainda, que nem todas as informações que aparecem no Capítulo 1 são fruto da experiência empírica, coletiva ou individual daqueles cinco padres com os índios e com a região do rio Paraíba. Em determinada zona narrativa do Capítulo 1, ao tratar dos costumes dos índios e particularidades do clima e da Natureza<sup>267</sup> da terra, a argumentação é cortada abruptamente com a seguinte frase: “Mas tornando já ao ponto donde me diverti, por dar uma breve relação de coisas que nos livros que falam do Brasil não achei escritas.” O *Sumário*, como se pode perceber, é uma construção coletiva desde o início, pois “os livros que falam do Brasil” são as cartas de outros jesuítas em missão na província brasileira; eram essas

<sup>266</sup> **SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 1, folha 12-13; FURNE, 1983, p. 27..

<sup>267</sup> No século XVI a ideia de Natureza representava, para a maioria dos europeus, tanto a materialidade das coisas quanto sua essência. A palavra “natureza” designava, nesse sentido, tanto os estados da matéria quanto os “estados de espírito. Podia-se, por exemplo, falar da natureza dos homens, referindo-se à algo aproximado do que hoje chamamos de índoles, com os mesmos fundamentos lógicos com que se falava sobre o clima da terra, por exemplo. Sobre o tema da ideia de natureza no século XVI, ver: LENOBRE, Robert. **História da Idéia de Natureza**, Lisboa: Ed. 70, 2002.

cartas que estavam sendo consultadas para compor um conjunto de informações precisas, úteis e institucionalmente legítimas.<sup>268</sup>

Assim, entendemos que os nomes dos padres que aparecem na narrativa não são indicações de autoria, mesmo porque se essa fosse a vontade dos jesuítas, nada custava que colocassem esse nomes diretamente no título dos capítulos ou simplesmente que assinassem o documento. O anonimato do *Sumário das Armadas* é parte da sua particularidade histórica, uma pista do que ele representa enquanto discurso da Companhia sobre a conquista da Paraíba naquele contexto político local marcado por tantas e diferentes tensões. Em suma, acreditamos que não há uma autoria declarada no documento pelo simples fato de que esse documento não devia tê-la. Note-se que, ao narrar a entrada de Martim Leitão e a chegada dos próprios jesuítas nas guerras da Paraíba, então em março de 1584, a narrativa informa que:

Daqui por diante, **como testemunha de vista** por cumprir com a obediência, serei mais largo nesta relação, para a qual **houvera mister nova lingua, e outra cópia** para dizer os muitos trabalhos e variedades, com que se procedeu nas cousas desta empresa do Parahiba[grifo nosso]<sup>269</sup>

Essa informação de haver outra cópia não é destinada ao público exterior da Companhia, essa é uma informação interna que acompanha o documento. Isso acontece porque a “outra cópia” à qual a narrativa refere-se era a cópia que deveria circular publicamente. Segundo entendemos, o que hoje conhecemos como *Sumário das Armadas* origina-se dessa “outra cópia” de que fala a narrativa, e não da carta enviada ao visitador Cristóvão de Gouvêa, que ainda não foi recuperada pela historiografia.<sup>270</sup>

Em relação ao conflituoso contexto de produção do documento, retomamos a argumentação realizada nos capítulos anteriores, sobre o fato de que Frutuoso Barbosa, então um desafeto dos jesuítas da Paraíba, havia assumido o governo da Capitania em 1588. Era esse mesmo Frutuoso Barbosa que, em seguida, iria preterir os jesuítas em favor dos franciscanos para o missionamento dos índios da Paraíba. Ora, seria conveniente, para aqueles jesuítas, já residindo na Paraíba, assinarem uma declaração pública de honras à Martim Leitão como conquistador da Paraíba e uma franca depreciação daquele já era ou estava em vias de

<sup>268</sup> O códice da Biblioteca Nacional de Portugal tem uma marcação exatamente no trecho acima mencionado. Por descuido do copista, provavelmente, o trecho se repete na décima quinta folha do códice. Ao perceber o equívoco e não querendo perder o trabalho já feito, o copista simplesmente riscou o trecho no códice. Se foi realmente isso que aconteceu, a marca do “descuido” foi bem vinda, pois foi isso o que chamou nossa atenção de imediato.

<sup>269</sup> **SUMÁRIO das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...].** Capítulo 4, folha 34-35; FURNE, 1983, p. 38.

<sup>270</sup> A recuperação dessa carta e o cotejo da mesma como o manuscrito da Biblioteca de Portugal seria um ganho espetacular para muitas questões relacionadas ao documento e ao evento relatado nele.

se tornar governador da Paraíba? Acreditamos que não enquanto autores do documento, mas a credibilidade depositada sobre a instituição jesuítica permitia, sem dúvida, que o relato tivesse um efeito oficioso mesmo sem que constasse uma assinatura.

Retomando a questão da data de autoria, é preciso considerar que o documento é, segundo seu título, “escrito e feito” por mandado do padre visitador Cristóvão de Gouvêa. Ao final do documento a narrativa fala diretamente à “vossa paternidade”, o que nos permite considerar que o documento foi endereçado, em primeiro caso, ao próprio Visitador, que esteve no cargo entre 1582 e 1590. Logo, a carta da qual se originou o *Sumário das Armadas* não deve ter sido escrita depois de 1590, pois o padre Cristóvão de Gouvêa já não era Visitador da Companhia no Brasil.

Também vale considerar que o *Sumário das Armadas* compreende um conjunto de eventos até fevereiro de 1587, podendo-se ainda intuir que algumas linhas do documento foram escritas meses depois da despedida de Martim Leitão da Paraíba. Isso pelo fato de que no *Capítulo final*, constam algumas informações sobre o estado de saúde de Martim Leitão meses depois de ele ter deixado a Paraíba. Nada sobre expulsão que os jesuítas sofreram em 1592 aparece no documento, nem qualquer referência sobre os conflitos com os franciscanos, nem sobre os desentendimentos com os governadores Frutuoso Barbosa (1588-1591) e Feliciano Coelho (1591-1594).<sup>271</sup>

Concluindo nosso argumento e nos posicionando diante dessas disputas historiográficas em torno do tema da autoria do *Sumário*, entendemos que o documento que hoje conhecemos como *Sumário das Armadas* representa a organização de um conjunto de textos escritos, relatos orais e as próprias memórias que foram sendo produzidos ao longo da experiência das guerras de conquista. O evento de conquista da Paraíba foi sendo escrito, narrado, escutado, montado e remontado no período que vai de 1584 ao final de 1587. Dessa organização de informações foi feita uma carta para ser enviada ao visitador da Companhia Cristóvão de Gouvêa e uma ou mais cópias que foram postas em circulação fora da instuição.

Assim sendo, são dois tipos distintos de documentos envolvidos: uma carta enviada ao visitador Cristóvão de Gouvêa - certamente datada e assinada - e o documento feito para

---

<sup>271</sup> Segundo Lins, a data da redação final do documento estaria no ano de 1594 e o *Sumário das Armadas* seria uma obra do padre Jerônimo Machado. Entre as publicações do autor que fazem essa atribuição sobre a data de redação e da suposta autoria do *Sumário* citamos: LINS, Guilherme Gomes da Silveira D’Avila. **Páginas de História da Paraíba**. Revisão crítica sobre a identificação e localização do dois primeiro engenhos de açúcar da Paraíba. João Pessoa: empório dos Livros, 1999, p. 79-80, n. 23. E Cf. Uma Apreciação crítica do Período Colonial na “**História da Paraíba lutas e resistência**”. Op. Cit. p 45-46; Anais do ciclo de debates sobre a participação da Paraíba nos 500 anos do Brasil João Pessoa: IHGP, 2002, p. 83-98. Segundo se pode ler em algumas dessas publicações do autor, existe, no prelo, um estudo seu sobre essa questão e que tal estudo inédito “prova” a autoria e data de redação do documento. Infelizmente não foi possível um contato com o autor.

circular entre as elites coloniais – e certamente também na corte de Felipe II – não datado, não assinado, posto em circulação pública pelos jesuítas como forma de ação sobre a realidade que viviam. Segundo entendemos, é desse último documento que uma cópia há chegado às mãos de Frei Vicente do Salvador no início do século XVII, ao abade Barbosa Machado no século XVIII, à Biblioteca Nacional de Lisboa (à época) e daí às publicações que hoje conhecemos. Assim, acreditamos que a busca pelos motivos do anonimato será sempre mais promissora do que a atribuição de autorias ao conjunto complexo de narrativas que constitui o discurso encerrado no *Sumário das Armadas*.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho pudemos verificar que, apesar de estar integrado no conjunto da tradição literária da Companhia de Jesus, o *Sumário das Armadas* reflete um momento de grandes mudanças nas formas de fazer e escrever a missão jesuítica em finais do século XVI. A Companhia enfrentava os ataques políticos de Gabriel Soares de Souza, a oposição do governador Manoel Teles Barreto e, dentro desse quadro, uma queda sensível do fervor missionário na província brasileira. Essas questões, por si, atuavam diretamente sobre a escrita da missão jesuítica no Brasil, questões que os jesuítas buscavam enfrentar de muitas formas e para as quais a escrita teve um papel destacado.

A missão do rio Paraíba tinha ainda um agravante, pois se realizava sob as tensões de uma guerra renhida contra índios e franceses da região norte de Itamaracá; uma guerra que implicava na colaboração dos padres para uma atividade que eles, até então, eram contrários. De fato, nas conquistas portuguesas anteriores à experiência da Paraíba o papel dos jesuítas foi certamente diplomático, tratando do convencimento e da rendição das populações indígenas. A missão da Paraíba realizou essa atividade até agosto de 1585, quando os Tabajara romperam com os Potiguara e se aliaram aos portugueses. Outras guerras aconteceram na capitania do rio Paraíba depois disso, arrasando as aldeias do sertão e do litoral da região ao norte do rio até os limites com a capitania do Rio Grande. Essas guerras eram exclusivamente contra os Potiguara, mas os jesuítas continuaram integrando as tropas. Já não era para negociar as pazes ou defender os índios, mas para colaborar diretamente com a vitória militar das tropas luso-espanholas, garantindo o controle sobre a terra com a morte ou expulsão de índios e franceses.

Assim, do ponto de vista da Companhia, o discurso de conquista da Paraíba é uma justificativa da atuação dos padres diante do Visitador Cristóvão de Gouvêa, que fica convencido da ferocidade dos Potiguara e de seu caráter “danado” pela ação dos próprios portugueses. De fato, a “guerra justa” não havia sido declarada pelos jesuítas, mas eles a justificam diante das autoridades jesuíticas para que não reste dúvida de que aquela colaboração e aquele modelo de missão eram legítimos. Como apontamos no primeiro capítulo, a deliberação do Visitador era para que os jesuítas fizessem alguma concessão aos colonos mais pobres, para que estes pudessem ter índios cativos e que os jesuítas não se pronunciassem mais contra a “guerra justa”, mas não para que os missionários participassem diretamente dela. Segundo entendemos, essa é uma das questões que fazem da escrita do

*Sumário das Armadas* uma operação delicada na feitura e complexa para a análise histórica, uma operação que os próprios jesuítas não tinham garantias de terem acertado, por isso reivindicam o estatuto de credibilidade depositado sobre o documento, mas ao mesmo tempo pedem discricção ao Visitador para que não o mostre a todos.

Por outro lado, os jesuítas envolvidos nas guerras de conquista estavam fortemente inseridos nas redes de poder locais, que por sua vez se expandiam juntamente com conquista da terra. A própria fundação de uma empresa oficial de conquista da região do rio Paraíba repercutia na formação de cargos, concessão de mercês e outras vantagens. O cargo de provedor da fazenda para as coisas da conquista, por exemplo, havia sido criado pelo Bispo Antônio de Barreiros, exclusivamente para a empresa oficial de conquista; cargo que foi dedicado a Martim Carvalho sob o protesto dos jesuítas. Licenças, sesmarias, patentes, eram mercês que estavam em jogo na conquista do território, e entre essas, o próprio cargo de governador da nova capitania. Diante das disputas locais pelo poder, envolver-se na conquista da terra significava tomar partido e os jesuítas o tomaram desde o princípio, aliaram-se a uma das quatro maiores autoridades coloniais na década de 1580, que era Martim Leitão.<sup>272</sup>

Em finais de 1587, o panegírico em torno da figura de Martim Leitão já revelava que a escolha dos jesuítas não havia produzido os resultados esperados, pois a dispensa do ouvidor acontecia quase ao mesmo tempo da saída de João Tavares do governo da Paraíba e da entrada de Frutuoso Barbosa no respectivo cargo. O discurso de conquista da Paraíba era, então, uma denúncia de que não havia, supostamente, sido feita justiça ao verdadeiro realizador da empresa, uma injustiça que os jesuítas sabiam afetaria diretamente a missão da Paraíba. Era preciso que a fama da conquista fosse depositada sobre Martim Leitão, e com ela as mercês que lhe haviam faltado. Entre as mercês esperadas para Martim Leitão, o cargo de governador da Paraíba ou mesmo o de governador geral, que vagava com a morte de Manoel Teles Barreto, era certamente uma esperança dos jesuítas.

Essas estratégias retóricas e políticas, contudo, não significam um fingimento cínico dos jesuítas. Como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, toda a obra missionária, com seu conjunto de práticas tinha como fundamento filosófico a salvação das almas e a reforma da sociedade. O que também não significa uma concepção maquiavelista, de que os fins justificam os meios, mas que o poder em si não era uma finalidade, e sim um meio para os missionários atingirem o objetivo da salvação de si e do próximo. A conquista da Paraíba

---

<sup>272</sup> Manoel Teles Barreto, governador geral do Brasil; Martim Leitão, ouvidor geral do Brasil, Bispo Antônio de Barreiros e Cristóvão de Barros, provedor geral do Brasil ocupavam os cargos mais importantes da colônia em 1584.

é, portanto, toda uma cena edificante que reservava lugar mesmo para a covardia, para a morte, para o medo e para o próprio fracasso. A natureza má dos homens e da terra, tal como aparecem nas duas últimas jornadas do ouvidor geral, é o que, na perspectiva encerrada no *Sumário* e na própria concepção de mundo dos jesuítas, faz revelar a paciência, a humildade, e a virtude dos homens. Os jesuítas o atestam com honras e com sangue, tanto o sangue do ouvidor geral Martim Leitão, quanto o da própria Companhia, que os padres fazem questão de lembrar.

Em 1603, Fernão Guerreiro acabaria tomando a missão da Paraíba como exemplo de heroísmo, edificação e de injustiças cometidas contra a Companhia, o que indica que uma parte do projeto dos jesuítas da Paraíba havia dado certo: o documento havia sido acolhido como um relato edificante, ao menos no interior da Companhia. Entretanto, em 1603 o contexto já era outro e é a própria missão da Paraíba que aparece na escrita edificante de outros jesuítas: é o fracasso da missão da Paraíba e a suposta injustiça contra ela que é usada para causar comoção entre os leitores e edificar.

Vimos no último capítulo dessa dissertação, que o discurso jesuítico de conquista foi muito cedo apropriado com diferentes objetivos e por diferentes práticas historiográficas. No exterior da Companhia de Jesus, de Frei Vicente do Salvador à historiografia local das primeiras décadas do século XX, o discurso dos jesuítas em missão na região do rio Paraíba acabou sendo tomado e resignificado em diferentes momentos. O que há de peculiar em todos os processos de apropriação na trajetória que pudemos reconstituir é o desvio sistemático sobre o sentido do discurso jesuítico para a conquista do rio Paraíba. Assim sendo, essas práticas de apropriação são como coordenadas numa longa trajetória histórica de apagamento da cena composta pelos missionários; uma cena que se ocultou a cada evocação. Se essa reflexão estiver correta, essa dissertação constituirá mais uma coordenada dessa longa trajetória histórica e mais uma ocultação da cena inicial da conquista. O que acreditamos ser a diferença entre essa e as outras é a vontade de apreender essa cena inicial, ainda que incompleta e desgastada no tempo, com o que lhe reste das cores e das formas jesuíticas.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes Manuscritas

**Carta da Câmara de Olinda para D. Filipe I informando das desordens que havia entre Frutuoso Barbosa e D. Pedro de la Cueva para que interviesse, antes que de todo se perdesse aquela capitania da Paraíba, nomeando outro governador.** Olinda, 29 de Agosto de 1589. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT); Corpo Cronológico, Parte I, mç. 112, nº 57.

**Cópia de umas cartas de D. Filipe I para Frutuoso Barbosa e Martinho Leitão sobre a construção da fortaleza da barra da Paraíba e das diferenças que houve entre João Alvares Sardinha e João Rodrigues Coutinho, capitão da Mina.** 01 de Outubro de 1585. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT); Corpo Cronológico, Parte I, mç. 112, nº 3.

**SUMÁRIO das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba scrito e feito por mandado do mui reverendo padre em cristo cristovao de Gouvêa visitador da Companhia de Iesu de toda a província do Brasil.** Cópia do códice manuscrito, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

### Fontes impressas

CARDIM, Fernão. Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica. In: **Tratado da terra e gente do Brasil.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CASTILHO, José Feliciano de. **Relatorio acerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos annexos.** Vol. 1. Lisboa: Typographia Lusitana, 1844.

GUERREIRO, Fernão. **Relação Annual das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas partes da Índia Oriental e no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné nos annos de 1602 e 1603.** Lisboa: S Rodrigues, 1605.

JABOATÃO, (Frei) Antônio de Santa Maria. **Novo Orbe Serafico brasílico ou chonica dos frades menores da província do Brasil, por Frei Antônio de Santa Maria Jaboatam.** [Lisboa 1761], Rio de Janeiro: Typografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858-1862.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da Província da Paraíba**. João Pessoa: Imprensa oficial, 1912.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas Para a História da Parahyba por Irineu Ferreira Pinto Socio Fundador e Bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. Parahyba no Norte. Imprensa Oficial, 1908.

**Primeira Visita do Santo Ofício às Partes do Brasil**: Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1595. Prefácio de José Antônio Gonçalves de Mello. Recife, FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. Ano I, vol. I. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980, Reedição.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. [1630]. São Paulo, Editora Proprietária, 1931.

SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. London: Printed for Longman, 1810-1819.

**SUMÁRIO das Armadas**. In: CASTILHO, José Feliciano de. *Iris*: Periodico de Religiao, Bellas-artes, Sciencias, Lettras, Historia, Poesia, Romance, Notícias e Variedades. Rio de Janeiro -1848. Tomo. I: p. 38-44, 72-74, 106-109, 132-136, 166-170; Tomo II: p. 199-202, 240-244, 262-265, 297- 300, 323-328, 363-366. Cópia microfilmada na Seção de Periódicos raros da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

**SUMÁRIO das Armadas**. In: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, 1873; Tomo. XXXVI, Parte I p. 5-89.

**SUMÁRIO das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahiba [...]**. In: *História da conquista da Paraíba*. Paraíba: Editora Universitária/FURNE, 1983.

**SUMÁRIO das Armadas**. In: *Revista Municípios em Destaque*, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 69, 1996, p. 17-20 e p. 51-60 (Edição Especial: João Pessoa - PB).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 1ª ed., v. 1; Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H Laemmet, 1874.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **Reflexões críticas sobre o escripto do seculo XVI** impresso com o título de Notícias do Brasil no tomo 3º da Coll. De Not. Ultr. Acompanhadas de interessantes notícias bibliographicas e importantes investigações históricas. Lisboa: Typografia da Academia, 1839; Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, 1940.

VISSCHER, Nicolaes (1618-1679). *Afbeelding der stad em fortresen van Parayba*. Amsterdã [Holanda], 1635. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Secção de Cartografia.

### Bibliografia consultada

ALBUQUERQUE, Marcos Lucena Veleda. **Arraial Novo do Bom Jesus: consolidando um progresso, iniciando um futuro**. Recife: Graftorre, 1997

ALDEN, Dauril. **The Making of an Enterprise**. The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond (1540-1750), Stanford, Stanford University Press, 1996.

ALMEIDA, Maria Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: editora FGV. 2010.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **A terra dos Brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas**. (1549-1596). São Paulo: Annablume, 2001

BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOUTRY, Philippe; FABRE, Pierre-Antoine; JULIA, Dominique. **Rendre sés vœux. Les identités pèlerines dans l'Europe moderne (XVI-XVIII siècles)**. Paris: Éditions de École de Hautes Études em Sciences Sociales, 2000.

BRANCO, Mário Fernandes correia. **Para a maior Glória de Deus e serviço do Reino: as cartas jesuíticas no contexto da resistência ao domínio holandês no Brasil do século XVII**, 2010. 265 f..Tese (Tese de doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço de Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, nº 24, p. 107-159.

CASTEINAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de Uma vinha Estéril: os jesuítas e conversão dos índios no Brasil – 1580-1620**. Bauru, SP:Edusc, 2006.

\_\_\_\_\_, Charlotte de & ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. **Une Mission Glorieuse et Profitable: réforme missionnaire et économie sucrière dans la province jésuite du Brésil au debut XVII siècle**. *Revue de Synthèse*: 4ºS. nº2-3, avr.-sept. 1999, p. 335-358.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3. Ed; trad. Maria de Lurdes Menezes, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011

\_\_\_\_\_, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves, Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_, Michel de. La reforme de l'intérieur au temps d'Aquaviva 1581-1615. In: **Les Jsuítés. Spiritualité et activités. Jolons d'une histoire**. Paris: Beauchesne; Roma: Centrum Ignatium, 1974.

CURTIUS, Ernest Robert. **Literatura Européia e Idade Média Latina**. Trad. Teodoro Cabral e Paulo Rónai, São Paulo, Hucitec: Edusp, 1996.

DE LA FLOR, Fernando R. Las sedes del alma: La figuración del espacio interior em La literatura y em la arte\_\_In: **La península metafísica: arte, literatura y pensamiento em La Espana de La Contrareforma**.Madri: Editora Biblioteca nova, 1999, pp. 201-237.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab Origine** (O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local). João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996.

EISENBERG, José. **As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FEYERABEND, Paul. **Adeus à razão**. Trad. Vera Joscelyne, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FRANCO, José Eduardo. **O Mito dos Jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente** (séculos XVI ao XX). Lisboa: Gradativa Editora, 2007.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na capitania da Paraíba -1585-1630**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº. 1, 1988.

HANSEN, João Adolfo. **Alegoria: construção e interpretação da metáfora**. São Paulo: Hedra; Campinas SP: Editora da Unicamp, 2006,

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

KIST, Luís: **Os jesuítas no começo do Brasil: guiados pela fé e regidos pela colônia**. 252 p. 2008. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. (dissertação de mestrado) São Leopoldo/RS.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LENOBRE, Robert. **História da Idéia de Natureza**, Lisboa: Ed. 70, 2002.

LINS, Guilherme Gomes da Silveira D'Avila. **Páginas de História da Paraíba**. Revisão crítica sobre a identificação e localização do dois primeiro engenhos de açúcar da Paraíba. João Pessoa: empório dos Livros, 1999.

\_\_\_\_\_, **Uma Apreciação Crítica do período colonial na “História da Paraíba Lutas e resistência**. João Pessoa: Felipéia, 2006.

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca; (orgs.). **Cultura Política e Leituras do Passado**: Historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

O'MALLEY, John. **Os Primeiros Jesuítas**. Trad. Domingos Armando Donida São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

OLIVEIRA, Ana Lucia de. **Por quem os signos dobram**: uma abordagem das letras jesuíticas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

OLIVEIRA, Maria Leda. **A história do Brasil de Frei Vicente do Salvador**: história e política no império português do século XVII. Rio de Janeiro: Versal Editora; São Paulo Odebrecht, 2008, v.1.

POMPA, Cristina. **Religião Como Tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru-SP, Edusc. 2003, p.70.

PORTO, Maria Emília Monteiro. A escritura de si e dos outros: jesuítas na Capitania do Rio Grande. In: **XXI Simpósio Nacional da ANPUH**. Niterói: ANPUH- UFF, 2001.

\_\_\_\_\_ Maria Emília Monteiro. O discurso do missionário: jesuítas e ocidentalização na Capitania do Rio Grande (1597-1759). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: Rio de Janeiro: IHGB, 2001. n° 411. p. 95-128.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional: 1979.

SALDANHA, Antônio Vasconcelos de. **As capitanias do Brasil**. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico. 2. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001

SCHNEIDER, Michel. **Ladrões de Palavras**: ensaio sobre o plágio, a psicanálise, e o pensamento. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001

TAVARES, João de Lyra. **Apontamento para a história territorial da Parahyba**. Edição fac-similar. Coleção Mossoroense, vol. CCXLV. Brasília: Senado Federal, 1982

THOMAS, Georg. **Política Indigenista dos Portugueses no Brasil 1500-1640**. São Paulo: Loyola, 1982.

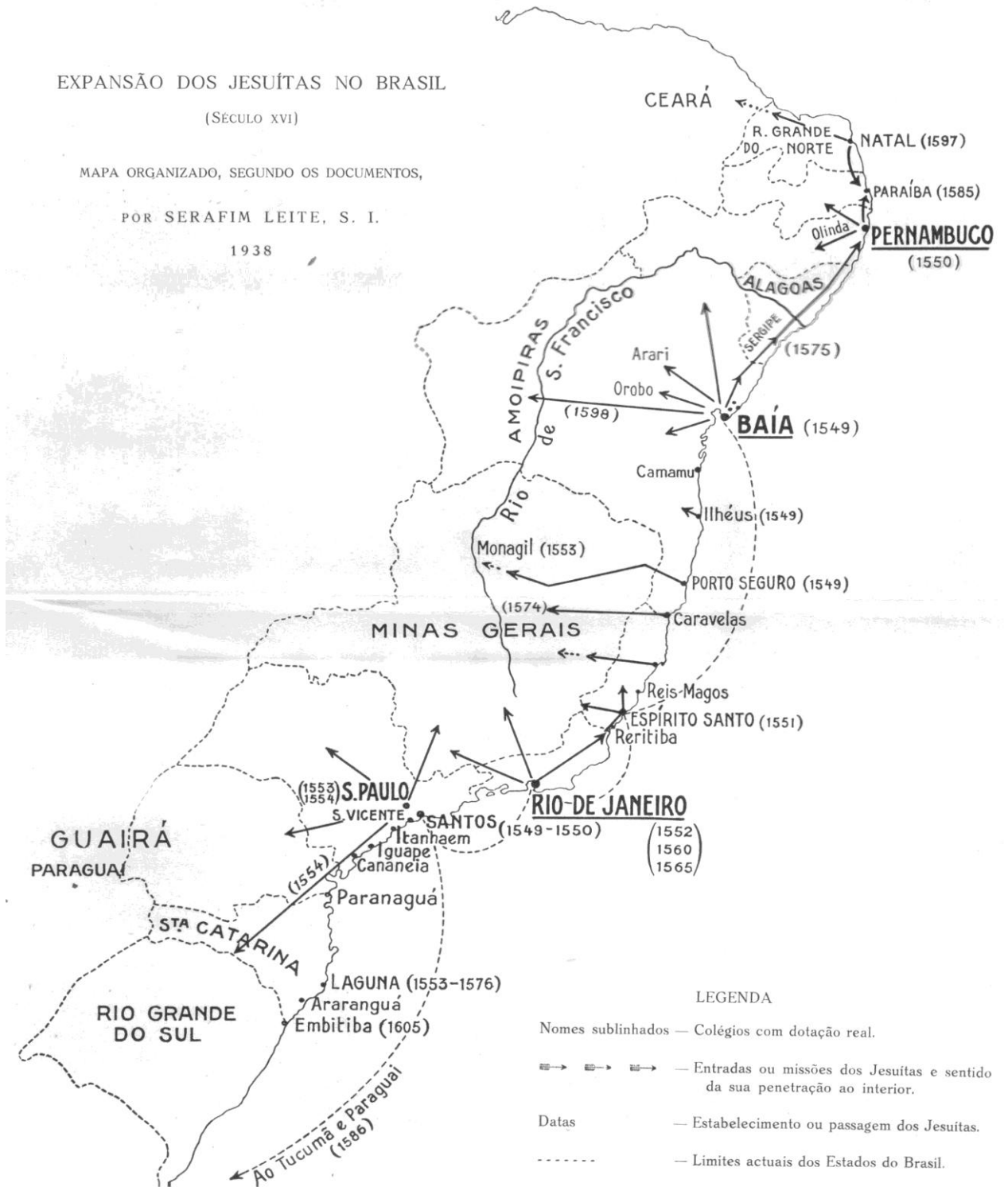
TORRES-LONDOÑO, Fernando. Escrevendo cartas: jesuítas, escrita e missão no século XVI. In: **Revista Brasileira de História**: Tempos do sagrado. São Paulo: ANPUH/Humanitas, 2002. v.22. n°43. p.19.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Lourêncio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.



**ANEXOS**

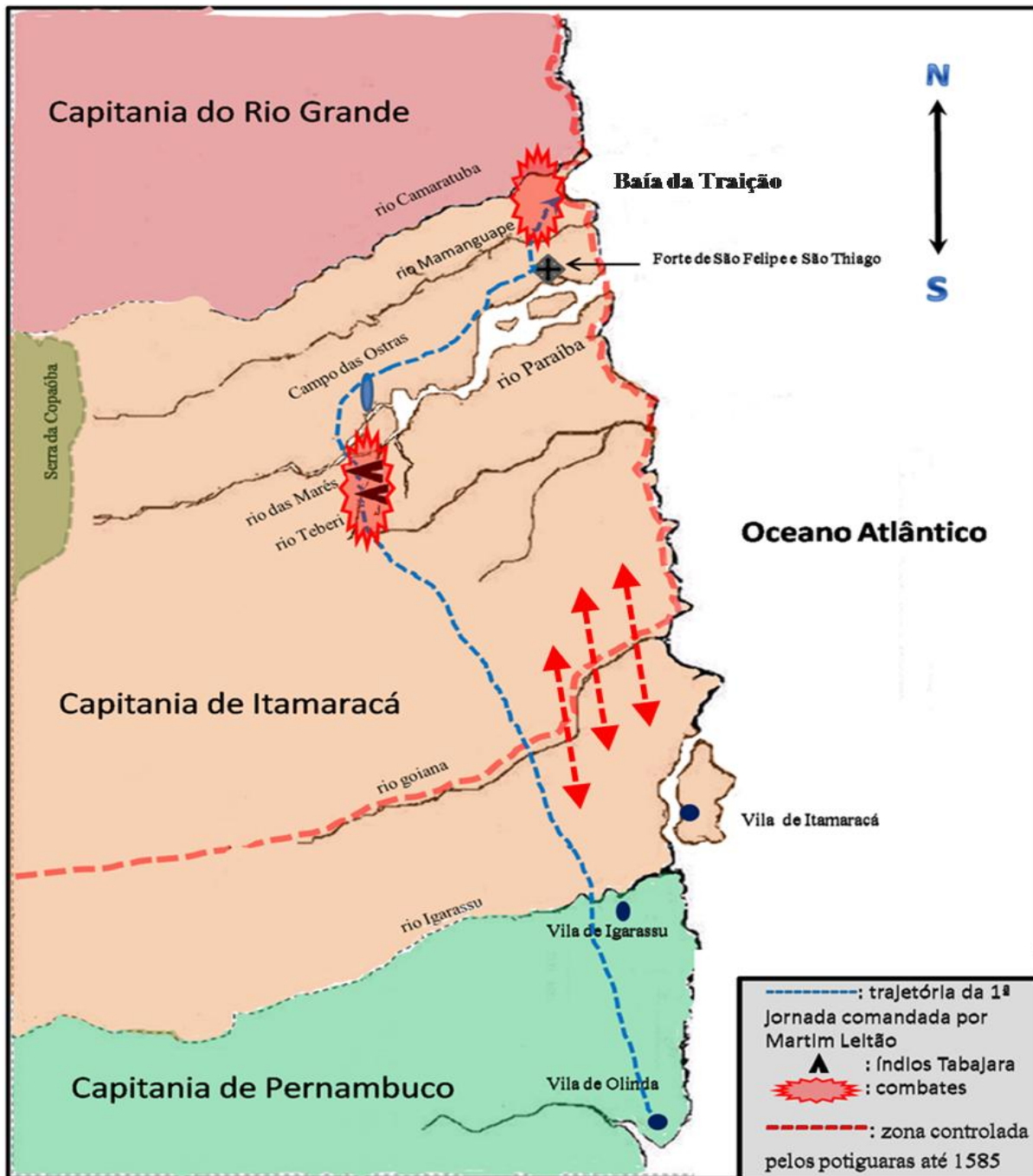
ANEXO A



Mapa da expansão dos jesuítas no Brasil do século XVI – LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. Anexos.

ANEXO B

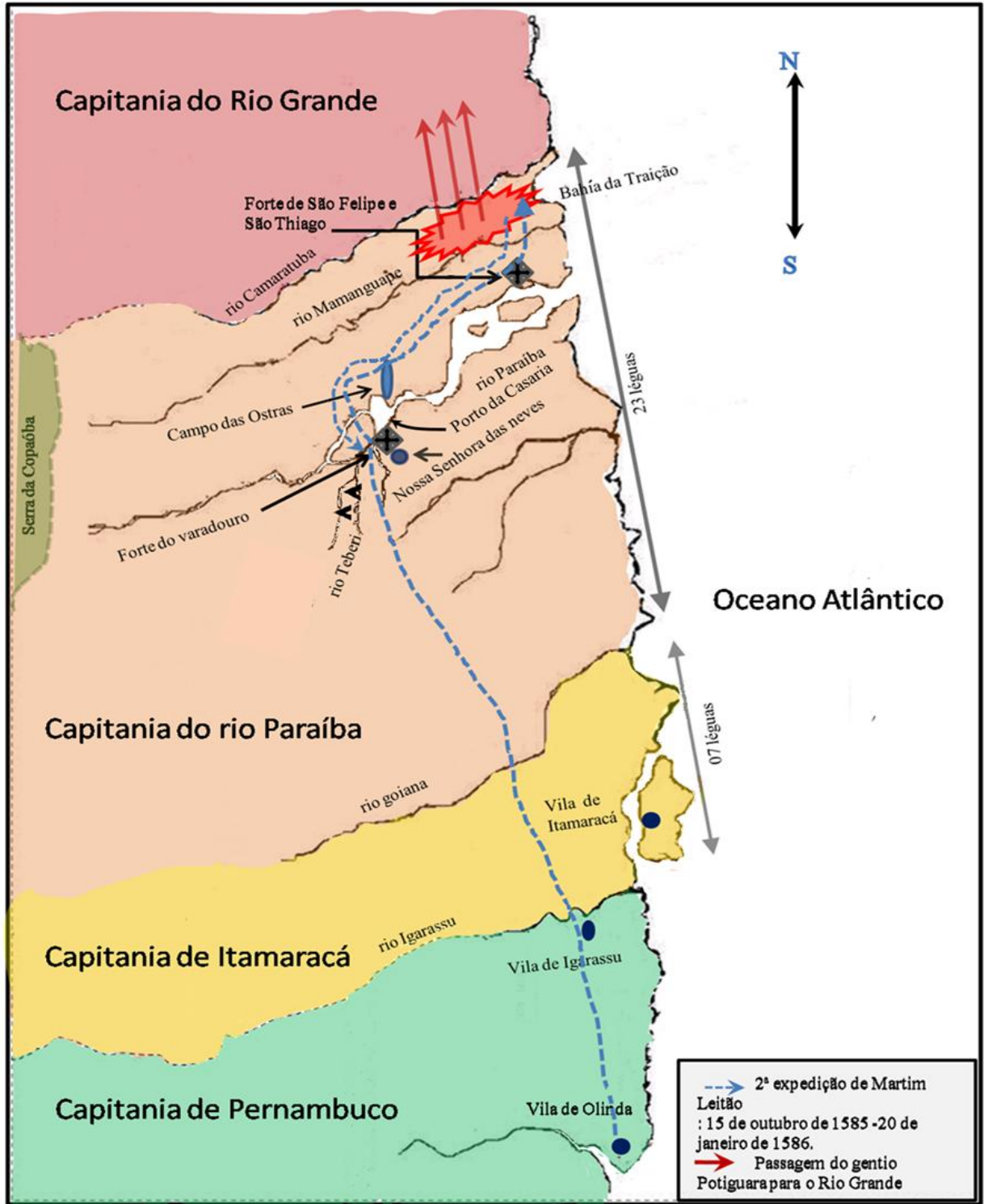
Representação cartográfica da primeira jornada de Martim Leitão.



A base para essa figura foi produzida da manipulação de cópias digitalizadas de dois mapas do século XVII, respectivamente: *Provincia di Paraíba* e *Província di Itamaracá*, Ambos de autoria de Andrea Antonio Orazi, publicados em 1698 e que podem ser consultados na seção de cartografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Dessas imagens foram retirados todos os dados, produzindo um mapa mudo, abrangendo o espaço das quatro capitanias e nele foram incorporadas as informações retiradas principalmente do *Sumário das Armadas*. Contém, ainda, informações retiradas do estudo de Regina Célia Gonçalves, já citado nessa dissertação. Essas informações são válidas também para os anexos C e D.

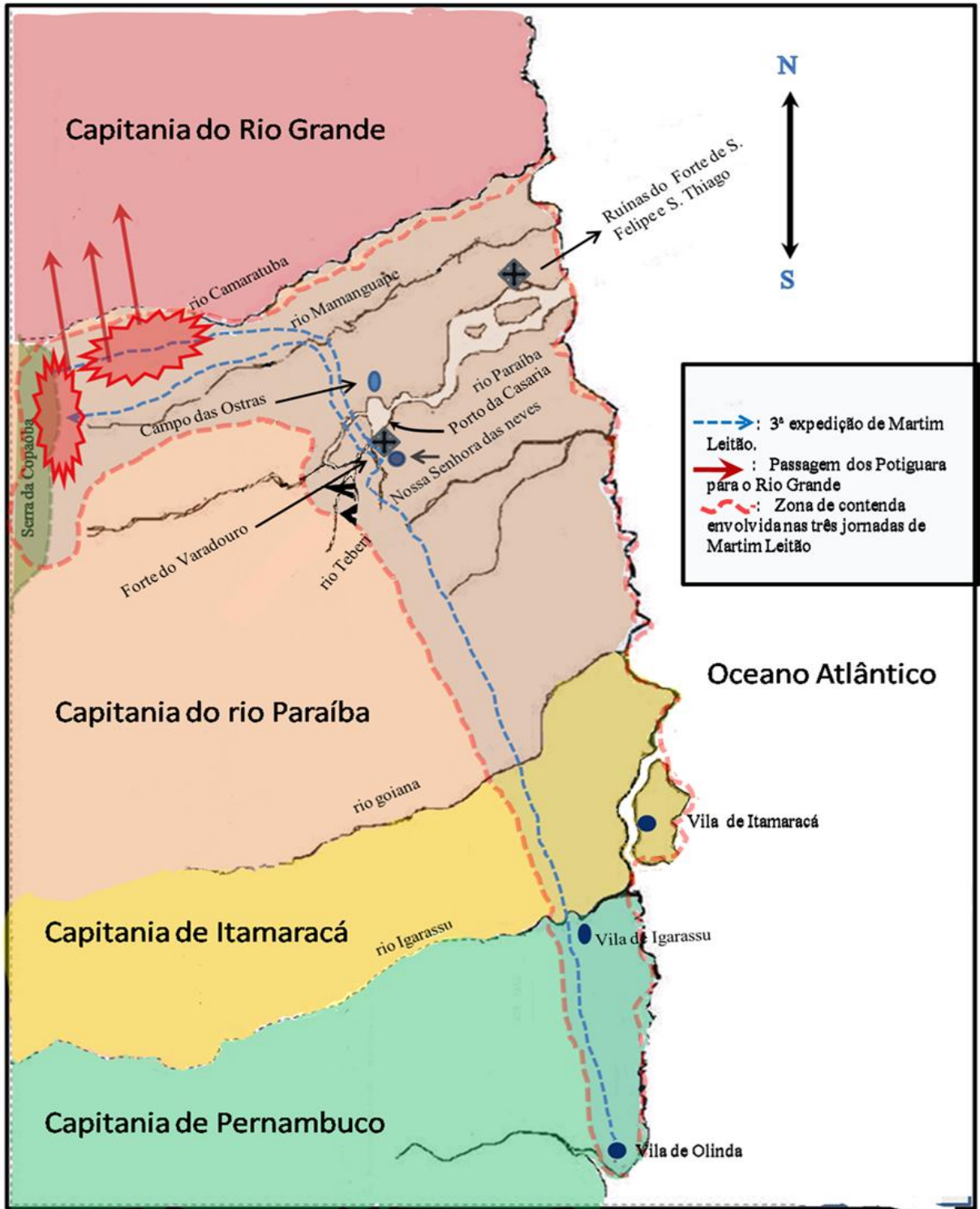
ANEXO C

Representação cartográfica da segunda jornada de Martim Leitão



ANEXO D

Representação cartográfica da terceira jornada de Martim Leitão



## ANEXO E

Tabela de nomes, cargos/patentes, descrição e localização do *Sumário das Armadas*

nome	Patente na guerra /cargo	descrição	Capítulo
1-António Lopes de Olivença	Soldado da cavalaria	citado	17
2-André Magro de Oliveira	Licenciado, Soldado da cavalaria	citado	17
3-António Rodrigues Bacellar	Capitão ilha de Itamaracá no período anterior às guerras narradas no <i>Sumário das Armadas</i> .	Deu guerra aos índios tempos antes. Não estava nas guerras de 1584-7.	1
4-António de Barros Rego	Soldado da cavalaria	citado	17, 19
5-António Barbalho	Soldado da cavalaria	Convocado para as tropas e ausente no dia marcado. Se fez representar por seu filho (não nominado)	8
6-Álvaro Velho Barreto	Capitão de uma armada	Comandava alguma embarcação e foi requisitado a formar armada, mas não compareceu.	20
7-Ambrósio Fernandes	Capitão dos mercadores	citado	8
8-Antônio Cavalcante	Capitão de guião de cavalaria	filho de Philippe Cavalcante	9
9-Braço-de-Peixe /Piragybe	Principal Tabajara	citado	8,10, 11, 14, 21,23.
10-Bernardo Pimentel de Almeida	Capitão do mar	Sobrinho de Luis de Brito (1575)- Não esteve na região do rio Paraíba	2
11-Balthazar Lopes	Jesuíta	Mencionado na terceira expedição. Escondeu-se embaixo de uma rodela com medo.	20
12-Cristovam Lins	Fidalgo alemão e engenheiro oficial	Trabalhou na construção do forte do Varadouro	19
13-Christovão Paes d'Alter	Capitão de guião de cavalaria	citado	9
14-Cosme Rangel de Macedo	Ouvidor geral	Anterior a Martim Leitão	2
15-Cristóvão de Barros	Provedor mor da fazenda	Citado, não esteve nas guerras da Paraíba no tempo de Martim Leitão.	2
16-Duarte Gomes	Soldado de cavalaria	Citado na construção do forte do Varadouro. Esteve na segunda jornada indo à Bahia da Traição. Aparece sempre na vanguarda dos eventos.	15, 17, 18, 21, 22, 23
17-Diogo de Abreu	Soldado da cavalaria	citado	21
18-Diogo Arias	Sargento	Espantoso soldado que levou 14 flechadas na “seteira ou lombardeira”(armas de guerra)	22
19-Diogo de La Ribeira	Almirante	Não esteve na Paraíba	4
20-Diogo Nunes	Mercador	citado	22

21- D. Philippe de Moura	Capitão	Genro de Philippe Cavalcante, apontado como covarde várias vezes, e depois de estar “liado” com Martim Carvalho, inimigo do Ouvidor.	4,8
22- Bartolomeu Alves	Alcaide de Pernambuco	Valente e experimentado soldado, esteve na África	22
23- Fernão da Silva	ouvidor geral e provedor mór da fazenda	Primeira guerra 1574	2
24- Francisco Pereira	Soldado de cavalaria	citado	17
25- Francisco Madeira	Soldado de cavalaria	citado	17
Francisco Fernandes	Jesuíta	Esteve na segunda jornada de conquista, descrito em companhia de outro missionário, que aparece como sujeito da narrativa sobre essa dita expedição.	17
26- Gaspar Dias de Moraes	Capitão do socorro do navio	Soldado antigo de Flandres	7
27- Gregório Lopes de Abreu	Capitão de uma Zaíra	Morto na primeira tentativa de Frutuoso Barbosa como não tendo se esforçado o suficiente na sua própria defesa.	3
28-Gomes Martins	Soldado de cavalaria	Citado ajudando na travessia do rio Mamanguape 2.jorn.	17
29-João António Pamplona	Soldado de cavalaria	Citado ajudando na travessia do rio Mamanguape 2.jorn.	17
30- João Affonso Pamplona	Soldado de cavalaria	Citado ajudando na travessia do rio Mamanguape 2.jorn.	17
31- Simão d'Andrade	Soldado de Cavalaria	Citado ajudando na travessia do rio Mamanguape 2.jorn.	17
32- João Nunes	Soldado de cavalaria	Aparece como mercador e financiador das coisas necessárias nas expedições	13,17, 19,
33- Miguel Ribeiro	Soldado de Cavalaria	Citado ajudando na travessia do rio Mamanguape 2.jorn.	17
34- Heitor Fernandes	meirinho de Martim Leitão	Citado como homem de coragem e valor na guerra, ferido com flechas no cap. 22.	17,22
35- João Tavares	Escrivão da Câmara de Olinda e juiz de Órfãos	Tratou das pazes com o índio Piragybe	13,14,15,16,17,18,19,21,22,
36- Lourenço da Veiga	Governador geral do Brasil 1578-1581	Citado, não esteve na região do rio Paraíba	2
37- Luiz de Brito de Almeida	Governador geral do Brasil - 1572-1578	Organizou a armada de 1575, que não chegou à região do rio Paraíba	2
38- Martim Leitão	Ouvidor geral / general	Personagem central da narrativa	---
39- Francisco Barreto	Mestre de campo – segunda pessoa das tropas na 1ª jornada.	Cunhado do ouvidor – fortemente elogiado com uma referência da literatura de Virgílio: <i>fiel Achates</i> .	7,9,10,11

40- Manoel da Costa	Amigo do Ouvidor	Natural da ponte de Lima, salva o ouvidor no último transe de vida.	22
41- Jerônimo Machado	Jesuíta - padre	Padre língua citado com importância.	10, 11
42- Manuel Correa	Jesuíta- coadjutor temporal	Coadjutor temporal	20
43- Manoel Leitão	Soldado da cavalaria	Citado com indiferença “um Manoel Leitão”. Andava com os “gastadores” do mato na 1ª jornada de Martim Leitão. Entre os gastadores não iam elites sem cavalo.	9
44- Simão Tavares	Soldado da milícia	Avisou o ouvidor sobre uma trama entre homens de guerra.	21
45- Pedro Lopes	Capitão da ilha de Itamaracá e capitão nas guerras que participou	Morador de Itamaracá. Aparece também numa galé em expedição da Paraíba. Comandou uma expedição à Copaoba junto com João Tavares em finais de 1585.	7, 12, 13, 15, 20
46- Thomé Rocha	Capitão de um caravelão ou zabra	Citado junto com outros capitães	20
47- Lopo soares	Capitão de um caravelão ou zabra	Citado junto com outros capitães	20
48- Pedro de Albuquerque	Capitão de um caravelão ou zabra	Citado junto com outros capitães	20
49- Fernão soares	Capitão dos mercadores	Parece ter se envolvido na apropriação (supostamente indevida) de bens tomados dos barcos franceses e teve conflitos com um alcaide não nomeado.	8, 11
50- Manuel Fernandes	mestre de obras do rei.	Trabalhou no forte do Varadouro	15
51- João Queixada	citado	Trabalhou na edificação do povoado	15, 21
52- Philippe Cavalcante	capitão de cavalaria	Sogro de D. Philippe de Moura. Era capitão e logo-tenente de Pernambuco. Aparece citado de forma honrada.	9
53- João Velho Rego	capitão de Igarassú	Nas guerras andava com o capitão Pedro Lopes	8
54- Mise Hippolitho	Antigo e prático capitão da terra	Nome composto, não confere. Existe algum problema	8
55- Francisco Castrejon	Soldado espanhol, depois alcaide do Forte de São Felipe e S. Thiago.	Abandona o forte, é preso e depois mandado ao Reino	8, 10, 11, 13, 14, 15
56- Pedro Cardigo	capitão de ordenança da terra	citado	8
57- Jorge Camello	capitão de ordenança da terra	citado	8
58- João Paes	capitão do Cabo de S. Agostinho	descrito como muito rico desprendido de ajudar, mas quase sempre ia na retaguarda. Tem seu nome citado no título de um capítulo do <i>Sumário</i> .	13
59- Álvaro Bastado	Citado: “um Álvaro bastado”	citado	4
60- Antônio leitão	Citado “Um Antônio Leitão”	Aparece como tendo dado a ordem aos soldados do forte de São Felipe e São Thiago que acabou numa cilada dos índios.	5



61-Simão Falcão	Capitão de companhia de ordenança da terra.	Citado diretamente em vários eventos, inicialmente como homem de importância na guerra, inclusive tem nome no título de um capítulo, mas logo aparece que fora preso.	5, 10,11
62-Simão Rodrigues Cardoso	Capitão e Ouvidor de Pernambuco em 1582	Citado	3
Simão Travassos	jesuíta	Aparece como de importância para a missão no capítulo em que o mesmo adoece.	12
63- Pedro Sarmiento de Gambôa	Governador do estreito de Magalhães	Esteve na casa de Martim Leitão: buscava por recursos. Não esteve nas guerras da Paraíba.	4
64-Nicolao Nunes	Citado como “um Nicolao Nunes”	Cumpriu ordens de Martim leitão, levando mantimentos (por mar) para o Forte de S. Felipe e S. Thiago.	5
65 – Martim Carvalho	Provedor da fazenda	Citado como empecilho à conquista da Paraíba. “compadre” do Bispo Antônio de Barreiros.	4, 5, 6, 8, 13
68 – homem inglês não nominado.	Citado como prático na guerra	Usou uma lança inglesa com pelouros de fogo contra os índios, que foi de efeito.	11
69- Francisco do Amaral	Ouvidor da capitania (possivelmente de Itamaracá?)	Esteve na dianteira com Martim Leitão no desbarate da aldeia do Braço-de-Peixe.	11
70 -Gaspar Dias de Ataíde	citado	Esteve com Francisco de Caldas e 150 homens que morreram pelas mãos dos Tabajara no sertão, tempos antes da primeira jornada de Martim Leitão. (episódio do rio S. Francisco)	9
71 -Francisco de Caldas	citado	Esteve com Gaspar Dias de Ataíde e 150 homens que morreram pelas mãos dos Tabajara no sertão, tempos da primeira jornada de Martim Leitão. (episódio do rio S. Francisco)	9
72 -Amaro de Resende	citado	Chegou à Pernambuco com requerimentos e cartas para que o ouvidor geral Martim Leitão acudisse a povoação do rio Paraíba, que Francisco de Morales havia largado o forte.	20

Nota: No *Sumário das Armadas* alguns nomes são citados em mais de uma expedição de conquista. Pode, portanto, aparecer um mesmo nome com diferentes patentes nos diferentes eventos de conquista. Nesses casos, deve-se verificar o capítulo do *Sumário das Armadas* e confirmar a respectiva jornada. Aqui buscamos apresentar dados retirados unicamente do *Sumário das Armadas*, dispensando informações provenientes de outras fontes. Não poderíamos dar conta de um trabalho maior com o tempo estipulado para uma pesquisa de mestrado e mesmo informações de mais fácil acesso foram dispensadas para que se mantivesse uma coerência interna na organização desses dados, evitando confusão e repetição num trabalho futuro de cruzamento de dados.

## ANEXO F

[Descrição da Torre do Tombo]:

Carta da Camara da villa de Olinda a El-Rey, em que lha da parte de ter já escrito algumas coisas necessárias a capitania da Parayba segundo o que havia sucedido, e por agora sucede de novo um alteração entre Frutuoso Barbosa e Dom Pedro, tem feito muita injustiça e irregularidades que tem inquietado todo aquele gentio, de que se poderá seguir muito mais seqüências e para a quietação daquela capitania e bem dela se requer e para que permaneça conservação do gentio que é bom presídio, ponha governador com diferentes condições das de Frutuoso Barbosa. A 28 de agosto de 1589.

Nos navios passados que desta capitania partiram, em quinze deste mes de agosto escrevemos a vossa majestade laguas cousas necessarias a capitania da Parayba segundo o que avia sucedido: e por agora sobrevir de novo hua alteração entre Frutuoso Barbosa, e dom Pedro de La Cueva por ser de muitos perigos, entendemos ser do vosso serviço faze-lo saber. Depois do capitão Philippe Cavalgante se ajuntar nessa Camara, donde elegemos um homi que fosse a dita Parayba fazer algumas amoestações, e notificações, e que se aquietassem deixassem ao dito dom Pedro residir no presídio, em que está servindo a Vossa Magestade.

E pera Frutuoso Barbosa querer justificar sua causa quis fazer alguns papeis e aver certidões de que se pudesse valer contra dom Pedro; e ay informação que quis deixar alguns officiais para lhas não passassem ao seu modo, e os tras tão sopeados, que o que elle quer isso se certifica em prejuizo da verdade e vosso serviço: e por essa causa vierao dous homes da dita cidade a esta capitania que são hum Sebastião de Araujo vereador, e um Antônio Anês, Procurador do Conselho, queixandose que os obriga a fazer em sua casa as vereações e que assiste com eles nelas, e faz o que quer, com um cunhado seu, que se chama Pero Coelho de Sousa, natural das ilhas, e que dizem no tempo das alterações desse Reino andar em França, e não em vosso serviço: e um Gaspar Manoel, natural da Ilha terceira, que também de veio em tropas de sospeita, e como tem estes dois vereadores, e um Amaro de Resende por juiz, que é casado com uma sua sobrinha, que assim se nomeia, e alem de ter três pessoas na dita camara se faz tudo em sua presença, do que os officiais que a esta capitania são vindos, se queixam; como vossa majestade podera mandar ver pelos autos e informação de Thomas Garre capitão da fortaleza de S. Vicente, que vindo a esta capitania foi ver a Parayba para de tudo dar a vossa majestade larga informação.

O que nesse caso por serviço de vossa majestade entendemos que para aquietação daquela capitania, e bem dela se requeresse, para que permaneça: conservação do gentio que é bom presidio, o que com essas divisões está muito abalado e ja se começou a espalhar e dessa capitania se sustenta o melhor que pudemos, porque como aja nessa qualidade de gente muita desconfiança, imaginam os alvoroços serem causados contra eles. Pera o que vossa majestade deu mandar ordem e que o capitão governador que na dita Paraíba ouver de estar tenha diferentes partes e condição da de Frutuoso Barbosa. e que se acomode e saiba tratar o gentio e seja liberal de condição desinteressada e que tenha menos parentesco como pessoas tão necessitadas do que ele tem, que isso e o desejar valer os seus o faz desavir-se com os outros. E dizerem que pretende o lugar de dom Pedro para seu cunhado, e coisa dessa matéria, do qual não temos tanta experiência que o ajamos de \_\_\_\_\_ a vossa majestade. Para este cargo, isso não somente inquieta a Parayba, mas antes a nós nos causa moléstia alem de nos haver tanto custado, e ora nos não custara pouco enquanto não temos ordem de Vossa Majestade temperar tais desconcertos, como são ver publicar por tridor a vosso serviço dom Pedro que vemos nele, e por leal a quem andou fora dele tanto tempo. Não deixaremos de insistir e intar com rogos e amoestações e requerimentos para vermos essa quietação como faz também o capitão logotenente de Jorge de Albuquerque, que é Philippe Cavalcante, que com particular cuidado entende nisto e no mais de vosso serviço. Porque entregando a João Tavares que no princípio da dita Capitania a criou e povoou, a Frutuoso Barbosa em mais estado de paz do que ela hoje está e mais desafrentada dos inimigos: se vê ora em tanto aperto e importa com a brevidade possivel por-se doutrem este cargo, ou que Vossa Magestade aja para seu serviço mandar vir a Frutuoso Barbosa que servisse de nós que ja que temos estes trabalhos de costume não sentiremos tornar a elleger que faça com dom Pedro o que convinha com mais quietação e segurança enquanto a capitania não for capaz, de vossa majestade mandar outro governador. Nosso senhor, a Real pessoa de vossa majestade guarde esses Estados acrescente. Escrita em camara aos 28 de agosto de mil quinhentos e oitenta e nove anos. João Tavares a fez escrever.

[rubricas]

Referência e localização: **Carta da Câmara de Olinda para D. Filipe I informando das desordens que havia entre Frutuoso Barbosa e D. Pedro de la Cueva para que interviesse, antes que de todo se perdesse aquela capitania da Paraíba, nomeando outro governador.** Olinda, 29 de Agosto de 1589. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT); Corpo Cronológico, Parte I, mç. 112, nº 57.